



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

| CPI - TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA | | |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 1371/09 | DATA: 02/09/2009 |
| INÍCIO: 11h19min | TÉRMINO: 15h26min | DURAÇÃO: 04h06min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h06min | PÁGINAS: 101 | QUARTOS: 50 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MAURÍCIO TOLMASQUIM – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.
HERMES JORGE CHIPP – Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema – ONS.
NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

SUMÁRIO: Esclarecimentos à CPI sobre transferência de energia de térmicas a óleo, principalmente na Região Nordeste.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há palavras ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião. *(Pausa.)*

Gostaria de convidar os participantes da audiência pública de hoje para tomarem assento à Mesa: Dr. Nelson José Hubner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, e Dr. Hermes Jorge Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema – ONS.

O SR. DEPUTADO PAULO MALUF - Sr. Presidente, eu pediria um minutinho, por favor, no início da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO MALUF - Nós estamos votando aqui na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça, uma PEC, uma emenda à Constituição, inclusive, com voto meu em separado. De maneira que vai ficar muito difícil eu me ausentar de lá.

Mas eu não poderia deixar de transitar em julgado meu ponto de vista sobre o que tem sido a ANEEL na gestão tanto do Dr. Nelson Hubner quanto do seu antecessor, a gestão do Dr. Maurício Tolmasquim, que, com muito patriotismo — eu conheço esse homem pouco —, fez uma declaração à imprensa, com muita coragem, que conquistou meu coração, no que se refere à Itaipu, perguntando de quem é a água. *(Riso.)* Muito bom!

Então, eu quero dizer aqui, de antemão, que, nesta CPI, nós temos que exaltar o trabalho patriótico da gestão não só do Dr. Nelson Hubner, do Dr. Maurício Tolmasquim, como do Ministro Lobão, que tem tido uma atitude irreprovável em todas as suas decisões, inclusive agora, no pré-sal.

Deixo aqui meu testemunho. Se tivesse aqui presente, na hora de qualquer pergunta, a minha pergunta ia ser a seguinte: aprovo, totalmente, todas as decisões que vocês têm tomado no interesse do desenvolvimento nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Irá ficar registrado em ata seu pronunciamento, Deputado Paulo Maluf. Tenho certeza de que a presença de V.Exa. engrandece muito esta reunião.



Estamos aguardando um pouco a distribuição das atas da reunião anterior, para que possamos começar a nossa reunião de hoje.

Peço aos senhores que aguardem, por favor, 5 minutos, porque a ata já está sendo distribuída.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Já havendo a distribuição da ata, Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Obrigado, Deputado Léo Alcântara.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 10ª reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Léo Alcântara.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Foram distribuídas cópias da síntese das correspondências recebidas pela CPI, cujos originais encontram-se à disposição para consulta na Secretaria da Comissão.

Quero comunicar que o Deputado Alfredo Kaefer justifica a sua ausência dos trabalhos desta CPI no período de 1º a 4 de setembro de 2009.

Passamos à Ordem do Dia.

Audiência pública com os Srs. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; Hermes Jorge Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, e Nelson José Hubner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Já estão aqui na Mesa.

Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 35, de 2009, de autoria do Relator desta CPI, Deputado Alexandre Santos, aprovado no dia 19 de agosto.

Os Deputados que quiserem fazer uso da palavra devem inscrever-se junto à Secretaria da Comissão.

Vou passar a palavra, primeiramente, aos participantes por até 20 minutos para cada um, e, em seguida, ao Relator, que terá tempo livre para fazer seus



questionamentos, para, então, conceder a palavra aos Deputados inscritos, para formularem suas perguntas, por até 20 minutos.

Tem a palavra o Sr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, por até 20 minutos.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - Obrigado. Queria saudar os nobres Deputados. O motivo da minha convocação, me parece, foi uma entrevista que dei ao jornal *Valor*, onde eu falo da possibilidade de se permitir a troca de combustível das térmicas a óleo para gás. Então, eu vou fazer uma pequena explanação justamente explicando do que se trata. Em 2005, foi aprovado o novo modelo do setor elétrico...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - ... em 2004, e por esse modelo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - ... é verdade... e por esse modelo... Todo o ano, o que acontece? Nós temos 2 leilões, pelo menos, de energia nova: um leilão que chama A menos 3, que é contratação de energia para daqui a 3 anos, e um eleição A menos 5, que contratação de energia para daqui a 5 anos. Então, o que ocorre todo ano? As distribuidoras fazem uma previsão da carga para daqui a 5 anos, o Ministério soma a quantidade de... a previsão de carga dessas distribuidoras e, aí, é organizado um leilão para poder contratar usinas, para poder atender a essa carga. Pode participar do leilão qualquer usina, seja hidrelétrica, termoeletrica. Para participar, tem que atender a alguns critérios. Por exemplo: tem que ter um documento que comprove acesso à rede; tem que ter, por exemplo, uma comprovação de combustível, se for termoeletrica; tem que ter licença ambiental prévia. Então, são alguns critérios. As usinas que vencem o leilão assinam contrato com todas as distribuidoras. Então, por exemplo, uma usina qualquer, no caso, Madeira, assina contrato com todas as distribuidoras que declararam a carga, de tal maneira que cada distribuidora tem no seu portfólio um pouquinho da energia de cada usina no Brasil, da usina mais barata até a usina mais cara. Então, vamos pegar o caso da Light e da COELBA, elas vão ter no seu portfólio de energias um pedacinho da energia do Madeira, um pedacinho da energia de Baixo Iguaçu, um pedacinho da energia de uma térmica, um pedacinho da energia de uma eólica, por



exemplo. O que aconteceu nos leilões recentes? Nesses leilões, que são contratar energia para daqui a 5 anos, normalmente, se espera que se tenha uma participação maior de hidrelétricas, porque 5 anos é o tempo normal para poder se construir uma hidrelétrica. Só que, infelizmente, por falta de licença ambiental, nós não temos tido hídricas em quantidade suficiente para poder atender à demanda. Tem tido, aliás, muito pouca hidrelétrica. Ora, nós estávamos numa situação, se pegar 2008, 2007, o Brasil crescendo a taxas elevadíssimas. E esse crescimento tem que ser atendido por alguma oferta. Especialmente no leilão de 2008, nós tivemos só uma hidrelétrica participando desse leilão de A menos 5 e tivemos uma quantidade grande de térmicas a óleo. Inclusive, não tivemos térmicas a gás, praticamente, porque tinha uma situação de certa escassez de gás natural. Então, isso fez com que se contratasse uma quantidade de térmicas a óleo bastante expressiva.

Ora, em 2009, nós temos uma mudança de conjuntura. Em 2009, nós temos a situação... Houve a crise internacional, com isso há uma queda da demanda. Essa queda da demanda faz com que haja uma queda da demanda de energia elétrica, da demanda de gás. e, ao mesmo tempo, você tem uma série de fatores que fazem com que a oferta esteja aumentando. Por exemplo, foram inauguradas as estações de regaseificação de gás natural no Rio de Janeiro e em Pecém. Estão sendo construídos os gasodutos que vão permitir levar gás para o Nordeste, por exemplo. É claro que tudo isso leva tempo. Tem o pré-sal, que vai aumentar a própria perspectiva de gás natural. Ora, então estamos numa situação que... Nós saímos de uma situação de falta de gás natural para uma situação em que parece que temos uma certa disponibilidade de gás natural.

Ora, tendo em vista que o gás tem uma série de vantagens em relação ao óleo... Por exemplo, o gás emite menos poluição local do que o óleo e o carvão, por exemplo. O gás emite menos CO₂, que é o principal causador do efeito estufa e está ligada à mudança climática. O transporte do gás é mais fácil para a usina do que transportar óleo. O óleo você tem que fazer caminhões, tem problemas nas estradas, tem a própria poluição do próprio caminhão. Tem a questão até de segurança. Você, quando precisa despachar uma térmica a gás... Como o gasoduto chega na usina, é mais fácil do que você despachar uma térmica a óleo. E pode até ser mais barato para o consumidor. Normalmente, o gás é mais barato do que o óleo



para o consumidor. Então, se pensou de, quem sabe? — como as usinas ainda não foram construídas —, se não era possível fazer uma troca de óleo para gás. É claro que, para essa troca ocorrer, você precisa de vários fatores. Primeiro, a PETROBRAS tem que poder dizer que tem realmente aquele gás disponível para poder haver a troca.

Segundo, o empreendedor tem que estar interessado em trocar, porque a gente não pode forçar que ele troque. Terceiro, a ANEEL tem que analisar juridicamente para dizer se é possível haver a troca sem ferir as regras do leilão. Então, tem uma série de condicionantes. Mas o fato é que, se essa troca for possível, é um ganho para o País.

Simultaneamente, alguns investidores que contrataram essas térmicas mostraram que eventualmente teriam interesse em fazer essa troca. Então, nós sugerimos a esses investidores que fizessem uma consulta formal à ANEEL se é possível haver a troca de combustível antes da construção da térmica; se a ANEEL entendia que isso é possível.

Então, concluindo, vale dizer que essa troca, caso seja possível, ela trás um ganho para o País em termos ambiental, de segurança e, até mesmo, possivelmente, em termos de custo para o consumidor, porque, certamente, a troca só será possível se não houver aumento de tarifa. Pode até haver uma redução se o investidor reduzir o custo variável dela. Mas é importante frisar que tudo isso só será feito se o Jurídico da ANEEL achar relevante.

Nós, da EPE, estamos apenas fazendo sugestões no sentido de que, caso seja possível, isso seja feito, dado que isso é um ganho para o País.

É isso que eu tinha a dizer. E, estarei, é claro, à disposição para quaisquer perguntas que sejam feitas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço ao Sr. Maurício Tolmasquim.

Com a palavra o Dr. Hermes Jorge Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, por até 20 minutos.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Bom dia a todos.



Primeiro, agradecer a oportunidade de prestar os esclarecimentos que forem necessários com relação às atividades do Operador e relacionados ao tema — à tarifa e as essas transferências de térmicas do Nordeste.

Eu fui informado ontem que foi aprovado um requerimento nesta Casa convocando o Operador para prestar esclarecimentos exatamente sobre um tema que diz respeito a encargos de serviços dos sistemas, que é o encargo que se passa para o consumidor em função de dificuldades no suprimento ou por questões elétricas, na rede, dificuldades na transmissão, e você impede um gerador que produza aquela produção se houvesse a transmissão. Então, por isso ele é ressarcido e, em casos, como aconteceu no ano passado e, neste ano, em muito menor escala, com relação aos encargos de serviços energéticos, que dizem respeito à geração térmica complementar necessária para garantir o atendimento com a segurança que foi definida pelo Comitê de Monitoramento, que é um órgão presidido pelo Ministro de Minas e Energia, do qual participam o Diretor-Geral do Operador, o Presidente da EPE, o Diretor-Geral da ANEEL, o Presidente do Conselho da CCE e a Agência Nacional de Águas.

Um outro ponto também sobre o qual nós fomos convocados diz respeito ao orçamento. Porque o nosso orçamento também é composto basicamente da contribuição dos associados e de parte dos encargos de transmissão pagos pelos segmentos de produção e consumo e, portanto, repassados à tarifa.

Com relação às térmicas do Nordeste. O Operador, como os senhores sabem, está no final da cadeia. É feito o planejamento, esse planejamento é definido, como o Dr. Maurício já explicou, através de competição em leilões, na modalidade de leilão, para se obter o menor custo, a menor tarifa. Porque um dos vieses principais do modelo é a modicidade tarifária. O Operador recebe esse sistema com essa geração ainda não alocada por região. Para não reduzir o grau de competição, ela é nacional. E eventualmente você pode se deparar, como ele colocou, com excesso de geração térmica numa região e, quando chega na fase de operação, você ter dificuldade para usar todos esses recursos para garantir o atendimento.

No caso da Região Nordeste, você tem uma dificuldade de exportação, você tem limitações de importação e de exportação. E ainda tem uma variável muito



importante, que é a inflexibilidade hidráulica mínima de 1.300 metros cúbicos por segundo, na Bacia do Rio São Francisco, por questões ambientais, questões de captação de água, de abastecimento, enfim, uma série de questões de usos múltiplos que precisam ser equacionadas com essas questões do setor elétrico, visando à garantia do atendimento elétrico e energético.

De nossa parte, são essas as questões que o Operador tem que colocar. Como eu disse no início, duas delas com rebatimento direto na tarifa, convocado para uma CPI específica, e essa referente às térmicas do Nordeste. Nós temos que equacionar as medidas e os procedimentos. Provavelmente, essa parte para permitir uma maior utilização, como articulação através de um grupo de trabalho que já foi criado, coordenado pela Agência Nacional de Águas, para conjugar os interesses de outros usuários da água com o setor elétrico, buscando-se chegar a um denominador comum que atenda a esses setores, no sentido de permitir uma maior utilização dessa escala de geração térmica no Nordeste e permitir que essa região, com esse montante de geração, que em 2013 chega a 10.800 Megawatts, possa exportar esse excedente para as demais regiões do País, quando houver períodos críticos nessas outras regiões.

Esse é um resumo das questões, com relação ao tema, que tem rebatimento direto nas atividades do Operador.

Muito obrigado. Estou à disposição para qualquer tipo de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço ao Sr. Hermes Chipp.

Passo a palavra ao Sr. Nelson José Hubner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por até 20 minutos.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Bom dia a todos. Cumprimento os Deputados aqui, na figura do Deputado Eduardo da Fonte, Presidente desta CPI, o Deputado Alexandre Santos, nosso Relator.

Bom, eu confesso que eu discuti muito com o Deputado Eduardo da Fonte se seria o ideal para o Brasil discutir a questão tarifária, fazermos a CPI ou fazermos uma Comissão Especial aqui para discutirmos toda essa questão tarifária. O fato é que fomos por esse caminho, ou seja, a criação de uma CPI. Eu acho que é uma oportunidade de realmente discutirmos uma série de questões tarifárias,



regulatórias, legais que a gente tem no Brasil e usarmos realmente esse espaço de buscarmos alguma alternativa, algumas sugestões que possam realmente ajustar, melhorar, no sentido de que todos nós alcancemos aquilo que a gente busca, como a gente está, por exemplo, numa agência como a ANEEL, que é garantir uma coisa que está expressa, explicitamente na nossa legislação o nosso modelo do setor elétrico, aprovado aqui por esta Casa, que é a questão da busca da modicidade tarifária. Ou seja, temos todo um processo de evolução no País desde as mudanças, as grandes mudanças que ocorreram no setor de energia elétrica na década de 90, em meados da década de 90. E isso, no Brasil, não foi diferente. Todas as nações do mundo praticamente passaram por esse processo, mesmo as nações mais maduras da Europa, mesmo os Estados Unidos, todo mundo passou por um processo de mudança radical no modelo e na gestão do setor de energia nesses países. E todos eles, no fundo, também estão como nós aprendendo a fazer a regulação, aprendendo e mudando essas legislações no sentido de adaptar e cada vez ir melhorando esses setores. A gente vê...

Recentemente, organizamos um seminário de estrutura tarifária, onde verificamos que muitas das nossas questões, das nossas dúvidas que a gente tem com relação a esse processo também existem na França, na Espanha, Portugal, Estados Unidos, no Chile. Ou seja, realmente todo mundo, no fundo, está experimentando um pouco essas mudanças. E acho que esse é um espaço que a gente tem que olhar e discutir, de fato, o modelo que a gente quer. A ANEEL, na verdade... O seu campo de atuação é bastante restrito. Ou seja, nós atuamos baseado em quê? Fundamentalmente na legislação. Toda legislação é tudo que é construído aqui nesta Casa, que acaba virando alguns atos também de regulamentação, decretos que são emanados, então, pelo poder concedente, pelo Executivo, no nosso caso, o Ministério de Minas e Energia. E, a partir daí, sim, criamos todos os regulamentos, mas nós não podemos fugir disso. Ou seja, temos de atuar estreitamente dentro desses limites, que é, claro, a legislação através das leis e decretos que regulamentam toda a atividade de energia elétrica no Brasil. E a ANEEL atua estritamente dentro desse espaço. Nesse fato específico que foi colocado que nós fomos agora chamados aqui a explicar, de fato, o Tolmasquim já explicou muito bem esse aspecto. Ou seja, a partir do resultado do leilão, se



deparou com um resultado que, do ponto de vista, do suprimento de energia elétrica no Brasil não seria o ideal. Ou seja, saiu do resultado do leilão, primeiro, pela falta até de gás, como ele explicou, pela falta de usinas de base em cima de gás, e, com isso, acabou que teve um acúmulo muito grande de usinas térmicas a óleo combustível e praticamente todas elas numa região muito pequena do País. Isso, do ponto de vista de energia elétrica, não é o ideal. Isso é muito ruim, porque, primeiro, tem uma térmica e tem um custo variável elevado, embora a gente tenha limitado o leilão por causa do custo elevado, e todas no mesmo local.

A gente poderia chegar no absurdo de termos, ou seja, no momento que tivéssemos uma necessidade de energia, seja uma hidrologia desfavorável, nós teríamos que despachar todas aquelas térmicas ao mesmo tempo. E isso, como diz o Dr. Hermes, ou seja, não teríamos estrutura de transmissão suficiente para isso. Teríamos uma limitação grande de operação, e que deveríamos levar inclusive a quê? A que tivéssemos que implantar linhas de transmissão para levar energia térmica do Nordeste para o Sudeste, o que é um absurdo. Ou seja, nós teríamos mais custos. Ou seja, vou aumentar tarifa, porque vou implementar redes de sistema de transmissão, vai tudo para a tarifa do consumidor de novo e para uma energia que é mais cara. Ou seja, quando surgiu essa ideia, a EPE começou a discutir isso, e aí nós... A ANEEL por enquanto não se movia até então porque não tinha nada de concreto.

Nós fomos, a partir então dos primeiros movimentos feitos pela empresa de planejamento, junto com o Governo, e foi acionado, por exemplo, o agente que ganhou boa parte daquelas usinas no leilão. E ele nos enviou um ofício, isso agora bem mais recentemente, uns 15 dias atrás, consultando a ANEEL dessa possibilidade. Ou seja, se isso era possível. Por quê? Porque a ANEEL é quem realiza os leilões. Então, ela define todo o edital, e nós devemos saber se isso é viável. Não, o primeiro movimento que a gente fez foi analisar se isso tem algum interesse para o País, porque, se não tivesse, nem ia analisar. Para que eu vou perder tempo de botar um monte de advogado para analisar alguma coisa que não seja interessante para o País? Então eu acho que a motivação é fundamental. E a motivação nós temos. É como o Dr. Tolmasquim colocou. Se de fato a gente puder, por exemplo, deslocar algumas daquelas térmicas ou mudar o combustível delas,



usando um gás natural, que é um combustível menos poluente, mais barato, e localizado mais próximo ao centro de consumo, isso não modifica nada em questão, ou seja, da distribuição da tarifa pelo Brasil, porque, como ele já explicou, quando a gente faz um leilão, cada usina que a gente contrata é repartido esse contrato, quer dizer, com a mudança que houve na legislação para 2004, para todas as distribuidoras do Brasil. Então isso não faz a menor diferença onde estiver essa usina. O consumidor vai pagar a mesma coisa. E poderíamos ter, numa eventual negociação, se é interesse isso do agente, a ter uma possibilidade de redução dos valores contratados... *(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA -... ter uma possibilidade de redução dos valores contratados dessas usinas, que elas “bidaram” o leilão. Agora, a gente acha que isso é uma tarefa bastante difícil. Ou seja, tem muita dificuldade, porque temos que analisar, então, agora, todos os aspectos técnicos e jurídicos dessa questão. É isso que a ANEEL está fazendo agora. Porque não é uma questão trivial. Ou seja, nós estamos falando de mudança de combustível. Isso não teria maiores problemas, mas, na verdade, o leilão não amarra o combustível que eu estou contratando. Mas temos um problema porque o agente entrou no leilão oferecendo uma usina com uma característica, mas que poderia até ultrapassar. Temos toda uma questão... Se tiver que realmente mudar de local, aí tem a questão do Brasil também de submercado, de tudo, de toda uma legislação que amarra.

Temos uma avaliação, que essa é muito mais preocupante, pelo menos do ponto de vista da ANEEL, e que nós temos que avaliar, é se ao possibilitarmos essa mudança se nós não vamos estar ferindo o interesse de outros agentes que participaram do leilão. Então, ver se nós não estamos modificando isso. Então, a ANEEL não tem essa ação conclusiva. Ainda não concluímos isso. Estamos avaliando. Têm bastante dificuldades para a gente transpor isso. Temos até a vontade.

Confesso para vocês que, se tiver uma possibilidade e tiver totalmente fundamentado, conseguirmos uma base jurídica, a partir de uma análise técnica das diversas áreas, de todas repercussões dessas mudanças, com certeza a gente julga que isso é bom para o País e faríamos. Por quê? Esta CPI é para discutir questão do impacto tarifário. Se tem a possibilidade de reduzir uma tarifa com uma usina que



polui menos, por que não fazê-lo? Então apenas estamos agora analisando todas essas questões, porque eu acho que temos muitas dúvidas ainda a respeito de se não estamos ferindo direito de outros agentes que participaram do leilão e todas repercussões em cima do edital, em cima de todo regramento daquele leilão.

Então, basicamente, são essas colocações. Então, estamos à disposição, agora, para as perguntas de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de agradecer ao Sr. Nelson José Hubner e passar a palavra ao Sr. Relator, Deputado Alexandre Santos para que S.Exa. possa formular os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, inicialmente cumprimentar aqui e agradecer a presença dos nossos convidados, dizer que esta CPI necessita e vai precisar muito do acompanhamento, da participação efetiva das empresas que eles representam, sejam elas a ANEEL, a Empresa de Pesquisa Energética, seja o sistema principalmente nacional, que hoje está a tocar o sistema energético.

E é muito importante que os senhores venham a esta CPI neste momento, mas ruim pelo motivo que os trouxe aqui, uma declaração no jornal, já que este Congresso, que representa a sociedade, deveria estar participando efetivamente desses pensamentos, inclusive das mudanças que nós estamos aqui a ouvir.

Temos certeza de que a participação dos técnicos, seja da EPE, seja da ANEEL, é importantíssima para delinear uma nova moldagem que possa baratear inclusive a ponta do consumidor, porque é isso que ouvimos aqui, que é necessário, mas também não perdemos a condição que nós temos, de um Brasil tão grande, de um País que, com essas dimensões, nos faz ter as divisões sociais, e, inclusive, é isso que talvez tenha sido o motivo maior da vinda dos senhores aqui para uma explicação para esta Casa aqui, já que tira do Nordeste a condição de geração de energia para fazer com que ele receba através de gás. Isso é uma energia muito mais barata, muito mais limpa, como nós dizemos no jargão mais rápido de entendimento, mas nos traz um momento de tensão, inclusive dos representantes dos Estados, e que nós vemos nos jornais, na mídia, que estava se transferindo as térmicas do Nordeste, tirando combustível para colocar o gás.



Seria esse talvez o início da nossa conversa, do nosso diálogo aqui. Eu acho que esta Casa e esta CPI têm que ter um diálogo permanente com os senhores, já que é de suma importância nós termos um entendimento.

Queria também, antes de começar as perguntas, queria também participar aos Deputados que ontem nós tivemos no Tribunal de Contas da União uma reunião de mais de 2 horas junto com o Ministério Público, levantando os questionamentos, já que os técnicos do TCU já têm e o próprio Ministério Público tem sobre algumas posições do setor energético.

Então, iremos passar alguns documentos para os Srs. Deputados para que eles possam ter a noção já de algumas ações desenvolvidas e também se posicionarem e terem conhecimento.

Portanto, no meu primeiro momento é de agradecimento aos senhores terem vindo aqui. Infelizmente, não por uma decisão já tomada, mas um estudo que eu acho que deverá antes ser estudado inclusive por esta Casa aqui e até mesmo debatido com a sociedade, porque se fará, sem sombra de dúvida, um realinhamento nos setores de produção de energia, e que vai afetar sensivelmente uma região que já é muito afetada em relação ao Sul, Sudeste, e vocês querem trazer porque estão mais perto a produção de energia onde se encontra deve ficar perto do consumidor.

Portanto, é isso que nós podemos entender nesse momento, diferentemente das relações que nós tivemos e os contatos que nós tivemos nos dizendo que eles iriam tirar do Nordeste para trazer para o Sul, Sudeste, já que o Nordeste às vezes é colocado como um setor que precisa de incentivo, não de serem desestimulados os incentivos naquela região e naquele posicionamento.

Então, eu queria perguntar ao... Esses estudos, Dr. Tolmasquim, já contam com um direcionamento do Governo nesse sentido, ou é um embrião que ainda está sendo formado dentro dos setores de estudos da Empresa de Pesquisa Energética? Ou já há assim um direcionamento voltado para ser uma determinação, porque isso aí vai deter realmente quebra de contratos? Vamos ter algumas ações, como o Dr. Nelson falou aqui, sobre aqueles concorrentes que perderam as suas propostas? Ou melhor, isso é simplesmente um embrião, ou já tem uma determinação para ser



efetivamente feita a partir do momento que se tem num conceito maior um menor custo para o consumidor? Acho que é isso que perguntam a gente.

E uma eventual transferência das térmicas do Nordeste para o Sul ou Sudeste não afetaria o investimento previsto no Nordeste? Há alguma avaliação da EPE nesse sentido e também na questão do preço da energia. De que forma os consumidores seriam beneficiados nas suas tarifas?

Dentro dessa resposta, Sr. Presidente, eu ficaria *a posteriori* porque depois teremos que manter aqui algumas questões para o Dr. Nelson Hubner, porque eu acho que iria transpor dessa nossa simples reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Sr. Tolmasquim para que ele possa responder às perguntas do Relator.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - É claro que é o seguinte: primeiro, é apenas um estudo, uma análise, uma reflexão. Não existe decisão nenhuma. Inclusive não pode haver decisão porque cabe à ANEEL se pronunciar se é possível ou não fazer essas trocas. Nem a procuradoria da ANEEL se manifestou. Então, não pode ter decisão nenhuma.

Segundo, não necessariamente tem que sair a térmica do Nordeste. Pode haver uma possibilidade também de as térmicas ficarem no Nordeste e, por exemplo, a PETROBRAS colocar uma nova estação de regaseificação no Nordeste, de gás natural. Aí, quer dizer, as térmicas ficariam lá, e a PETROBRAS levaria, de repente, se fosse possível, uma nova estação de regaseificação, porque levaria mais gás para o Nordeste. Pode ser uma opção também. Outra opção é caso não tenha gás suficiente para o Nordeste, aí ver, se caso a ANEEL considere que é possível mudar de subsistema, ver se há a conveniência de passar para outra região.

É importante ficar claro que sem dúvida alguma não haverá quebra de contratos. Algumas dessas térmicas nem outorgadas estão. Elas participaram do leilão, mas nem receberam outorga, nem o contrato ainda foi assinado. Quer dizer, então isso também é importante ficar claro: são térmicas que ainda não receberam a outorga e nem começaram ainda o investimento.

Por último, temos de pensar que agora, por exemplo, vai ter um leilão de energia eólica, que são mais ou menos quase 13 mil Megawatts de energia eólica, e grande parte, 70% — eu estou aqui falando do número das usinas que se



habilitaram — estão no Nordeste. Quem sabe o Nordeste não vai trocar essas térmicas a óleo, que poluem localmente, por uma energia eólica limpa? Poderia ser até algo eventualmente que levaria a um investimento de melhor qualidade. É claro que uma coisa não é condição para a outra. Pode até ter as 2 coisas: estar com a térmica a óleo e a energia eólica. Só que cada vez mais que houver mais oferta, maior capacidade de transmissão tem que haver para outras regiões. O fato de se haver térmicas a óleo acaba limitando um pouco a entrada de outras alternativas, porque cada vez mais tem que colocar mais transmissão, porque cada vez mais o Nordeste será “excedentário” de energia e cada vez mais tem que mandar mais energia para o Sudeste. Então a gente pode pensar nesses termos também.

Mas o importante que eu queria deixar claro para V.Exa. é que não tem nada decidido, é uma reflexão e há muitos passos antes de qualquer decisão ser tomada. Eu vou elencar alguns: primeiro, a ANEEL tem que dizer que pode; segundo, o empreendedor tem que dizer que quer; terceiro, a PETROBRAS tem que dizer que tem gás; quarto, a PETROBRAS e o empreendedor têm que chegar a um acordo comercial, porque óbvio eles têm que chegar a um preço que dê vantagem para os 2. Ou seja, eu diria que o que tem que ser ultrapassado é enorme, mas é claro que é papel nosso sempre fazer uma reflexão inicial do que é melhor para o País, tentar ver se é possível, mesmo que os obstáculos sejam enormes para poder se chegar a uma solução desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Retorno a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, quero me dirigir ao Dr. Nelson agora. Dr. Nelson, pelo que nós estamos compreendendo nesta Comissão, todo o sistema nacional de energia se integra por si só. Se temos alguma usina em operação, ela produz, faz a geração, a transmissão, vai para o consumidor e, por si só, paga. Mas também aquelas, e aí eu já entraria talvez nessa discussão aqui, que não funcionam e pertencem ao sistema e que também são pagas mesmo sem funcionar.

Se nós estaremos, em vez de baixar a conta do consumidor, fazendo esse novo redimensionamento, a nova moldagem da geração de energia, não deixaremos, as que ficarão paradas, mais um penduricalho nas contas do



consumidor, como tantos outros que têm aí e, em vez de irmos na falácia de baixar o custo de geração de energia, iremos agregar outro valor à energia, e quem paga, no final, são os consumidores por um mau planejamento, pela má organização do sistema de energia?

Portanto, tem V.Sa. a palavra.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Deputado, acho que esse assunto vai ser bastante explorado ainda, que já há até um requerimento, e vamos estar fazendo uma apresentação bastante detalhada de como é que funciona isso.

Vou tentar explicar, em linhas mais gerais, como é que funciona esse modelo. Na verdade, as térmicas chamam muito a atenção quando estão paradas e que nós pagamos por elas, mas nos esquecemos de falar que nós pagamos também pelas hídricas paradas. Na verdade, como o modelo brasileiro é composto? O ideal do Brasil seria o seguinte: se pudéssemos ter no Brasil todo o suprimento de energia elétrica só a partir de usinas hídricas e que eu tivesse total liberdade, ou seja, não tivesse preocupação com o meio ambiente, não tivesse preocupação com nada e que eu pudesse implantar todas as usinas hídricas com grandes reservatórios, como já tivemos no passado, e que permitisse o quê? Num ano, como o de 2008, que nós tivemos a hidrologia ruim, não choveu e aí, não choveu, bom, mas eu tinha um reservatório imenso em todas as usinas, se ficasse 1 ano, 2 anos no Brasil com pouca chuva, o Brasil continuava atendido, porque eu tinha água reservada. Isso já não é mais realidade no Brasil.

Quer dizer, a partir de meados da década de 80 todas as usinas hídricas que estão sendo feitas no Brasil não têm reservatório. O que é isso? A própria usina do Madeira, que é usina imensa, grande, que está fazendo, Belo Monte, que estamos preparando para licitar, não tem reservatório. Significa o quê? Veio água, eu gero energia; não veio água, não tem energia. E a opção que a sociedade brasileira tem, e isso está incumbido o planejamento de energia no Brasil, é o seguinte: o que é preferível para o Brasil? Não construímos as térmicas e atendemos a carga de acordo com a água que vem do Brasil. Choveu, tem energia, não choveu, corta a energia da população, e nós vamos ter racionamento de 3 em 3 anos no Brasil. Ou juntamos no tripé disso aí: Não, vamos agregar, e o modelo colocou isso. Hoje nós contratamos no Brasil térmicas que tinham pouca capacidade. O que é isso, então?



Diz: Olha, eu vou fazer um leilão, um agente vai implantar uma térmica aqui, que ele vai receber da gente o que a gente chama de uma receita fixa. O que é essa receita fixa? É a amortização do investimento dele e o curso de O&M, operação e manutenção, para ele manter aquela unidade perfeita, bonitinha, preparadinha para operar, e ela não opera. Ela tem um contrato de venda de energia, mas quando está sobrando água, não tem sentido eu mandar aquela térmica, que tem um contrato dela, de ficar gerando, porque a população, além de pagar essa receita fixa, ia pagar o combustível, que é caríssimo. Então, o que ele faz? As usinas hídricas, nesse momento, que têm água demais, em vez de jogar água fora, jogar no vertedor, ela gera energia, e esse agente, então, esse contrato que ele tem, ele compra sem juros, no curto prazo, que pode ser um valor mais baixo e, quando falta energia, é ela que vai operar. Agora, quando tem uma hidrologia ruim, acontece o inverso. As usinas hídricas, que também têm um contrato, por exemplo, a Usina do Madeira contratou lá que ela vai ter de fornecer... Quanto dá o total? Quatro mil e poucos?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Quatro mil e poucos megawatts médios? O que é Megawatt médio? Na média, é que como se fossem 4 mil Megawatts todo mês. Não acontece isso. No período de chuva, fornece muito mais do que isso. Tanto é que a capacidade dela é muito maior, são 6 mil e tantos Megawatts. Então, ela fornece isso. Chega o período de seca, ela não fornece. Estando a hidrologia ruim, o que se faz, fica sem energia no Brasil? Não, não fica. Então, é muito mais barato para o Brasil contratar desse jeito essas térmicas assim e manter o equilíbrio, ou seja, na hora em que faltar água, o que acontece? A hídrica fica parada. Quem gera para ela? A térmica gera e supre a energia que não está suprindo. E ela faz o mesmo efeito. E para a hídrica inclusive é complicado, porque na hora em que há falta de energia, terá de comprar energia no mercado de curto prazo, e se estiver faltando água, o preço será alto. Inclusive, ela terá de pagar por esse deslocamento de energia.

Então, o modelo brasileiro é concebido assim. Ou seja, é um sistema todo interligado, é uma malha de transmissão que interligam usinas hídricas e usinas térmicas. De modo que o planejamento faz e joga nos nossos leilões é qual a melhor forma de otimizar o todo esse sistema, de modo que possamos ter para o



consumidor final o menor custo, ou seja, o custo que garanta para ele que não vai ter, de 3 em 3 anos, de fazer um corte de energia na casa dele, cortar energia, e pagar aquele valor, de 2001, que tinha as metas de redução. Tinha de reduzir tanto, fazer não sei o quê de 3 em 3 anos.

O modelo é esse. Graças a Deus recuperamos para o Brasil um planejamento. Ficamos sem isso a partir dessas primeiras mudanças que tivemos na década de 90, mas hoje estamos conseguindo fazer isso. Hoje, as empresas distribuidoras são obrigadas a declarar a cada ano o que vão precisar de energia à frente. Nós somos obrigados, inclusive por lei aprovada neste Congresso, a contratar toda a energia de que precisam. Acho até que não precisaríamos de contratar tantas térmicas. Quer dizer, esse equilíbrio não está bom ainda. Por que não estamos contratando tanto? Porque somos obrigados a contratar energia para atender ao mercado e não estamos conseguindo... Agora que estamos num processo grande de aceleração. A EPE está fazendo grande trabalho de estudos e inventários, de viabilidade de novos empreendimentos para que possamos ter uma carteira grande de usinas, para a cada ano o próprio planejamento poder dimensionar. Vou, olha... a prioridade, como o Dr. Tolmasquim falou, vou A menos 5 contratar tudo o que se tem de hídrica, mas sempre vou precisar de contratar uma parte térmica. Para quê? Para o ano que tiver água não faltar energia para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, eu queria deixar a palavra aos Deputados, mas antes voltarei à afirmação do nosso Dr. Nelson Hubner, que tem, sem sombra de dúvida, um passado consagrado no setor energético, quando S.Sa. fala em amortização dos investimentos, já que na planilha se encontra o nome "amortização dos investimentos". Essa é uma das coisas que vamos discutir muito aqui, porque quando se amortiza, se paga. Temos de ver as renovações feitas nas concessões, porque é propriedade do Governo e do povo brasileiro que são concedidas a grupos sem algumas explicações.

Portanto, só queria ressaltar a afirmativa aqui, nas suas palavras, que é uma das coisas que estamos muito atentos, para que o nosso Governo e esta Casa possam agir em defesa dos contribuintes e do povo.



Muito obrigado.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Sr. Deputado, acho que é perfeita a sua colocação. A gente está, inclusive, numa fase agora... estudando. O Ministério tem uma comissão sobre processos de renovação. Com certeza, esse assunto terá de vir para cá, porque alguma modificação legal terá de ser feita.

A base disso tudo é que de fato nesse processo todas aquelas usinas que estão amortizadas sejam capturadas em prol da redução de fato da tarifa.

Então, essa lembrança do senhor é muito oportuna. O debate desse assunto terá de ser travado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de iniciar a chamada dos Deputados inscritos e fazer perguntas em bloco de 2 em 2 Parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ciro Nogueira.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Maurício, Dr. Nelson, Dr. Hermes, gostaria de agradecer a presença de V.Sa., aqui.

Divirjo um pouco da sua opinião, Dr. Nelson. Penso que esta Comissão era mais do que necessária. Nós que conhecemos o dia a dia da Casa... É incomparável o poder de uma CPI com outras comissões.

Saiba que o senhor não, mas outras pessoas que vão estar aqui vão ser obrigadas a estar prestando esclarecimento. Não estariam, se não fosse o trabalho de uma CPI.

Eu acho que a CPI tem muito a contribuir com o País. Acho que grandes vestais aqui da Câmara que se dizem gigantes do setor elétrico, que poderiam estar aqui hoje debatendo, ficam apenas plantando notícias nos jornais contra a CPI. Eu acho que não engrandecem em nada esse papel. Poderiam... Se eles se acham tão conhecedores do setor elétrico, poderiam estar aqui hoje contribuindo e discutindo esse setor tão fundamental para o nosso País.

Eu gostaria de começar perguntando ao Dr. Nelson: segundo consta da nossa assessoria, a ANEEL usa, para aferir os custos da distribuidora, o método de uma empresa de referência. E segundo essa nossa assessoria, nós só temos conhecimento de que apenas no Chile tem uma empresa... A empresa de água do Chile usa essas simulações. O senhor não acha mais seguro para o País nós termos



como utilizar os dados reais dessas empresas e partir para um processo nesse intuito?

Outra situação que nos chamou a atenção, Dr. Nelson. No Mato Grosso do Sul, o grupo Advanced, credenciado pela ANEEL, “superdimensionou” os ativos da ENERSUL. Com isso, a distribuidora aferiu uma vantagem excessiva no período de 2003 a 2007. Outras 16 distribuidoras tiveram seus laudos produzidos pela mesma empresa. O TCU determinou que a ANEEL promova a revisão dos laudos das 16 concessionárias. Por que esse grupo não foi descredenciado pela ANEEL? O que a agência... Qual é o critério da agência para esse credenciamento? Por que um grupo que já foi condenado numa situação como essa não foi descredenciado? Já foi feita essa avaliação nas outras 16 distribuidoras que tiveram seu patrimônio aferido pelo próprio grupo?

Eu gostaria de saber: a nível nacional, Dr. Nelson, no sistema de privatização que foi implantado ainda no governo passado, alguns compromissos de expansão, como é o caso da AES... Ficou comprometido que teríamos uma expansão na oferta de 15%, e esse índice não foi atingido. Gostaria de saber por que essa empresa não foi, até agora... Se já foi punida tanto pelo Governo de São Paulo como pela ANEEL. Porque essa, segundo consta, é a empresa mais rentável do País, segundo dados da revista *Exame*. O que poderíamos fazer para que esses compromissos que ocorreram durante o processo de privatização e não foram ainda implementados...

Gostaria de perguntar ao Dr. Maurício Tolmasquim: os jornais publicaram que houve uma baixa demanda no último Leilão de Energia Nova A-3. A informação é que foram negociados apenas 11 Megawatts dos 2.252 Megawatts habilitados pela empresa de pesquisa. O que aconteceu nesse leilão? O leilão foi mal dimensionado? Por que está sobrando tanta energia, já que o País não foi tão afetado pela crise financeira? E, principalmente, o que podemos fazer para que o consumidor cativo do País tenha benefício, não apenas o consumidor livre — que, fatalmente, pela minha pouca experiência no setor, vai acabar sendo apenas o único beneficiado —? O que podemos fazer para que o consumidor cativo receba o benefício dessa sobra de energia que vamos ter no País nos próximos anos?

Eram essas as minhas perguntas, Sr. Presidente. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em seguida, no bloco de Parlamentares, o Deputado Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, gostaria de começar indagando ao Sr. Tolmasquim: nessa mudança que a Empresa de Pesquisa Energética vê que poderia ser viável, de carvão para gás, carvão e óleo *diesel*, salvo engano...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - ... — só óleo combustível, não entraria carvão mineral —, transformando para gás, vai existir diferença do preço da venda que foi comprometida? Porque há diferença nos 2 combustíveis, do gás para o óleo *diesel*. Vai haver repactuação do preço de venda que ela ofertou no leilão em que ela participou e se comprometeu a entregar aquela energia?

Ao Sr. Nelson Hubner: ainda sobre a AES, o Grupo AES, que é proprietário da geradora AES Tietê, vende energia para a distribuidora, que é a ELETROPAULO, com preço 75% acima da média do mercado, conforme foi publicado pela revista *Exame*. Qual é a explicação plausível para os consumidores cativos da ELETROPAULO pagarem essa conta? Se a ANEEL tem ciência disso, quais as providências tomadas a respeito desse assunto? E qual é o embasamento legal, caso a ANEEL não esteja tomando nenhuma providência, para que seja permitido esse valor?

A AES desligou a sua usina térmica no Sul, a usina de Uruguaiana, deixando de honrar os contratos, o que foi, segundo consta, aceito pela ANEEL. Dessa forma, ela contribuiu para reduzir a oferta de energia no País e acarretar aumento de preços. A ELETROPAULO não honra compromisso de entregar energia pelo preço de contrato para as 3 distribuidoras do Rio Grande do Sul, que passam a comprar energia mais cara, repassando esse custo para a tarifa. Ou seja, o penalizado é o consumidor final, que é a ponta mais fraca de todo esse sistema. Por sinal, a AES é dona também de uma das 3 distribuidoras que vão repassar esses preços para a tarifa. Ela não sofreu nem sofrerá nenhuma punição por isso?

A última pergunta que faço é que, segundo consta, e tem sido publicado, e algumas das pessoas que vieram aqui a esta CPI falaram, o maior problema que a ANEEL enfrenta é o risco de captura da agência por contaminação de interesse,



confundindo o interesse público com o interesse privado. Sintomas típicos do fenômeno da captura são:

Número um, autorização de reajuste e preços exorbitantes, em patamares inteiramente divorciados da realidade inflacionária ou do poder aquisitivo dos consumidores — esse último é o mais importante;

Dois, o comportamento de zelar pela saúde financeira das empresas, isentando-as do risco do negócio — são as chamadas perdas comerciais operacionais, que a ANEEL passou a aceitar, como base dos reajustes e da tarifa das empresas de energia elétrica;

E, por último, a relação muito próxima entre os dirigentes e ex-dirigentes da agência, as empresas de mercado e as associações que visam a promover o interesse comum das empresas. Os dirigentes e ex-dirigentes vêm do mercado e depois voltam a prestar serviço às pessoas jurídicas que antes fiscalizavam. Existe uma relação de 20 dirigentes e ex-dirigentes da ANEEL que estavam na agência e hoje estão trabalhando como diretores de empresa do mercado, ou, antes, vinham de empresas do mercado.

O que a ANEEL tem feito para evitar o conflito de interesses na atuação da agência?

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Dr. Maurício Tolmasquim para que possa iniciar as respostas.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - Obrigado. Então, primeiro, respondendo ao Deputado Ciro Nogueira sobre o Leilão de A menos 3: o Leilão de A menos 3 foi uma contratação de energia para 2012. Como eu expliquei, já houve um leilão para 2012, que foi um leilão que ocorreu a 2 anos atrás, em que se contratou praticamente toda a necessidade das distribuidoras para 2012. Então, o leilão que a gente faz agora é um leilão para complementar o que falta, pequenos ajustes.

Bom, como é o leilão? Você bota um preço inicial, e é um leilão reverso: o gerador que aceitar dar o maior desconto em relação àquele preço inicial ganha o leilão, quer dizer, a menor tarifa para o consumidor. O que acontece? No leilão, a tarifa teto foi considerada pelas térmicas, que eram térmicas a gás, baixa. Então, eles preferiram não entrar. Por quê? Porque, lá, o preço do gás que eles estavam



comprando era um preço elevado. Mas, nesse leilão, o que acontece? Como a demanda era muito pequena, nós estávamos numa situação... Nós, que fazemos leilão, estamos representando o consumidor. Nós estávamos numa situação muito boa, ao contrário dos leilões passados.

Nos leilões passados, o País estava com uma demanda enorme, crescendo, e se a gente não contratasse o que tivesse e oferecesse um preço razoável faltariam usinas para expansão. Nesse leilão, como a gente precisava de muito pouca energia, a gente não levantou o teto do leilão. Com isso, o que aconteceu? A gente ficou numa situação boa, porque a gente não comprou usinas caras.

Juntando o leilão que houve, o anterior, com esse, nós estamos com 99,7% do mercado de 2012 contratado. Ou seja, as distribuidoras estão contratadas, tem oferta, e nós não precisamos aumentar o preço e onerar o consumidor desnecessariamente. Ou seja, neste momento, o consumidor está com a faca e o queijo na mão. Há um tempo passado, a gente estava numa situação inversa: o ofertante estava com a situação melhor, porque ele tinha uma situação com a demanda muito alta.

Então, só esclarecendo, quer dizer, nesse leilão, a gente conseguiu justamente resolver o problema: não comprar energia cara. Está certo?

Com relação à questão do Deputado Léo Alcântara, caso haja uma mudança de combustível e o combustível for mais barato, provavelmente vai-se transferir para o consumidor a diferença. Isto a ANEEL vai ter que analisar: como é que isso vai ser feito; se tem como passar essa diferença para o consumidor. Isso vai ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Dr. Nelson Hubner.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Meu caro Deputado Ciro, vou responder a algumas questões, embora em alguns pontos destes aqui já tenhamos 2 requerimentos: um específico sobre a questão dos laudos — a gente vai trazer bem mais detalhada essa questão —; a questão mesmo de tarifa; de empresa referência a gente também tem um requerimento. Viemos aqui especificamente para discutir isso. Vamos detalhar completamente como é feito isso na ANEEL. Mas, só para a gente não ficar aqui sem uma resposta, vou falar de maneira mais geral, mais sucintamente; depois, nessa outra reunião, nós, com certeza, vamos ter



oportunidade de debater muito mais profundamente essa questão. Questão, por exemplo, de empresa de referência.

Na verdade, no mundo inteiro, como eu falei, isso tudo é muito novo. E não é só o Chile. Claro que não é o Chile. Empresa de energia lá também tem; empresa de energia da Europa tem modelos desse jeito, como empresas americanas também têm empresas desse jeito. Isso no mundo inteiro tem.

No Brasil, no fundo, a gente tem uma coisa meio mista, não está em cima do custo. Agora, o fato é o seguinte: a legislação nossa mudou. Antes tínhamos uma tarifa definida: custo pelo serviço. Ou seja, quanto custou, o consumidor paga. Não tínhamos controle de nada disso aí. Ou seja, ia jogando custo, jogando custo, jogando custo; custou mais caro, o consumidor está pagando. A partir das reformulações todas no setor, a partir da década de 90, depois mesmo, com o novo modelo de 2004, a tarifa agora não é pelo custo; é pelo preço. E mudou esse referencial. Então, a regulação que a ANEEL teve que montar é uma regulação que a gente chama de regulação de incentivo, como essa empresa de referência. E eu garanto para o senhor que esse não é o problema da nossa tarifa alta.

Nós vamos, então, nessa reunião em que nós vamos debater mais profundamente aqui... Se a gente pegar... Estou até com a tabela na minha frente, aqui. Praticamente, essas empresas de referência... Nós começamos a trabalhar essa regulação por incentivo agora, primeiro ciclo de revisões tarifárias, que foi em 2002 e 2003. E foi basicamente em cima do que V.Exa. colocou, ou seja, foi levantada toda essa base de ativos das empresas, definida uma tarifa de equilíbrio das concessionárias. Só que, a partir daí, a ANEEL falou o seguinte: agora está blindado. Eu não vou mais olhar por essa base e eu vou te regular a partir de uma série de incentivos, vou te definir metas de perdas, como vocês estão colocando, vou te definir metas de eficiência e vou definir para você o seguinte: o que seria... Por exemplo, para você atender determinada área de concessão... Para a empresa do seu Estado, para a CEPISA, atender ali o Estado, com aquela característica, com aquela dispersão de consumidores, com toda aquela característica que tem ali, você precisa de ter uma empresa que precisa ter tantos funcionários, com tal característica, tantos veículos. Ou seja, eu dimensiono uma empresa ideal. E temos certeza de que essa empresa ideal hoje é bastante apertada.



Para você ter uma ideia, acabamos de fazer a revisão tarifária da CEPISA. A empresa ELETROBRAS, o grupo ELETROBRAS está nos procurando e dizendo: *“Nós não vamos sobreviver. Esse valor é inviável para a gente”*. Estão com recurso sobre essa revisão. Por quê? Porque a empresa CEPISA, por exemplo, ela não está com seu custo reajustado para essa empresa de referência que a ANEEL define.

Então, esse custo operacional dela, o custo dela de operação e manutenção, está muito acima da empresa que a ANEEL define como referência. O que acontece? Algumas empresas, não. Empresas que foram privatizadas ajustaram-se muito, demitiram pessoas, ajustaram seu quadro de pessoal, ajustaram seus equipamentos e estão hoje já com o seu custo operacional muito abaixo da empresa de referência.

Então, em 2002 e 2003, nós fizemos a primeira revisão e definimos uma base. Nós praticamente só fizemos um único processo de revisão mesmo, tarifária, das empresas, que está acontecendo entre 2007 até agora, 2009. Se você pegar, então, a variação da energia entre os 2 primeiros ciclos, de 56 distribuidoras, 7 tiveram aumento da sua tarifa de energia. As outras 49, com que nós já fechamos o ciclo, tiveram redução, e redução que chega a trinta e tantos por cento, apesar de nós atuarmos só no que a gente chama de parcela “b”, ou seja, é o custo operacional da empresa, que normalmente é um quarto do ativo todo, do dinheiro que está envolvido nisso.

Você tem, mais ou menos, aí, um terço ou um pouco mais, que é o que a gente chama de parcela, que é custo da energia, compra de energia, porque a distribuidora hoje não tem qualquer gestão no processo. A gente compra... Ela compra energia a partir dos leilões públicos feitos pela ANEEL a partir das diretrizes definidas pelo Ministério de Minas e Energia. Ela não tem nenhuma participação. Ela já não escolhe mais de quem compra energia — vou até responder a questão da AES, que o Deputado Léo Alcântara colocou. Ela não escolhe mais. Então, isso é bastante transparente. E tem um outro: um terço aí — alguns Estados mais, outros menos — é imposto. Basicamente ICMS. Um peso grande de ICMS.

Então, mesmo a gente operando em cima desses 25% do custo da concessionária como um todo, se nós pegarmos aqui — eu posso deixar uma tabela dessa com vocês —, vocês vão ver que só com um processo de revisão tarifária...



Porque reajuste é correção. Ou seja, quais os contratos que a empresa tem de compra de energia? Ela compra um tanto de Itaipu. Itaipu é registrado como? Em dólar, preço do mês. A empresa concessionária paga aquilo ali. Tem um tanto das térmicas. Quando é chamada a despachar, ela coloca. Por isso que, neste ano, estamos tendo uma série de reajustes muito acima da inflação — até um pouco da questão que o Deputado Léo Alcântara colocou. Por quê? Porque o preço, essa parte que de fato a ANEEL gerencia, que é o custo operacional da empresa, o reajuste dela é basicamente em cima da IGP-M. O reajuste dela você vai ver que está praticamente próximo de zero. É o custo de operação e manutenção.

O que está pesando? É a tal da Parcela A. O que é isso? Itaipu... Para uma empresa, por exemplo, como a ELETROPAULO mesmo, ou a CPFL, que teve reajuste em abril... Em abril do ano passado... A ANEEL, quando faz o reajuste da empresa, define para ela o seguinte: faz uma previsão de quanto ela vai gastar, por exemplo, para comprar energia durante 1 ano, porque durante 1 ano eu não vou mexer na tarifa dela. E foi feita uma previsão: você vai gastar tanto com Itaipu, você vai gastar tanto com despacho de térmica, você vai gastar tanto... Tem essa previsão, eu jogo isso na tarifa.

Ao longo do ano, o que aconteceu — ano passado —? Primeiro, tivemos uma hidrologia péssima, e o Dr. Hermes teve que chamar tudo quanto é térmica que ele tinha e não tinha para ser despachado. E isso não estava computado na receita que eu dei para a empresa atravessar o ano, lá no reajuste tarifário dela.

Então, o que aconteceu este ano, quando eu tive reajuste? Quando a empresa, por exemplo, que chegou em setembro, outubro do ano passado — com a crise financeira, o dólar disparou... A distribuidora, ela paga energia de Itaipu corrigida pelo dólar do dia. Ela vai lá e paga. Só que ela recebe do consumidor aquele valor que eu dei para ela no reajuste dela lá em abril. Esse valor fica lá computado.

Tem uma portaria interministerial — Ministério de Minas e Energia e Fazenda — que diz como é que a ANEEL deve considerar essa correção. Então, quando chega na data base dela, então, tem uma contazinha, que a gente chama de conta gráfica, que mês a mês ela fica computando a conta que pagou. E quando eu chego no meu processo de reajuste tarifário, eu pego cada mês daquele ali: *você pagou*



mais. Quanto que ela pagou? Corrijo com SELIC — isso é “selicado” —, e, na data base dela, eu devolvo aquilo para ela. Muito provavelmente, no ano que vem, vai acontecer o efeito inverso, ou seja... Porque, neste ano, quem fez o reajuste em abril... Nós estávamos com o patamar, por exemplo, de dólar mais elevado. Tínhamos uma previsão ainda de geração em térmica maior. Eu dei uma receita para ela um pouco mais elevada. Se continuar com o País, ao longo deste ano, chovendo muito e continuar com o dólar caindo, o que vai acontecer em abril do ano que vem é que essa conta se inverte. Ou seja, ela está recebendo neste ano mais do que ela está gastando. Também vai ter corrigido com SELIC, do mesmo jeito, só que negativo. Quando chegar em abril do ano que vem, eu tomo isso dela. E vai acontecer o quê? Reduz na tarifa, só que do ano em ano. Então, funciona um pouco assim.

Então, essa empresa de referência o que é? Inclusive eu acho que esse modelo nosso não está legal. Muito provavelmente, no nosso terceiro ciclo de revisão tarifária, nós vamos estar com um modelo bem mais aprimorado. Nós estamos de fato aprendendo a fazer isso. Já verificamos uma série de condições que não são adequadas nessa regulação, porque, no fundo, a gente também... a tarifa, o nível de investimento que a empresa faz, essa base de ativo, ainda pesa muito no cálculo da tarifa. Então, eu fico com o sinal meio trocado. Ao mesmo tempo que eu tenho um sinal, que eu quero fazer uma regulação por incentivo, só definindo umas metas, definindo se a empresa é modelo para ir lá para colocar, mas o nível de investimento que ela faz é remunerado e pesa muito na tarifa. Então, a gente está novamente reestudando o tema, estudando essa questão, e vamos...

Com o processo da ANEEL é feito assim, ou seja, antes de iniciarmos esse terceiro ciclo, que vai ser a partir de 2011, nós vamos ter uma grande discussão pública. Ou seja, a ANEEL faz audiências públicas, discute com todo mundo, com a sociedade, com os agentes, com tudo, aperfeiçoando. Aí vem Ministério Público, TCU. Todo mundo participa disso e define qual é a regra que nós vamos cumprir para o terceiro ciclo. Agora, uma vez definida essa regra, aí é função da agência dizer: *“Eu não posso desviar desse trajeto, a regra está definida”*, e a agência... Ou seja, a agência só vai ter respeitabilidade da gente da sociedade se ela está



cumprindo exatamente aquelas regras, o que manda a lei, o que mandam os decretos, o que mandam os nossos regulamentos. Então, a gente vai cumprir isso.

Agora, eu acho que tem muito para avançar nesses regulamentos. Eu acho que tem questões que a gente não consegue ainda capturar adequadamente. Tanto que, às vezes... Normalmente, se vocês forem acompanhar todas — nós vamos mandar todos esses documentos para vocês —, pegar as reuniões públicas onde nós deliberamos as revisões tarifárias e onde estão tendo reduções de 20%, de 30%, de 15% dessas concessionárias, essas concessionárias vão lá para manifestação. Que: *“É um absurdo o que a ANEEL está fazendo; nós vamos falir”*, que não sei o quê. Só que depois a gente vê o resultado e ninguém está falindo; está dando um resultado bom. Algumas estão tendo dificuldade, tendo algum prejuízo, então, nós vamos ajustando o processo, que não é um processo simples. Tem uma simetria de informação grande entre o agente e tudo.

Por isso que ser julgado também por um modelo em que eu vou ficar medindo lá o custo do serviço, igual alguma assessoria do senhor sugeriu aí, acaba também trazendo, muitas vezes, muito mais prejuízo, porque aí também não tem como aferir isso. É muito difícil a gente aferir exatamente o que ela está fazendo lá no campo de investimento, eu ficar acompanhando e ficar atualizando tudo quanto é base. É um questionamento que o senhor faz, inclusive, da empresa, esse laudo de credenciamento, e eu vou entrar nele. Por que laudo de credenciamento?

A ANEEL foi criada depois que foi privatizado o setor no Brasil. Criou-se toda uma regulação do setor elétrico brasileiro e não existia a ANEEL. Começou antes o processo. Criou a agência: *“Ô, agência, pode começar a trabalhar, porque você já tem que regular todo esse setor, vai ter que definir tarifa e tudo o mais”*.

A ANEEL não tinha quadro de pessoal. Ela foi formada com pessoal emprestado das empresas, e as empresas praticamente eram todas estatais — eu trabalhei na ANEEL nessa condição, emprestado da Empresa de Energia de Brasília —, até que ela pudesse fazer os seus concursos públicos. Teve problemas na definição inclusive de qual a característica desse funcionário. Foi definido em lei, inicialmente, que seria um quadro de celetistas. Isso depois teve ação de Ministério Público, voltou isso tudo, a ANEEL teve que refazer todos os concursos públicos e



praticamente, se não me engano, acho que em 2004 ou 2005... Em 2005 que entraram os primeiros concursados da ANEEL, 2005.

Então, todo esse processo anterior à ANEEL foi feito. Aí, sim, tinha um grande risco — não sei se foi o Deputado Léo Alcântara que colocou —: às vezes, a questão da captura da agência. Eu não tenho. Eu acho que a minha preocupação na agência é até o contrário. Hoje, na ANEEL, eu fico muito confortável. E, assim, estou muito satisfeito de estar na ANEEL hoje, porque hoje ela está com um quadro todo concursado, funcionários públicos de carreira que têm que responder por todas as suas ações. Ou seja: eu tenho como cobrar. A ANEEL tem um mínimo... Até os cargos principais, de superintendência, pouco a pouco, à medida que eu já tenho pessoas experientes na ANEEL, estão sendo ocupados por esses funcionários de carreira.

Então, eu acho que eu não tenho esse risco. Eu acho que, neste momento até, com um pessoal muito novo, que quer sempre pegar o melhor risco e fazer tudo, você corre até o risco de desequilibrar a favor do consumidor — eu acho que, se eu pudesse falar isso aqui hoje, eu ia dizer isso —, e a gente fica até tentando equilibrar. Agora, com certeza, eu não vejo esse risco da captura da agência pelo setor.

A questão que foi colocada, até dos diretores, acho que é uma questão que tem que ser colocada em lei. A legislação nossa, hoje, definiu o quê? Que um dirigente da agência, ele vem aqui, ele é indicado pelo Presidente da República, é sabatinado no Senado e vai ocupar um cargo lá com um mandato de 4 anos. A partir do cumprimento desse mandato, ele tem previsto na lei um período de carência de 4 meses. Aí nós podemos avaliar isso, o que querem na lei. A partir desses 4 meses, ele faz o quê? Bota um pijama e vai para casa e não vai trabalhar? Ué, tem que trabalhar!

Eu não tenho como, por exemplo, cobrar que um diretor... Agora, normalmente, quem vai para uma direção da agência... Aliás, o ideal seriam pessoas que tenham experiência no setor, porque não tem sentido mandar para lá alguém que não conhece nada de energia elétrica. Essa pessoa que trabalhou na agência depois vai trabalhar com o quê? Sei lá. Eu não sei. Eu vou ter que aprender uma outra profissão quando eu sair da agência?



Então, eu acho que tem que pegar e criar mecanismos na legislação, dizendo: *“Não, quem ficar em uma agência nunca mais vai trabalhar”*. Está bom. Então, vai ganhar um salário, vai aposentar pelo serviço, como servidor público, e vai ficar o resto da vida sem precisar trabalhar: *“Você não vai poder trabalhar para agente nenhum e vai receber um salário do Estado”*. Pode ser uma opção, pode ser uma discussão para ser discutida. E aí, quem for convidado para exercer um cargo na agência pode discutir se ele vai querer, ou se: *“Não, não me interessa. Quero depois continuar a minha vida e não vou para a agência”*. Ou: *“Não, eu vou aceitar, porque acho que vai ficar cômodo para mim depois eu ficar sem trabalhar o resto da vida, porque ocupei um cargo de diretor da agência”*. Então, eu acho que é esse equilíbrio.

Acho que nós temos que prever — e aí tem todos esse mecanismos — é se alguém que exerceu um cargo na agência e saiu depois tem algum comportamento não condizente ou se ele teve um comportamento dentro da agência — e esse eu posso avaliar — não condizente com o cargo que ele ocupou. E na ANEEL a gente tem bastante defesa para isso. Os processos da ANEEL são deliberados — eu acho que poucas agências no Brasil já têm isso. Ou seja, não existe decisão monocromática de diretor.

Eu falo na ANEEL que, às vezes, um superintendente lá tem mais poder do que um diretor. Como superintendente, ainda dá despacho sozinho. Diretor, não. Jamais. Eu, Diretor Geral da agência, não tem nada que eu decida sozinho na agência. E todas as minhas decisões são decisões colocadas, primeiro, com avaliação de uma área técnica. É montado um relatório, que vem para um nomeado diretor relator, que analisa a questão junto com essas áreas técnicas e leva para uma reunião pública. O meu digníssimo Presidente já teve oportunidade inclusive de ir lá e se manifestar no processo de revisão tarifária da CELP. Vai para uma reunião pública onde nós, publicamente, transmitimos, por Internet, para todo o País — nós colocamos! — as nossas posições. E ficam todas gravadas. E estão todas inclusive disponíveis para avaliação — inclusive, no caso, como nós temos agora uma CPI... —. Tudo isso está gravado, todas as nossas reuniões. Está tudo colocado, todos os votos, todos os relatórios colocados, com todas as manifestações de todos os diretores. Essa é a forma que eu acho que a gente tem de garantir que as pessoas que são designadas



a qualquer cargo lá vão ter que cumprir aquela sua função, porque, senão, todas as suas ações serão perfeitamente...

Ou seja, não tem como ele dizer que não tomou alguma decisão. Estão todas registradas, gravadas: as suas manifestações orais, os seus votos escritos estão todos colocados na agência. Eu acho que essa é a fórmula que a gente tem de evitar ter essa captura pelos agentes.

Você colocou a questão do — vou responder junto —, a questão até da AES. Porque tem a questão da AES Uruguaiana e da AES que vende a energia para a ELETROPAULO, que o Deputado Léo Alcântara colocou, e a questão de que a AES não fez a expansão.

Tem uma série de condições que foram colocadas pelos Estados no processo de privatização das empresas, como teve no Ceará, no processo de privatização da COELCE, que colocou a questão de construção de térmicas. Pernambuco, a mesma coisa: que deveria implantar uma térmica no Estado. E no Estado de São Paulo, num processo de privatização, quer dizer, no acordo lá que foi feito, do Governo — que passou as ações deles para o agente que ganhou aquele leilão —, ele colocou a condição: que ele deveria continuar investindo em geração. O que tinha muito sentido para aquele modelo que vigorava quando foi feito o processo de privatização da empresa.

Hoje, isso não faz a menor diferença, porque a empresa hoje não responde pela energia com que ela supre a distribuidora. Agora, naquele momento lá, não; tinha isso. Só que nada disso que os Estados fizeram... Eles não passaram isso para os contratos de concessão. Ou seja, a única forma que a ANEEL teria para autuar hoje, por exemplo, uma AES Tietê lá, que foi vendida — *Você não fez investimento.* — é se isso tiver lá no meu contrato de concessão. Eu só posso fiscalizar e colocar aquilo que está refletido ali.

A ANEEL não tem a menor condição hoje de chegar e dizer: *“Ó, eu vou te multar, porque você não fez a expansão aqui assim e não sei mais o quê”* — até porque, no ambiente de hoje, também, não tem o menor sentido isso —, porque a AES Tietê ou qualquer outra distribuidora, elas não definem de quem se compra energia hoje. Com essa mudança que o Congresso fez em 2004, o único papel que a distribuidora tem na contratação de energia é: elas definem para o Ministério, todo



ano, o que elas precisam de energia, se elas precisam de 2 mil Megawatts, 3 mil Megawatts, e depositam uma garantia lá para o leilão de energia, porque, depois de realizado o leilão, ela vai celebrar o contrato de compra com quem ganhou o leilão. É o único papel da distribuidora na compra de energia — único, não, vou explicar mais um. Fora disso, o resto, o que é?

Então, a EPE estuda todas as alternativas de energia, coloca isso tudo, disponibiliza, qualifica as empresas a participarem do leilão. As empresas geradoras vão para o leilão sem saber o que nós precisamos de energia para contratar. Por isso é que às vezes dá essa “contrataçãozinha” pequenininha, igual nesse leilão, nesse ano, porque não precisava quase nada para contratar; estava tudo contratado. Então...

Um leilão de (*ininteligível*) tem um volume maior. Elas vão sem saber o que está sendo contratado. Fazemos um processo competitivo, e à medida que a gente avança, vai tendo mais disponibilidade de energia. Eu acho que nós vamos tendo sucesso. Não é à toa que num leilão do Madeira, em que a gente achava que, no Brasil, ia comprar a 140 reais o Megawatt/hora, compramos a 78,71.

E eu vou responder até a essa questão que vocês colocaram do consumidor livre. Será que, de fato, o que nós estamos fazendo é para o consumidor livre? Eu acho que o modelo que está hoje no Brasil e que vocês aprovaram aqui na Câmara e no Senado, nesse ponto, está ajudando demais, a ponto... Estamos vivenciando hoje quase uma inversão dos papéis.

Por que o consumidor vai para o mercado livre? Porque são grandes consumidores e têm a condição de negociar diretamente com o fornecedor de energia ou construir suas usinas e comprar energia mais barata.

O que está acontecendo ultimamente? Quando foi em 2003, 2004, assim, nós tínhamos uma grande sobra de energia hídrica no Brasil, porque houve um grande número de investimentos no apagão. No apagão, houve uma redução realmente no nosso mercado de energia, e que se perpetuou — ou seja, nós começamos a crescer a partir dali —, e em um monte das nossas empresas todas (a CHESF e Furnas) estava sobrando um monte de energia. Então, para essas empresas, se elas pudessem... Agora, vender energia a 40 reais, 50 reais era um “negócio”. Por quê? Elas estavam jogando água fora, o investimento delas estava todo feito e não



sei o quê, e elas ofereceram em leilões públicos essa energia, em 2004 e 2005. O que aconteceu? Um grande fluxo de consumidores do que a gente chama de mercado cativo para o mercado livre. Por quê? De olho nessa energia barata que estava sobrando no Brasil. Só que essa energia só estava sobrando em 2004, 2005 e em 2006, porque essas empresas — Furnas, CHESF, ELETRONORTE, todas elas — já tinham entrado em leilões em 2004 e 2005, já vendendo energia para o mercado regulado, em 2004, a partir de 2009, a partir de 2010 e tudo mais. Então, lá na frente, não ia mais sobrar essa energia. E os grandes consumidores, que já são mais acostumados a entrar nesse mercado, sabiam disso. Tanto que ninguém saiu para comprar essa energia mais barata por curto prazo. Saíram lá com uma produção excepcional de uma indústria e tudo. Mas todos eles se lastreiam em contratos de longo prazo, porque eles sabem que, se viverem dessa ciranda da energia de curto prazo, eles não vão ter competitividade no mercado.

Mas muita gente saiu sem essa prevenção. O que aconteceu no Brasil? Quando foi chegando 2008, 2009, que equilibrou, e essa energia sumiu do mercado livre e já estava contratada pelo mercado regulado, o preço disparou no mercado livre. Disparou no mercado livre. E o que está acontecendo?

Quando nós fizemos o leilão do Madeira, nós dissemos o seguinte: “*Setenta por cento da energia do madeira vão para o mercado cativo*”. E deixamos que os agentes, os construtores da usina... “*Trinta por cento você vende para quem você quiser. Ou, se você quiser, você pode vender para o próprio mercado cativo, mas o mínimo, 70%, são para o mercado cativo das distribuidoras*”. Aí aconteceu efeito inverso. O que aconteceu? Todas elas venderam 70% para o mercado cativo e estão vendendo os 30% do mercado livre a sabe quanto? A 140, 130 reais o Megawatt/hora.

Então, quem está se beneficiando do modelo? É o cara que está no mercado livre ou o no mercado cativo? O do mercado cativo comprou a 78,71 reais. E agora, o Governo está sendo procurado inclusive pelos grandes consumidores de energia, os altos produtores, que querem também comprar diretamente do leilão. É ruim para o Brasil? Eu acho que também não. Por quê? Porque nós também precisamos que a indústria tenha a energia a custo baixo. Mas eles não vão comprar mais baixo do que o cara do mercado cativo; eles estão querendo ter o mesmo direito de comprar



energia lá de um leilão, por exemplo, do Belo Monte, pelo mesmo preço do cara do mercado cativo. Então, eu acho que o modelo que a gente tem hoje tem muito o que ajustar.

Agora, o que o Deputado Léo Alcântara colocou. Eu acho que o valor não é esse, mas na reunião — nós vamos voltar aqui para discutir a questão das tarifas mesmo — nós vamos ter isso mais detalhado, essa proporção de mais que 75% ser acima dos outros. Mas, de fato, tem uma variação muito grande no *mix* de energia que é comprado, para cada uma dessas distribuidoras. Por quê? Porque, a partir de 1995 e tudo o mais, a distribuidora era responsável por contratar, e ela podia contratar energia — inclusive estava na legislação — inclusive de empresas do mesmo grupo econômico, o que aconteceu na COELCE, o que aconteceu na CELPE, que é o grande motivo de questionamento desses 2 Estados. Aquelas empresas ali compraram energia delas mesmas, do mesmo o grupo econômico, com o preço muito elevado, e jogou para a tarifa do consumidor. Só que era a lei, era a regulamentação que se tinha na época. Então, o que a ANEEL pode fazer? Nada.

Quando mudou a regra do setor, a partir de 2004... E agora só compram através do leilão. Mas elas carregaram. O Governo falou assim: *“Não, não podemos rasgar os contratos que estavam celebrados”*. Então, todas essas empresas já carregam com elas contratos bilaterais, como a gente chama: a COELCE com a Termofortaleza, a CELPE com a Termopernambuco, a ELETROPAULO com a AES Tietê, com a AES Uruguaiana, com todo o mundo tinha esse contrato. Esses contratos estão sendo mantidos. À medida que a demanda está crescendo, aí sim, ela está contratando através do mercado regulado.

O que a ANEEL faz? Simplesmente, aqueles valores que estavam definidos são repassados diretamente para a tarifa, e a ANEEL vai corrigindo até a extinção desse contrato. Quando acabar, elas não vão mais poder fazer isso. A única energia que a distribuidora hoje pode comprar diretamente, ela escolher fornecedor, é o que a gente chama de energia de geração distribuída, que também está definida na lei. O que é? É uma forma de incentivar PCH, uma eólica, ou seja, dessas fontes que têm um custo um pouco mais elevado, mas que pode ser gerado, essa geração ser feita localmente — só pode comprar de alguém que gere na sua área de concessão —, e até 10% só do seu mercado ela pode comprar diretamente. É a única energia



que ela pode comprar. Mesmo assim, esse contrato tem que ser aprovado pela ANEEL, que define um teto dos valores em que essa energia pode ser comprada.

Então, acho que esse caldo nós vamos carregar, ou seja, desses contratos bilaterais. Agora, foram todos eles celebrados dentro da lei, dentro da legalidade. Você não tem como hoje chegar e dizer: *“Esquece, vamos jogar isso tudo no lixo, tem que contratar tudo de novo”*, entendeu, até porque alguns hoje até são vantajosos. Do mesmo jeito que tem alguns que são caros, tem alguns que são baratos. São baratos e estão lá. E são bons. Se eu mandasse descontratar, eu ia piorar. O caso da Uruguaiana, como teve outros contratos...

Na reunião de ontem, a ANEEL deliberou sobre uma “descontratação”, por exemplo, de Furnas de algumas empresas, inclusive do Nordeste. O que aconteceu? Também naquele período todo... Teve um período em que era permitido, qualquer um podia vender, todo mundo implantou essas usinas. Tinha até incentivo para implantar, como foi a Uruguaiana, que implantou uma usina importando combustível, gás, vindo da Argentina. Como teve outras. Por exemplo, tem um processo de importação também da Argentina de 2 mil Megawatts, que foram comprados principalmente através do Grupo Siemens e da Tractebel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dr. Nelson, gostaria de pedir a V.Sa. que seja mais objetivo nas respostas.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Ok. Então isso também...

O que aconteceu? Chegou um momento em que simplesmente não tinha mais gás na Argentina e não tinha importação. O que nós vamos fazer? Vamos continuar a deixar a população continuar pagando pelo custo de uma energia que a gente sabe que não existe ou vamos acabar com esses contratos? Então, o que se está fazendo? A empresa está sendo penalizada. Ela tinha um contrato e não vende mais energia. Então, foi retirado isso e a empresa está sendo obrigada a substituir essa energia nos contratos de energia regulados. Isso tanto para Uruguaiana quanto Furnas. Furnas também perdeu os contratos de importação, então ela está cancelando. Cancelou os contratos da CEPISA, CELG e não sei o quê e substituindo por outra energia mais barata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Seguindo agora, passo a palavra ao nosso Presidente Arlindo Chinaglia.



O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Generosidade de V.Exa., Presidente Eduardo da Fonte.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Só queria pedir que o senhor tanto desse tempo para nós como para os expositores, para podermos ganhar tempo, porque nós temos muitos inscritos aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Lógico, vai ser dado, não tenha dúvida.

Com a palavra o nosso Presidente Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, ao cumprimentar os convidados, eu queria fazer perguntas, espero, bastante objetivas, para que elas, as respostas, também possam ser.

Na ementa do objeto da CPI está firmado que a tarifa média de energia elétrica no Brasil é maior do que em nações do chamado G-7. A primeira pergunta aos convidados — não precisam todos responderem, um só basta: é verdade que é maior, na média, do que o G-7? Se não for, por hipótese — e o Dr. Nelson eu creio que de passagem já disse que a tarifa de fato é cara.

A segunda pergunta é: o que deve ser feito de imediato, a médio e longo prazos, para que as tarifas no Brasil barateiem?

Terceira pergunta. Eu tenho o maior respeito pelos servidores, por aqueles que exercem a função nas agências reguladoras. Eu quero retomar esse tema. As agências reguladoras, nos Estados Unidos da América, quando criadas, eram um braço do Estado para controlar o mercado. No Brasil é exatamente o contrário: com a privatização, o Estado, digamos, perdeu aquele controle que tinha, e a agência reguladora, então, foi uma concepção implantada obrigatoriamente por aqueles que defenderam a privatização à época, o que não é o meu caso.

A pergunta é... Veja, o fato de ser funcionário — não é pergunta —, o fato de ser funcionário de carreira traz uma série de bons requisitos, mas não garante — porque nada garante —, por exemplo, a moralidade. Eu não quero falar de outras Casas. Podem tomar como exemplo, a gosto, digamos, o próprio Legislativo.



Eu acho que o Dr. Nelson, na sua explanação, quase ao final, deu garantia que creio ser razoável. Tipo: as reuniões são públicas, os votos são públicos e por ali a sociedade pode controlar.

A pergunta para o Dr. Nelson: caberia até aperfeiçoamento na legislação para que a sociedade ficasse, digamos, mais tranquila, não com a ANEEL, com qualquer agência reguladora, em qualquer época? Porque depois que o voto for proferido, mesmo que seja público... Imaginem que uma agência pode decidir aquilo que o Presidente da República não decide, aquilo que o Congresso não decide. Ela pode decidir. Então, como antecipar esse tipo de risco, de que a gente só vai tomar conhecimento depois de uma decisão? É tipo: Depois que o juiz apitou, o pênalti é irrecorrível.

A quarta pergunta é a seguinte: em audiência passada, foi afirmado aqui por pessoas altamente qualificadas que a fórmula antes era simples, no sentido do modelo, e que hoje o modelo está cheio de penduricalhos — eu estou colocando de forma resumida —, e que um dos problemas é que, por exemplo, para se discutir qual é a fórmula do reajuste, para se discutir, digamos, aquela decisão para compor as variáveis e saber qual vai ser o preço a ser cobrado pelas distribuidoras tem uma fórmula, que eu esqueci o nome, e é uma fórmula que, digamos, nem sempre pode dar certo. Aliás, o senhor, ao relatar, deixou claro que a fórmula não funcionou, quando disse: *“Olha, se pensou, aí teve um problema com a hidrologia e aí teve que buscar, através da ONS, a entrada das termoelétricas pesadamente, o que encareceu”*. Essa é outra pergunta que vai no sentido de que ajustes os senhores pensam no sentido de aprimorar o sistema. Porque aqui foi usado o termo “penduricalhos”. Existem? Se existem, o que deve ser combatido para melhorar?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou pedir que o Dr. Nelson possa iniciar a resposta.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Vou tentar ser mais objetivo, senão a gente fica... porque o assunto é empolgante.

A questão da tarifa maior do que o G-7. Deputado Arlindo Chinaglia, é muito difícil a gente fazer essa avaliação. Nós fazemos um esforço danado. Com certeza, tem alguns países do G-7 com tarifas menor do que a nossa. No Canadá, com



certeza, está mais baixa do que a nossa. Mesmo na França, por exemplo, está mais baixa do que a nossa. São países que têm uma característica de uma geração totalmente amortizada e com um custo de combustível barato. E eles não têm... Eles têm uma diferença fundamental do Brasil: no Brasil, nós temos que implantar 3 mil, 3.500 Megawatts a cada ano; esse país não tem.

Então, você pega um Canadá, em que — a base deles é toda hídrica, as usinas deles já estão praticamente amortizadas e não têm que implantar usina nova, porque o mercado deles praticamente não cresce —...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Dr. Nelson, eu me esqueci. Me perdoe a interrupção. Peço licença a V.Sa., mas é o seguinte: veja, também foi comentado em audiência passada que a energia velha, que deveria ter barateado o sistema, acabou sendo misturada com energia nova — inclusive, a ANEEL teria retirado do seu mostruário, digamos, a sequência dos preços da energia —, e que, portanto, a própria sociedade fica sem esse controle, que creio ser do seu interesse específico, da ANEEL, dos demais presentes e nosso, acima de tudo.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Com certeza, não é esse o motivo.

Então, na verdade, de fato, vai ser difícil a gente avaliar essas diferenças. Nós estamos fazendo um trabalho bem mais exaustivo. Na próxima reunião nossa, em que vamos discutir especificamente esse tema, nós vamos trazer isso mais detalhadamente e vocês vão ver que a história não é bem assim. Quer dizer, é muito difícil a gente avaliar.

Agora, tem uma energia cara, e isso é o principal que vocês estão colocando. Acho que dá para ser mais barata, à medida que possamos capturar para a sociedade isso que o nosso Relator colocou aqui no início: a gente tem um processo, daqui para a frente, de renovação de concessões. Ou seja, as usinas estão amortizadas. Se é usina velha, isso tem que ser capturado para a sociedade. Elas não podem ser vendidas a preço de energia nova, a preço de custo marginal de expansão.

Então, acho que isso aí é uma oportunidade fantástica. E foi onde barateou a energia de alguns países. Nós vamos ter que colocar isso.



No País, quando se fez a mudança e a privatização do setor, lá em 95, 96, e todo aquele monte de leis, nós perdemos a grande oportunidade de baratear essa energia. Por quê? Porque ali também tinham usinas que eram de mil novecentos e vinte e pouco. Quando chegou à ANEEL para a gente julgar, eram usinas de mil novecentos e vinte e pouco! Já foram amortizadas 5 vezes, e foi permitido que elas renovassem ainda as suas, quer dizer, tivessem mais uma prorrogação, até 2015. Agora em 2015, por exemplo, está vencendo um grande número. Nós não capturamos nada daquilo ali, por isso a nossa energia subiu.

Essa questão de estar na página da ANEEL. Já mandei o pessoal até colocar tudo lá, porque, na verdade, não sei se... A ANEEL, eu acho que não retirou; acho que ela não tinha colocado. Começamos a colocar principalmente os dados lá. Não tem nada a ver isso. E, aliás, é ótimo para a ANEEL colocar, porque — nós vamos mostrar isso a vocês na próxima reunião aqui —, à medida que nós estamos efetivando esse processo de revisão tarifária, onde nós estamos fazendo essa questão de empresa de referência e tudo, vocês vão ver que a curva de evolução das tarifas, que vinha crescendo mesmo desde o processo de privatização, ela começa a cair para as distribuidoras.

Então, porque a ANEEL ia querer mostrar agora? Tinha que mostrar agora, ver que subiu, e depois, que está caindo, no processo que de fato ela está fazendo, que é de revisão tarifária. Então, nós vamos querer mostrar isso. Nós vamos mostrar isso aí detalhado.

A questão que o senhor colocou, realmente, é uma questão de preocupação grande — é uma das grandes preocupações que eu tenho na agência —, o seu quadro de empregados. De fato, é o seguinte: não temos a garantia de que as pessoas que entraram por um concurso público cheguem à ANEEL e ali vão exercer com dignidade, com presteza, com correção, a sua atividade. O que pode garantir isso? É o nosso trabalho de gestão dentro da empresa. Ou seja, temos que criar uma cultura organizacional, cultura dentro das agências, com legislação, com códigos rígidos, e a ANEEL tem isso. Ela tem um código de ética extremamente rigoroso, onde uma comissão de ética acompanha cada ato de cada um dos funcionários. E qualquer desvio — já tivemos casos desses de empregados, por exemplo... que chegaram acusações de desvio de conduta de empregado —



imediatamente vai para uma comissão de ética e é avaliado. Já teve empregado, por exemplo, que, antes de fechar o processo de avaliação pela nossa comissão, pediu para sair da ANEEL.

O que acho que é fundamental? É criarmos, de fato, essa cultura, de modo que as pessoas, na hora em que forem fazer um concurso da agência, vão dizer assim: *“Pô, espera aí, lá não é um lugar para eu entrar para fazer negócio. Então, não vou entrar lá”*. Mesmo assim, vão entrar. Chega um lá, tem uma oportunidade, tem um desvio. Estamos vivenciando, neste momento, um caso que aconteceu, de uma conduta que nós estamos avaliando, que pode ter um desfecho desagradável. Mas o que vai garantir para a agência é que ela tenha um código de ética extremamente rigoroso, que tenha isso sendo acompanhado permanentemente e que cada ato de desvio funcional de qualquer empregado seja devidamente punido. Isso vai começar a criar esse caldo, essa cultura na agência e permitir que, no futuro, não tenhamos esses desvios.

Agora, com relação ao aperfeiçoamento, eu não acho que essa questão da térmica não foi... Talvez eu tenha me expressado mal: não acho que não seja desvio, não. Eu acho, inclusive, que isso não é errado, não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu não falei do comentário de V.Sa., eu falei no sentido...

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Mais de revisão tarifária.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso, no sentido de que o cálculo do preço da tarifa, e particularmente para a distribuidora, quando ela vai comprar, é feito de uma fórmula — eu esqueci o nome e talvez vocês saibam —, e que isso foi antecipado que não era suficiente.

Creio que aí na sua exposição inicial, ao relatar episódios — por exemplo, falta de chuva, entre outros —, de fato, uma fórmula talvez não dê conta. E isso, por conclusão — e a conclusão seria minha —, de fato, isso precisa ser repensado, para ver se isso entraria como um dos pontos, na opinião de vocês, que merece aperfeiçoamento.

É isso. É mais simples do que está parecendo.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - De fato, tem aperfeiçoamento que a gente também... No fundo, é o seguinte: o mundo inteiro está aprendendo



nesse processo, entendeu? Está todo mundo discutindo. Esse seminário que a gente realizou aqui em Brasília para nós foi muito claro. Porque, no fundo, nós organizamos o seminário até para pegar experiência de países mais desenvolvidos do que o da gente, para ver se os caras estão mais na frente, e vimos que eles estão patinando que nem a gente mesmo. O tratamento tem muita dúvida, tem muito processo, mas vamos olhar para o aspecto mais regulatório das empresas de referências, de tudo.

Eu acho que o modelo nosso hoje, do próprio setor, é o seguinte: nós estamos sendo chamados — tenho certeza de que o Tolmasquim está sendo chamado, e eu também —, temos ido permanentemente para outros países; temos sido chamados pelo Banco Mundial, pelo BIRD para explicar o nosso modelo, que está sendo copiado por outras nações. Estão querendo consultoria nossa para verem como isso está funcionando, porque o nosso modelo está bem estruturado, está bem colocado e misturado. Agora, precisamos desse monte de ajuste que a gente vai fazendo no processo de regulação.

Então, precisa de ajustes? Precisamos muito, mas eu acho que o nosso modelo hoje é um modelo bem ajustado e bem colocado, e está sendo copiado por uma série de nações, porque nós conseguimos resolver o problema da garantia do suprimento de energia para todo mundo quando, com a contratação antecipada, há garantia para o investidor que vai fazer uma usina como Madeira, porque, primeiro, eu não jogo risco para o consumidor, quando o valor que ele definiu lá no leilão ele vai receber aquilo o resto da vida, ele não tem correção para aquilo. Então, não tem negocio o cara ganhou o leilão e depois vai aumentando o preço da energia durante a obra.

Não existe mais isso: é o preço que fixou no leilão. Tem, ao mesmo tempo, tem uma garantia para ele que, se ele fez a obra dele direitinho, ele tem uma receita garantida por 30 anos. Isso está levando, trazendo investidores de fora, todos investidores nacionais, todo mundo participando. Isso aumenta a competição e vai levar que a gente abaixe o preço da tarifa, que o custo da compra de energia é fundamental para ter a tarifa na ponta, porque não tem mágica, ou seja, mais barata. E aí, nesse aspecto... E também tem outro aspecto. Nós temos que recuperar esse período que nós ficamos sem fazer estudos de inventário e viabilidade no Brasil, que



nós não temos boas usinas para licitar. Então, se você não tem usina e nós temos que garantir o suprimento do Brasil, nós vamos comprar térmica mais cara no lugar de hídrica. Agora, se nós tivermos um conjunto grande de usinas e submetermos a uma licitação pública para realmente baixar o preço, nós vamos conseguir também fazer, abaixar o preço além do processo de renovação de tarifa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dr. Hermes Chipp.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Só para complementar uma questão que ele fez no início, países desenvolvidos do grupo G-7 que têm tarifas superiores ao Brasil. Inferiores: Alemanha, Inglaterra e Itália. Superiores, residencial. Industrial, Alemanha reduz, fica abaixo do Brasil, continua Inglaterra e Itália, com tarifas superiores. Destacando-se que na Dinamarca, a residencial, é o dobro: chega a 400 dólares por megawatt/hora.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Só, Dr. Hermes, não queira comparar esses países com a nossa matriz energética, não é?

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Claro que não.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Pelo amor de Deus.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Não, mas é isso que o Nelson colocou.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Vamos nos comparar com Canadá, com a China, com a Índia.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Mas é claro. Foi o que ele colocou.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Agora, se formos querer comparar com países com energia atômica...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É fácil resolver: a Dinamarca não está no G-7. *(Risos.)*

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Mas veja só, Deputado. Olha só. Deputado, olha o que o Nelson colocou. A composição da tarifa, ela depende do tipo de oferta. Dinamarca, por exemplo, é o dobro porque ela tem 35% de eólica. Então, depende muito da matriz.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, é que eu até brinquei aqui. Falei: a gente resolve porque a Dinamarca não está no G-7.



Agora, veja, mas para fazer essa comparação de forma apropriada, teríamos que ir inclusive para o nível salarial. Quando a gente faz, digamos, só com a... Em termos absolutos, se a gente levar em conta, digamos, a questão salarial, então, aí vira uma... E particularmente para a renda dos mais pobres do Brasil, que é outra discussão que nós sempre fizemos. Por exemplo, a pergunta mais objetiva seria: após a privatização a tarifa no Brasil diminuiu ou aumentou? Essa é uma questão que tem que ser pensada, tem que ser refletida, com todo o enxugamento, com aquilo que eventualmente alguém imaginou que iria baratear, a questão do monopólio, se a estatal, se é privado. Por aí vai. Aí fica para depois.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Não, só duas questões que eu esqueci de completar da questão do Deputado Arlindo. Primeiro, a questão dos penduricalhos. Eu acho que tem, viu, Deputado Ciro, igual o senhor está colocando, que tem muita coisa que a nossa tarifa está muito mais elevada porque nós temos um monte de penduricalhos nas nossas tarifas. Por exemplo, nós temos embutido dentro da nossa tarifa pagamento de consumidor de baixa renda via CDE. É penduricalho. O Brasil pode ter uma alternativa. Por exemplo, a Inglaterra tem tarifa de baixa... De baixa renda não; tem uma proteção para o consumidor de baixa renda, também na Inglaterra. Ou seja, lá tem uma legislação que diz o seguinte: quando ele gasta mais do que tantos por cento da renda dele com o pagamento da energia elétrica, ele recebe uma receita do Estado, mas não está na tarifa. A nossa está na tarifa. Nós não temos nenhum tipo de subsídio hoje na nossa tarifa de energia elétrica.

Então, ela vai... Os subsídios são dentro do próprio setor. Quando eu dou um subsídio para o baixa-renda, quem está pagando são os outros. Quando dou subsídio para o produtor de não sei o quê, quem está pagando são os outros. E aqui nesta Casa se sabe aí que tem 50 projetos de criação de subsídio para tudo quanto é coisa. Cada um desse que se está criando é um penduricalho que nós temos na nossa tarifa. Então, nós temos que verificar qual é o modelo que a gente quer. Por exemplo, é ruim ter CCC? CCC é um penduricalho na tarifa. E caro. Mas, ou seja, nós podíamos ter alternativa, fazer assim: enquanto eu não conseguir interligar o Norte, larga aquele povinho do Norte sem energia. Podíamos fazer isso. É isso que a gente quer? O País tem uma desigualdade que não tem na Dinamarca, na França,



na Espanha, não sei o quê. Além disso, o seguinte: hoje, no Brasil, não tem nada, um centavo do Estado cobrindo valor de tarifa.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Dr. Nelson, até para ficar claro o sentido que foi dado — e não foi por nós, foi por outros depoentes —, é que penduricalhos iam no sentido de complicar o sistema. Não tem nada a ver com benefício cruzado, é “penduricalho” no sentido pejorativo, porque o senhor está dando exemplos que são...

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Que são positivos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...na minha opinião bons. Agora, penduricalho é dado o seguinte: complica o sistema, atrapalha o sistema e encarece o sistema.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Sim, mas todos os penduricalhos... Estou dizendo o seguinte: são penduricalhos com essa intenção, como o CDE... Tem coisa dentro da CDE que eu não concordo. Agora, foi aprovada a Lei 10.438, que criou incentivo para construir gasoduto, incentivo para térmica a carvão no Brasil e deu incentivo para o baixa-renda, uma série de questões. O que a ANEEL faz hoje? Bota os penduricalhos todos na tarifa.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Ilderlei.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente, eu pediria que o Sr. Nelson entendesse que o povo do Norte, aquele povinho que ele citou aí, é um povo guerreiro e tem condição de produzir energia lá. Infelizmente, as burocracias que a própria ANEEL e o Meio Ambiente travam. Nós não precisamos de uma energia elétrica do Sul, do Sudeste; nós temos água à vontade. Então, esse povinho do Norte lá, que eu sou do Norte, é um povo guerreiro e precisa ser respeitado.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Deputado, me desculpe se o senhor entendeu mal. O que quis dizer é exatamente esse sentido, ou seja, que algumas pessoas acham no Brasil que não precisava de ter uma CCC enquanto a gente não consegue ter essa energia, inclusive mais barata — e é o Norte que vai abastecer o Brasil. E aí acha que é o seguinte: “Ah, não, aquele povinho lá não precisa não”. Pelo contrário, estou colocando que aquele lá é um cidadão brasileiro,



que ele precisa de receber energia dele. E que ele não tem de pagar por um custo de uma energia mais cara do que o centro-sul. O Brasil criou então um mecanismo que, enquanto eu não tiver condição de aproveitar os potenciais do Norte, ter uma energia mais barata para aquela população lá, que uma parcela daquele custo da população do Norte lá, que tem que ser respeitada, ele vai ter que pagar com o custo que ele pode pagar. Porque não tem sentido eu condenar a população do Norte a ficar sem energia. Então, foi esse que é o sentido. Então, é ruim o CCC? Eu não acho que é ruim. É uma forma que nós achamos para atender dignamente uma população está em todo o Norte do Brasil. Então, me desculpe se eu fui mal-entendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos em seguida agora... Mesmo porque, Deputado Ilderlei Cordeiro, não existe povo nem povinho; existe cidadão brasileiro.

Vou passar a palavra agora ao Deputado Fernando Marroni.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, nossos convidados. Penso que ficou muito clara aqui a motivação que levaram esta Comissão a convidá-los para prestar esses esclarecimentos aqui na nossa Comissão. Se bem que penso não estar no âmbito das tarifas, né? No âmbito da investigação sobre as tarifas, né? Na verdade, é uma possibilidade futura de transferência; uma adequação técnica e um benefício para a Nação trocar o combustível óleo por combustível gás, uma vez que também a PETROBRAS queima esse gás independente do seu uso. A PETROBRAS está queimando esse gás independente do uso. Então, penso que...

Agora, eu queria fazer o seguinte questionamento: no edital que contratou essas térmicas, tinha localização e tinha tipo de combustível? No edital de contratação dessas térmicas, que hoje estão concentradas no Nordeste, e temos dificuldade de despacho de carga para o Sul, Sudeste etc., lá no edital existia tipo de combustível e existia localização? Porque, se não existia isso e era simplesmente a compra de energia térmica — e aí acho que térmica deveria estar no edital, porque não era uma compra de energia qualquer, como se fez agora ou se está fazendo leilão de eólica, tem que ser eólica, tem que ter transferência de tecnologia, tem que



ter parte da montagem nacional etc. Então, esta é a minha dúvida, se lá existiam esses condicionantes, né?

Foi afirmado aqui pelo Maurício Tolmasquim que, no portfólio da distribuidora, existem vários componentes dessa energia que ela compra para ser distribuída. Na verdade, há de se questionar hoje no Brasil por que a tarifa do Norte, do Nordeste, do Sudeste ou do Sul não é a mesma tarifa. Imaginem se nós... Porque nós estamos tratando aqui de energia, certo? Quando a gente trata de energia, nós não podemos esquecer que nós temos um outro componente da energia que não está no âmbito do setor elétrico, que é energia petróleo, que tem um custo de exploração do Campo de Tupi, que é diferente do Urucum. Vamos comparar gás aqui, lá no Amazonas, mas não se paga diferente, a não ser, dependendo lá da distribuidora do posto de combustível, um pouquinho a mais aqui, um pouquinho a mais ali. Mas o óleo *diesel*, a gasolina, a nafta, o filó, tem um preço só no País inteiro.

Por que a energia não tem um preço só no Brasil inteiro? E inclusive com diferenciações impensáveis! O povo de Brasília tem um poder aquisitivo muito maior, efetivamente, do que o povo do Nordeste, o povo do Norte, o povo do Sul, e aqui se paga a tarifa mais barata. Quer dizer, não dá para a sociedade brasileira entender. Nós aqui, nesta Comissão, sentados aqui, com a empresa de pesquisa, com a ANEEL, com o sistema de distribuição, ou podemos ter aqui o Ministério de Minas e Energia, são tantos órgãos, tantos organismos a apresentar suas justificativas, mas lá o consumidor quer saber por que não paga igual; por que não há uma isonomia dessa tarifa.

O que este Parlamento pode fazer? Porque entendi bem as afirmações do Presidente Nelson de que tudo o que a ANEEL faz está regrada pela legislação feita por este Parlamento. Então, qual seria a contribuição da empresa de pesquisa, da ANEEL etc. para que nós pudéssemos contribuir neste debate e resolver o problema da tarifa definitivamente, como é hoje, por exemplo, o custo do combustível no País e outros tantos, que devem ser isonômicos para todo o povo brasileiro. Então, eram essas as...

Também sobre esse tema do custo da tarifa de energia elétrica no País, que se compara com outros países, teve uma afirmação aqui de um Deputado do Acre de que lá o ICMS é de 33% sobre a tarifa de energia elétrica, no outro Estado é 15,



no outro Estado é 17. Então, a gente tem um componente fora do custo da energia. Agora, não dá para a gente entender. Não, Canadá, porque é só hídrica? Bom, pelo que sei, 75% ou 74% da energia consumida no Brasil é energia hídrica. Então, por que esse preço é tão diferenciado, tão alto? O que está acontecendo? Essas térmicas não têm... Essas térmicas a óleo são chamadas a entrar no despacho de carga, eventualmente quando não temos água o suficiente acumulada, mas, na minha opinião, deve ser um percentual mínimo, sazonal, que não tenha esse impacto tremendo que se possa imaginar na tarifa de energia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de passar a palavra agora, para que possa acrescentar as perguntas, ao Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Bom, eu acho que essa pergunta do Deputado Marroni está numa linha adequada do ponto de vista das perspectivas futuras. Eu acredito que esta CPI não é uma CPI para encontrar culpados; é uma CPI para encontrar saídas, soluções; é uma CPI pró-ativa no sistema brasileiro, e acho que é absolutamente adequada do ponto de vista de fazer um debate de alto nível, como nós estamos presenciando aqui.

Teve uma audiência na última semana, em que se discutiu basicamente o modelo. É claro que nós teremos outra oportunidade para debater, mas eu acredito que, dentro dessa visão que o Marroni está colocando, que de fato é um pouco o sentimento popular, todo mundo quer pagar tarifa mais barata. Quem está no mercado livre acha que está cara agora; estava barato antes, mas está caro agora, e quer que fique mais barato, mais competitivo para a indústria. Quem está pagando as tarifas, o consumidor comum, nós, os consumidores, também gostaríamos que fosse mais barato. Quer dizer, isso aí é natural. Então, tarifa não pode servir para discurso do ponto de vista eleitoral, da política mais do debate. Tem que servir para a gente discutir algo que é plausível.

Nós teremos aqui um tempo para renovação das concessões. Em que perspectiva isso pode ser uma oportunidade? Porque essa resposta dos senhores pode ser muito a orientação da própria CPI, que já tem isso como foco. Porque, de fato, as amortizações têm a ver com isso, o próprio modelo... Não na revisão do



modelo, porque não se pode jogar um modelo fora; o modelo tem que ser aperfeiçoado, mas nós poderíamos ter uma oportunidade de redução da tarifa a partir dali. Então, como é que os senhores veem isso?

Acho que seria mais para a EPE: a questão dessa transferência das térmicas do Nordeste pode dificultar a energia no Nordeste? Em que medida? Eu acredito que não.

É claro que nós temos alguns requerimentos aqui que tratam da questão das verbas acessórias. Também em que medida isso vai poder ser... Porque nós temos um projeto agora tramitando aqui na Casa, uma medida provisória, que mantém... Tem várias medidas que até ampliam as chamadas contribuições, as CCEE, enfim, CDE, todas as chamadas contribuições.

Então, seria esta a pergunta: principalmente em perspectiva, quais são as possibilidades de redução da tarifa a partir do debate que nós poderemos implementar agora e das soluções que a CPI pode apresentar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria também de acrescentar, para que possamos adiantar, o Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. convidados, Sras. e Srs. Deputados, acho que em audiências anteriores aqui já ficou mais do que comprovado essa incorreção por parte das concessionárias. Eu gostaria de fazer algumas perguntas, mas já foram feitas pelos nossos colegas, mas eu vou fazer uma aqui ao Diretor-Geral da ANEEL, Sr. Nelson.

Eu tenho aqui uma publicação publicada ontem, dia 1º de setembro, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, que é a Portaria nº 331, não sei se o colega tem conhecimento, onde o Ministério de Minas e Energia prorrogou por 20 anos as concessões da COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica, hoje com a nova denominação COPEL Gerações S.A. Em seu art. 1º, uma das usinas hidrelétricas tem a denominação de Segredo; no art. 2º, tem a denominação de Rio Iguaçu e, no art. 3º, também uma usina de nome Cavernoso. No seu art. 4º, diz que essa portaria só será eficaz a partir do momento em que a ANEEL fizer o termo aditivo.

Eu pergunto ao senhor: como é que fica hoje? Diante do que já foi dito aqui, dessa situação das concessionárias como um todo, a gente dá uma prorrogação de



20 anos? Qual vai ser o papel da ANEEL, efetivamente, de dar uma nova outorga de 20 anos, depois de a gente estar debatendo tanto essa questão da energia elétrica, da taxa? O senhor vai simplesmente ratificar esse ato do Ministro? O senhor tem alguma coisa para ser feita? Qual o critério que a ANEEL vai utilizar para isso? Eu gostaria também de saber do senhor se, através dessa portaria, passou pela ANEEL para que o Ministro tomasse conhecimento se essas cláusulas contratuais do primeiro contrato foram obedecidas? Enfim, eu gostaria de que o senhor me falasse sob essa prorrogação de contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passo a palavra para que o Dr. Maurício Tolmasquim possa começar a responder as perguntas.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - Muito obrigado. Vou começar com a questão colocada pelo Deputado Marroni. No edital, certamente, não tinha localização nem tipo de combustível. Na realidade, é um leilão geral; não é nenhum leilão de térmica, é um leilão que qualquer fonte pode competir; é um leilão com megawatt/hora.

Então, do ponto de vista do edital, quem fornecer menor valor do megawatt/hora ganha. Então, menor tarifa para o consumidor ganha, não importa se o gerador é estatal, privado ou nacional. Se é o tipo de combustível, o menor valor ganha. Então, do ponto de vista do edital, nesse aspecto, não tem problema. Agora, tem outras questões que têm de ser verificadas pela ANEEL, para ver se uma eventual troca de combustível não feriria alguma regra do leilão. Então, por isso que a gente tem de aguardar uma análise do jurídico da ANEEL com essa questão da tarifa que é diferente, porque essa questão que foi colocada: mas se cada distribuidora tem um pouquinho de cada usina do País, por que o preço não é igual? Porque a tarifa não é apenas a geração. A tarifa tem outros componentes. Por exemplo, uma distribuidora que esteja numa região que tenha muita área rural, o custo de transmitir para área rural é maior do que aquele que você tem um adensamento.

Vamos pegar o caso lá do Rio de Janeiro. Você tem a Light e a Ampla: uma está numa região super urbana e a outra numa região que têm várias propriedades rurais; o custo de transmissão é diferente. Vou dar um outro exemplo. Se você está numa área que tem muita perda, os chamados “gatos”, muito ou pouco “gato”, isso



vai influenciar de uma certa forma a tarifa; se tem muita inadimplência ou pouca inadimplência, vai influenciar na tarifa; se você tem muita indústria ou pouca indústria, vai influenciar na tarifa; se você tem um ICMS alto ou ICMS baixo, vai influenciar na tarifa. Então, da tarifa, no final, a geração é apenas um pequeno componente. Eu não sei a percentagem, mas eu acho que é metade. A geração deve ser uns 40%. Além disso, tem a transmissão. Se você tem muita geração próxima, você paga menos de transmissão; se você está longe da rede de transmissão, você paga mais transmissão.

Então, é um somatório de fatores. Com essa questão de comparar tarifas, temos de tomar muito cuidado quando estamos comparando, como comparar com outros países. A coisa mais difícil... Aliás, eu coloco o meu pessoal para estudar, é difícilimo comparar, porque geralmente as tarifas que são colocadas não têm imposto nem encargo. Imposto e encargo no setor elétrico é mais ou menos metade. Metade do que você paga é imposto e encargo. E tem países que não consideram nem a transmissão. Então, tem de ver o que ele está comparando? Estamos comparando coisas iguais ou estamos comparando coisas diferentes? Se nós tirarmos o que é imposto, o que é encargo? Encargo é, como foi dito, é aquilo que é pagar o PROINFRA. É o encargo. É importante? É importante, foi votado nesta Casa. É encargo. Luz para Todos é importante. É importante. É uma lei.

A CEDAE para pagar baixa renda, é importante? É, porque foi votado nesta Casa. Apoio a usinas a carvão, é importante? Deve ser, porque foi votado nesta Casa. Apoiar os sistemas isolados, é importante? É porque é uma lei. Então, o que no fundo a gente tem é um conjunto... Quer dizer, criar subsídios é fácil, a gente cria. Depois, tem de se pagar. É a soma desses fatores todos, junta isso em impostos. O que alguns países fazem? Eles não colocam isso na tarifa. Isso sai... Por exemplo, você quer apoiar fontes alternativas? Sai do Orçamento da União. Você quer apoiar Luz para Todos? Sai do Orçamento da União. O que acontece? Ao fazer isso, você não coloca na tarifa; a tarifa fica mais baixa, sai de outras rubricas. O que tem de ter no Brasil? Está tudo na tarifa. Então, a tarifa está muito alta.

Então, a gente tem de tomar cuidado com o que a gente está comparando. Se a gente compara coisas distintas dá, às vezes, uma ilusão. Se eu pegar a geração no Brasil, hoje, eu não tenho dúvida de que ela é mais barata do que nos outros



países, na maioria dos outros países, porque a nossa geração, a maior parte de usinas elétricas são amortizadas. Não tem como ser mais caro. Agora, você soma uma porção de outras coisas, aquilo fica uma coisa distorcida. Então, é importante a gente levar isso em consideração. Aqui pegando a questão do Deputado André Barros, eu concordo com V.Exa. Eu acho que a renovação da concessão é uma oportunidade de a gente capturar um pouco essa renda diferencial. Quer dizer, você tem usinas amortizadas, o preço em mercado é mais alto. Então, se a gente consegue pegar a diferença entre o preço de mercado e o preço de custo da usina, você tem como reverter isso em prol da modicidade tarifária. Então, é claro que tem o espaço. Isso será levado em conta, certamente, pelo Governo essa sua visão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Talvez na reforma tributária, apenas chamando o colega, nós também possamos equacionar essa questão do ICMS, quer dizer, tornar isonômico o ICMS no País, que já, de fato, um diferencial grande.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - Era isso e acho que respondi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passo a palavra ao Dr. Nelson Hubner.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Deputado Fernando Marroni, na verdade, essa questão da equalização... Ou seja, no modelo em que a gente está aqui hoje, não tem como a ANEEL praticar isso. Ou seja, cada distribuidor — o Tolmasquim já detalhou um pouco aqui — vai ter uma tarifa. Por quê? Porque eu tenho que equilibrar. Por exemplo, a ANEEL, a ordem é a seguinte: cada vez que eu vou fazer uma revisão tarifária, eu tenho que equilibrar receita e despesa. Mais ou menos ali. Ou seja, eu dou um incentivo pra empresa, mas eu vou equilibrar o custo de manter, operar toda aquela rede de distribuição que eu tenho numa área de concessão, com a receita que tem ali.

Quando a ANEEL faz empresa de referência e define assim, qual que é o custo que eu vou reconhecer pra uma distribuidora, então, eu calculo aquilo ali: “Vou te reconhecer isso aqui, vou te dar isso aqui na tarifa.” Aí a ANEEL casa com o quê? Ela pega e levanta o seguinte: “Qual que é o mercado que tem ali?”

Então, ela levanta o mercado lá. Se é um mercado ótimo como um todo, o que acontece? Eu tenho um custo pequeno e uma receita alta, o que acontece? A tarifa vai ficar pequenininha. Por outro lado, se eu tenho necessidade de grandes



investimentos, tem que fazer muita coisa, o custo de operação não é muito elevado, num Estado extenso, com o mercado muito rarefeito, e disperso, com mercado pequeno, eu tenho custo elevado e receita baixa. O que acontece? Vai disparar a receita.

Agora, a ANEEL não consegue remendar ou consertar isso só com os mecanismos que eu tenho. Nós vamos ter que ter que um tratamento da discussão aqui no Congresso, ou seja, que mecanismo que nós podemos criar pra permitir que, lá na regulação, eu permita diminuir isso. Porque também acho que não é factível, num país com tantas diferenças em termos de renda, de necessidade de desenvolvimento, ou seja, eu não posso ter uma energia tão mais cara no Norte e no Nordeste do Brasil, porque eu vou inviabilizar o desenvolvimento dessas Regiões nossas. Ou seja, então, nós temos que permitir que tenhamos uma tarifa mais baixa nessas Regiões.

Então...

O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI - De certa forma, nós já temos uma CCC, não?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Quer, dizer, mas a CCC está vindo lá e agora está equilibrando. Mas, ou seja, ela vai acabar daqui a pouco, porque nós estamos interligando(*ininteligível*) todo. Mas aí vão estar sempre com essas diferenças de um Estado pra outro. Então, vamos ter que criar alguns desses mecanismos, que é pra a gente colocar isso.

Agora, ICMS, imposto, realmente perde mais. O Deputado André Vargas colocou isso. Acho que tinha que ser tratado numa reforma tributária, porque é o seguinte: o imposto sobre a energia elétrica é o imposto mais fácil de arrecadar, né? Ou seja, todo mundo paga a sua conta. Então, precisa um pouquinho mais, a gente reconhece as dificuldades do Governador. Eu não queria estar na pele dele lá, que também tem que ir lá e equilibrar seu orçamento e tudo. Mas não pode ser em cima da conta de energia. É isso que um pouco o Tolmasquim colocou. Por que, às vezes, determinados países têm a tarifa de energia mais barata? Tem mais barato porque ele cobre esse tipo de coisa via outro mecanismo. Ele tira o imposto lá, sei lá, do produto final. Se tiro do produto final, eu alívio.



Gente, tem empresa que chega a 40% do custo de energia é imposto. Quarenta por cento. Então, não tem mágica. Você pode tirar e colocar tudo lá e vai ter esse impacto. Ou seja, se não tiver um limite desses...

Agora, por exemplo, vocês criaram aqui uma legislação pra gente cobrir e dar uma tarifa de baixa renda. Os Estados estão aplicando. O seguinte: quando aplica de baixa renda, aí o cara tem uma redução lá no custo da energia pra alimentar. Então, o consumidor de baixa renda está pagando mais ICMS do que os outros. Vocês sabiam disso? Porque o cara aplica ICMS sobre a tarifa cheia. Não depois da sua lei, não é?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não, não. Nós já aprovamos...

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - A limitação.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - ...uma emenda do Deputado Aleluia, que está parada no Senado, que resolve essa questão.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Exatamente. O que está acontecendo hoje, nós vamos trazer isso aqui na próxima reunião nossa, que tem Estados — no seu Estado está acontecendo isso, viu, Deputado? —, em que, na verdade, o consumidor de baixa renda está pagando cento e tantos por cento de ICMS na tarifa dele.

Então, é impossível a gente continuar convivendo com isso. Acho que, então, é fundamental nós discutirmos tudo isso e verificarmos o que são ações que cabem à ANEEL, como reguladora nisso tudo, e que ações que cabem, inclusive, aqui, a esse espaço, ao Congresso Nacional, no sentido de mudar alguma coisa na legislação, que permita ajustar isso.

O questionamento, inclusive, do Deputado Nelson Bornier sobre a questão da COPEL. Deputado, quando foi feita a parte de privatização no Brasil, a legislação brasileira... O seguinte: todas aquelas usinas que existiam naquela época, que tinham uma concessão até naquele período ali, elas poderiam ter mais uma prorrogação por 20 anos. Essas usinas da COPEL estão enquadradas dentro desse conjunto. Então seguinte: primeiro, o poder concedente não é a ANEEL, o poder concedente é o Ministério de Minas e Energia a partir da mudança na legislação que houve na 10.848.



Então, o que a ANEEL faz é até instruir o processo, prepara tudo, passa pela ANEEL e encaminha pro Ministério. Mas o Ministério também, como poder concedente, está cumprindo o que manda a lei. E, se a empresa requisitou essa prorrogação, ela está atendendo a um dispositivo legal e fazendo essa prorrogação.

O que a ANEEL vai fazer? Ela vai pegar os valores, os contratos que estão celebrados e com quem essas empresas... Vai continuar sendo da COPEL ou sendo de qualquer outro dono, existem os contratos comerciais celebrados. O que a ANEEL olha é, com esses contratos com as distribuidoras, quem é que está comprando essa energia, quanto custa. E reflete isso na tarifa.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Mas, de qualquer forma, esse primeiro contrato de concessão, essa outorga que foi dada, compete a vocês saberem se todas aquelas cláusulas foram cumpridas.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Claro. Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Não o Ministro chegar lá tão-somente: *“Olha, está prorrogado e...”*

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Perfeitamente. Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Como é que é isso?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Mas isso é sempre feito dessa forma: passa pela ANEEL, a ANEEL levanta todas essas condições e passa pro Ministério. Então, com certeza, isso já foi checado. Eu não posso te falar de pronto, porque...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu sei. Mas, eu acho que era o momento agora...

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - ...eu não participei desse debate (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Acho que era o momento até pra uma discussão disso agora.

Acho que os investimentos que teriam de ser feitos foram feitos ao longo desses vinte anos. Então, já que vai levar mais 20 anos, acho que era o momento de se discutir essa questão do barateamento da tarifa. É por isso que eu falei, perguntei.



O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Concordo com o senhor, Deputado. Só que isso...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Vai levar 20 anos, sem nenhum custo.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Aí depende menos da gente do que de todos vocês aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Agora, com certeza, a ANEEL já conferiu todas as cláusulas para se realmente saber...?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Acho que já conferiu. Eu não tenho certeza absoluta, (*ininteligível*) ANEEL, passou isso lá, porque eu cheguei na ANEEL outro dia. Então, não sei se... Mas, formalmente...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, eu vou solicitar um pedido de informação à CPI para ver esse contrato inicial, não só dela mas de todas elas, até para a gente saber efetivamente se foram cumpridas essas cláusulas. Porque, de repente, bate lá no Ministério, está vencendo, prorroga-se de qualquer maneira.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - De uma maneira geral, Deputado, falo de maneira geral, todos eles passam pela ANEEL; a ANEEL analisa todos eles; verifica isso aí; verifica se esses agentes, inclusive, estão quites, se não têm nenhuma pendência com o setor. Só a partir daí, vai pro Ministro. O Ministro prepara o ato de outorga e assina. Então, acredito que isso já esteja tudo verificado.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Então, a ANEEL já verificou tudo isso pra que o Ministro pudesse ter feito essa portaria de prorrogação?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Isso. Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Ela já exerceu esse papel já?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Não vai exercer agora, não?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Vamos solicitar isso, viu, Sr. Presidente, entrar com um pedido de informação pra...



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, em conjunto com o Deputado Nelson Bornier, eu já solicitaria toda a cópia do processo imediatamente, para que nós pudéssemos aqui nos aprofundarmos e termos noção do que está feito em segredo, no cavernoso, nesse momento em que nós estamos discutindo um problema tão sério pro nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Iremos deliberar na próxima reunião.

Seguindo agora a ordem, com a palavra o Deputado Márcio Junqueira. Em seguida, o Deputado Ilderlei Cordeiro e Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, Srs. convidados, colegas Deputados, acho que nós temos que encerrar a CPI, porque, pelo que foi colocado pelos convidados aqui, está tudo bem.

Eu não concordo! Pra mim, Dr. Nelson, falta sinceridade, honestidade pra dizer que esse sistema que existe hoje serve para enriquecer os distribuidores, impedir o Brasil de crescer e de se desenvolver. E serve ainda para aplicar o dinheiro do povo brasileiro de forma equivocada e criminosa.

Essas fórmulas apresentadas aqui, para mim, são tão-somente dispositivos para assaltar o cidadão brasileiro.

Falaram aqui... O senhor falou de Itaipu que se compra energia a preço de dólar, as negociações que se faz, a SELIC. Mas quem construiu a Itaipu? Quem pagou a conta da construção? Foi o povo brasileiro! Esse mesmo povo hoje, chamado de cativo — e eu me enquadro nesse rol, também sou cativo. Eu sou cativo, eu sou escravo, eu sou obrigado, eu sou humilhado, eu sou jogado, assaltado, pois o cativo não tem opção.

Falou-se aqui de risco. Quero dizer aqui para a plateia: não existe risco nenhum hoje no mercado da energia, nenhum para o investidor. Por quê? Porque toda a energia que nós pudermos produzir hoje já está vendida. Então, não tem risco nenhum.

Se precisar de dinheiro, vamos lá no BNDES. Está lá, um superávit nosso, estão lá os contingenciamentos, como da SUFRAMA. Está lá, fazendo o caixa lá o BNDES, pro Presidente deste País inclusive oferecer pra construir hidrelétricas em outros países, pro Presidente deste País pegar e oferecer energia, a nossa energia



lá pro Paraguai, como se já não bastasse a que nós damos lá, quer mais. Então, não tem risco nenhum.

O senhor falou de conduta. E eu vou apresentar um documento pro senhor — e não estou me referindo ao senhor naturalmente, até porque nessa época o senhor não estava lá. Mas teve pessoas que exerceram cargos importantes na ANEL, Sr. Presidente, Sr. Relator, que não tiveram uma conduta nem ética, nem séria e muito menos honesta. E esta CPI vai demonstrar isso.

Dr. Maurício, o senhor colocou a questão dos leilões de energia eólica. Eu acho que nós temos de sair desse romantismo. Acho que é importante que o povo brasileiro saiba quanto custa um mega gerado, um mega eólico — é importante que o povo saiba — e quanto custa o mega hidro, pra gente sair dessa utopia. Achar que nós vamos encher o Brasil de cata-ventos, de florestas, nós já vimos modelos esses em outros países, que não é isso. Nós podemos estar enveredando por um caminho... Eu até concordo, mas nós podemos estar enveredando num caminho que não é aquilo que nós estamos tentando passar pra opinião pública. Então, é importante dizer quanto custa.

O senhor falou que o consumidor está com a faca e com o queijo na mão. Eu entendo que o consumidor hoje é o queijo e que está sendo devorado. O consumidor, se tem uma coisa que ele não tem é a condição de se defender.

E ainda o Dr. Nelson falou: “Qual é o modelo preferível para o Brasil? Qual é a tarifa?” Preferível, Dr. Nelson, é ter uma tarifa de energia justa e não sermos assaltados todo mês através de uma conta de luz. Eu pergunto ao senhor, o senhor que está lá, o senhor que é Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica deste País: gerar, transmitir, distribuir energia hoje, neste País, é um mau negócio? É um mau negócio? Se é um mau negócio por que todo esse interesse? Por que essa coisa fechada?

No dia 29/11/2004, numa reunião na SRE... E aqui, eu depois entrego esse documento pro senhor, nós temos aqui, a nossa assessoria fez uma explanação. Eu já vou terminar, Presidente. A Lei 8.987, de 1995, estabelece, em seu inciso II do art. 2º, que a concessão de serviço público é definida como:

“(...)a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de



concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre...”

Que demonstre “*capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco(...)*”

Por sua conta e risco — está aqui no inciso II do art.2º. O concessionário tem direito aos lucros decorrentes da prestação de serviço e deve-se — pelo menos eu imaginava — sujeitar-se aos riscos inerentes às atividades empresariais. Isso diz respeito às linhas de transmissões, à turbina, a um mancal, a uma comporta, a um motor, ao gerador. Enfim.

E digo isso porque, em 2005, a ANNEL celebrou com as distribuidoras de energia um termo de aditivo aos contratos de concessão que incluíam, a pedido da ABRADÉE — conforme prova este documento aqui, que eu tenho nas mãos —, que as perdas técnicas e as perdas comerciais fossem repassadas pro custo da tarifa, pra nós. Aí sim, eles é que não querem correr risco nenhum. Após a celebração desse termo aditivo, a tarifa média, sem tributos — porque aqui se falou dos tributos, porque joga sempre para os tributos —, sem tributos, cresceu 27% entre 2004 e 2006. No mesmo período, o IGPM foi de 18,1 e o IPCA de 17,2. A tarifa média no Brasil, sem tributos, no ano de 2004, custava 197 reais e 35 centavos o megawatt hora. Em 2005, sai de 197 e vai para 236 reais e 68 centavos. Em 2006, vai para 250 e 83 centavos.

E o Sr. Luiz Carlos Guimarães, o Presidente da ABRADÉE, até brincou aqui com as vantagens que as distribuidoras recebem da ANEEL. E lamentou o fato dele ser apenas um profissional contratado pela ABRADÉE, porque o que ele queria ser mesmo era dono de uma empresa de distribuição de energia; Porque o negócio é bom, é muito bom para eles!. Agora, para nós e para o industrial, não é.

E eu pergunto ao senhor, finalizando: a ANEEL está confundindo a diminuição de riscos com a eliminação de riscos? Diminuir os riscos, nós concordamos. Agora, eliminar os riscos? Todo negócio tem risco.

O senhor considera correto que as distribuidoras repassem para as tarifas a sua incompetência gerencial? Nós é que temos que pagar? Além de pagarmos a conta, ainda temos que pagar a incompetência de quem pegou o que era nosso pra ganhar em cima da gente e não deu conta de cuidar.



O senhor considera correto, Dr. Nelson, que aqueles que pagam suas contas em dia sejam penalizados e acabem pagando por uma inadimplência que eles não controlam? Nós não temos culpa. Quem paga é penalizado porque teve lá o “gato”, porque teve... Que cuide, que contrate funcionários, que coloque carros nas redes, que contrate helicópteros, porque eles pegaram da gente pra cuidar, e nós pagamos caro.

Quanto da tarifa representam as perdas? E, por fim, o TCU afirma que, em 2007, as perdas comerciais representaram 5% da tarifa.

Muito obrigado. Desculpe, Dr. Nelson, mas é o senhor que está hoje como Diretor-Geral e o cargo tem o ônus e o bônus, e hoje o senhor ouviu de nós o ônus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Ilderlei Cordeiro.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. convidados, minhas palavras não são diferentes das palavras do nosso querido colega Márcio Junqueira, pela indignação do que está acontecendo.

E a mesma pergunta que o Márcio fez eu ia fazer ao Sr. Maurício e ao Sr. Nelson sobre essa situação. Será que é justo o povo ter que pagar pela inadimplência e pelos “gatos” que os fornecedores... Por culpa de ingerência deles, a população brasileira vai ter pagar isso? A mesma pergunta eu ia fazer. Então, respondendo ao Márcio, respondendo a minha pergunta.

E digo ainda, Márcio, você acabou de confirmar que o povo está no queijo, porque, Sr. Nelson, Sr. Maurício, percebi, vendo as situações do Acre, vendo as reclamações de um povo do meu Estado, de Sena Madureira, como por exemplo vou dar agora. Uma dona de casa, a conta de luz dela era, no mês, a média não passava de tal aumento. Mas, num mês, ela pagou nada mais que, o máximo, 30 reais. No mês seguinte, ela pagou 800 reais. Ela foi para o PROCON reclamar, quando chegou lá no PROCON reclamando, sabe o que foi que o fornecedor fez? Fez foi cortar a energia dela.

Então, pra quem a gente tem que reclamar? Porque, onde a gente tem que reclamar, faz uma situação dessa. A minha pergunta é essa: qual atitude que nós



temos que tomar junto com essas empresas fornecedoras, que, quando é denunciada, faz é prejudicar a população? Então, Márcio, você está com toda razão, que o povo hoje é o queijo.

Ouvi o Sr. Nelson falar e eu pergunto também. Eles falaram sobre a compra de energia elétrica antecipada, para que não faltasse. E a minha pergunta é: essas empresas — e a ANEEL controla isso —, elas cobram do consumidor essa despesa, que ela tem que comprar energia antecipada? Vocês falaram que as empresas têm que fazer compras antecipadas para não faltar energia. É cobrado do consumidor essa despesa, que tem de fazer compra de energia antecipada, leilão antecipado para que não falte para o consumidor?

O senhor também falou, Sr. Nelson, que pretende e quer melhorar a situação das tarifas de energia elétrica pro consumidor. O senhor fala que tem de fazer audiência pública, convocar o Ministério Público, ouvir a população. Agora, a pergunta que eu faço: o senhor imagina o tempo que vamos levar discutindo audiências pública, discutindo audiências pública, sabendo que o povo quer realmente o preço justo do que ele está consumindo? Hoje eu acho que nós temos a Internet. Temos aí como o senhor abrir uma página na Internet e o senhor vai ver que, se tiver alguma reclamação dizendo que algum consumidor quer pagar mais caro, não tem não. Todos querem pagar mais barato. E eles vão dar dizendo... Que não precisa ter audiência pública não. A ANEEL tem como fazer urgentemente uma discussão com as distribuidoras, com as geradoras e com os fornecedores para que essa energia seja barata. É isso o que eu lhe faço. Se o senhor for fazer audiência pública, o senhor pode ter certeza que o senhor vai ter um resultado dessa magnitude. Tem a Internet, abra uma página, escute a população, que é eles que nos colocaram aqui para falar sobre isso. É isso que nós queremos.

Já que o senhor também quer que os consumidores paguem menos — e até pergunto também ao Maurício —, o senhor já fez algum estudo técnico do potencial energético e dos custos de energia na Amazônia, com a quantidade de rios que a gente tem? Se o senhor já fez algum estudo técnico mostrando que, com o potencial energético que nós temos na Amazônia, tem como a gente suprir a necessidade do País?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Fiz.



O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Então, se o senhor fez, espero que o senhor passe um relatório pra nós aqui, para essa Comissão, mostrando o potencial energético que a Amazônia tem. Porque a minha indignação ainda agora foi justamente isso: nós somos ricos, a Amazônia é rica e nós não precisamos tirar do bolso do consumidor do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste, para que vá sustentar as nossas despesas lá. Por isso que eu quero saber o potencial energético e passe para esta Comissão.

Ainda mais, Sr. Nelson. Tenho aqui também, na nossa Assessoria, uma nota técnica, de nº 51, de 2003, que a ANEEL reconheceu que *“As perdas não deveriam constar nos itens da parcela A, que incluem os custos não gerenciais e que são repassados integralmente para a tarifa.”*

Na revisão tarifária de 2003, foram estabelecidas novas tarifas, segundo a metodologia adotada pela reguladora. Essas tarifas teoricamente tinham como base custo eficiente, pois os consumidores seriam, naquela oportunidade, beneficiados pelas reduções de custos e pela maior eficiência que as concessionárias tiveram a oportunidade de obter.

Segundo a ANEEL, foi a primeira oportunidade dada ao regulador para estabelecer tarifas justas. No entanto, ao iniciar a segunda revisão tarifária em 2007, a ANEEL descumpriu a decisão que havia adotado e manteve o entendimento de que as perdas técnicas e comerciais deveriam continuar a serem repassadas integralmente para as tarifas. Com um agravante: em 2006, a ANEEL reconheceu — a Nota Técnica 26, de 2006 — que as perdas comerciais repassadas para as tarifas no primeiro ciclo de 2003 foram causadas por ineficiências na gestão. Diagnóstico incompleto das causas; inadequado combate por parte das distribuidoras.

Então eu pergunto: por que a ANEEL mudou de posição, se isso foi pressão do mercado? O que impede a ANEEL de eliminar de uma vez o peso das perdas nas tarifas, já que esse item não está previsto em lei?

Segundo, Sr. Presidente também, e Sr. Nelson, na audiência pública que tivemos aqui, uma das primeiras audiências públicas nessa CPI, tivemos o conhecimento de um fato, no mínimo, imoral. Soube-se que as usinas termoeletricas não estão produzindo a energia que vendem. As térmicas vão ao mercado,



compram energia hidroelétrica barata, que está sobrando, e vendem ao preço de energia termoeletrica. Compram a 20 reais em média, e vendem a 200 ou 300 reais.

O Dr. Luiz Rosa disse aqui que uma usina termoeletrica ganha dinheiro parado, palavras dele aqui nessa Comissão. O Presidente da ABRADDEE foi ainda mais longe e afirmou: "Ele faz o seguinte: ele bota uma térmica, constrói a térmica, mas sempre com o seguinte pressuposto: se eu não gerar nunca, é o melhor negócio que eu faço". Isso são as palavras dele aqui nessa CPI. Então, ele faz o seguinte: "Mas eu não vou gerar o tempo todo, porque eu vou ao mercado comprar energia para substituir a minha. Então, eu não vou gastar tudo isso de óleo".

Então, são as situações, Sr. Diretor Nelson, que são palavras das pessoas que vieram aqui, do Presidente da ABRADDEE e dos convocados para essa CPI, que realmente trazem indignação a nós. E quero saber qual é a medida que o senhor vai tomar com essas situações.

Conforme o art. 166 do Código Civil determina que:

"Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando:

.....

.....

II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;

III - o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;

Já o art. 39 do Código de Defesa do Consumidor considera práticas abusivas:

- a) exigir do consumidor vantagens manifestantes excessivas e;
- b) elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

Isso o que as termoeletricas estão fazendo é uma fraude que vem sendo praticada com o consumidor e causando enriquecimentos ilícitos aos donos das usinas termoeletricas. A ANEEL tinha conhecimento desse fato? Pergunto ao senhor. Por que a ANEEL nunca fez nada para corrigir essa ilegalidade? E o que a ANEEL vai fazer para acabar com essa fraude ao consumidor cativo, que tanto o nosso Deputado Marcio Junqueira aqui falou?

São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini, para que em seguida sejam respondidas pelos senhores.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar todos os convidados, os colegas Deputados.

Gostaríamos aqui de colocar algumas considerações e algumas questões. Em primeiro lugar, eu acho que nós temos alguns problemas no setor elétrico, do ponto de vista do consumidor, que são uma tarifa cara particularmente pra população de baixa renda. O preço da energia elétrica é o mesmo pra quem ganha 1 salário-mínimo do que para quem ganha 10 salários-mínimos ou 100 salários-mínimos. Então, essa população de baixa renda é sacrificada.

Nós temos uma disparidade regional inadmissível, por conta de que o consumidor do Maranhão paga praticamente 2 vezes o valor do quilowatt do que o consumidor do Sul e do Sudeste.

Nós temos um problema de carga tributária, sim, porque, hoje em dia, todos os Estados colocam como centro da sua arrecadação a energia elétrica. E o Estado de São Paulo, que é o meu Estado, é 33% sobre a conta de luz. O Estado de Minas Gerais, do Governador Aécio Neves, é 40% sobre a conta de luz. Isso encarece pro consumidor, então, não vamos dizer que não tem nada a ver a carga tributária. Tem a ver, sim, senhores, tem a ver a carga tributária.

Essas disparidades, pro consumidor de baixa renda e a disparidade regional, são fruto de um processo de privatização. Foi na hora que se venderam as empresas de energia elétrica, muitas geradoras e distribuidoras, que nós passamos a ter elevação. Porque, a partir daí, criamos um sistema elétrico que, pra entender, precisa ser especialista. Quantos projetos, e medidas provisórias que tratam do setor elétrico, que passam por essa Casa, que precisa ser um gênio pra entender do que está se tratando. Eu tenho acompanhado várias dessas discussões e, olha, digo aos senhores que é impossível se compreender o que está se discutindo.

Porque é tamanha a complexidade da legislação e das tarifas, que nós ficamos aqui votando por conta de um parecer de um ou de outro, e não sabemos exatamente o que estamos votando. Não sabemos. Tamanha a complexidade.

Então, eu considero o seguinte: nós precisamos resolver o problema da tarifa pra população de baixa renda; nós precisamos resolver o problema da disparidade



regional; e nós precisamos resolver o problema de baixar a tarifa. Pra resolver isso, nós precisamos simplificar esse conjunto de questões. Não é possível! Não poderíamos ter o custo da tarifa de alta tensão e baixa tensão. E ponto. Quer dizer, o quilowatt é esse no Brasil.

A alta tensão é “x”, a baixa tensão é “y”, certo? E isso vale pro Brasil inteiro. Nós temos que chegar nisso. E todas essas disparidades de transmissão, a questão se a energia é térmica, eólica, hídrica, isso tudo tem que ser componente do custo. Agora, pro consumidor, nós temos que ter um resultado só: quanto custa o quilowatt e ponto final. Eu quero saber é isso. Eu quero saber que o quilowatt de São Paulo seja igual ao quilowatt do Maranhão. Porque, senão, nós estamos cometendo a maior injustiça com o Nordeste e com o Norte do País. Certo? Porque nunca vai se desenvolver uma indústria com essa disparidade de energia, porque energia é o fundamento da indústria. Não existe indústria sem energia. E não dá pra ter o Maranhão, como é que o Maranhão vai produzir alguma coisa? Certo? Vai ser sempre um Estado que vai ter que ter mil apoios pra poder se desenvolver.

Então, eu acho, Sr. Nelson Hubner, Sr. Maurício, Sr. Hermes Jorge Chipp, que é necessário haver uma... Primeira coisa: limpar o sistema. Limpar que eu digo é ficar visível pro consumidor qual é o preço que ele está pagando. Tem que ficar claro. E, a partir daí, nós temos que ter uma redução do custo. Porque se a gente enxergar quanto é o custo, não dá pra gente chegar aqui e ficar: “Não, porque a minha tarifa é a tarifa verde. Porque a tarifa verde depende da energia eólica, porque a energia eólica...” Nós não vamos chegar a conclusão nenhuma aqui.

Quero dizer também que a questão das perdas, que foi levantada pelos Deputados Márcio Junqueira e Ilderlei Cordeiro, é uma questão grave. Mas nós não podemos resolver como resolveu o Governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, que abriu uma delegacia de polícia pra ir pra cima dos consumidores e mandar prender gente.

Não é essa política que nós podemos ter. Nós temos que resolver de outra forma, porque a quantidade de gatos e de perda de energia aumentou na mesma medida em que aumentou a tarifa. E aumentou a tarifa por conta da privatização. É só pegar as curvas de tarifa, é só pegar as curvas de inadimplência e de falta de pagamento e de perdas técnicas e perdas comerciais.



Então, a questão central é que nós precisamos rever a transparência da tarifa para o consumidor — isso precisa ficar claro. E nós precisamos achar a fórmula, que eu acho que vocês já estão apontando alguns indicadores disso, mas, a meu ver, nós poderíamos apressar esse processo pra baratear a tarifa pra população de forma geral. Agora, precisamos chegar numa coisa mais simplificada. Não é possível nem pro consumidor e nem para essa Casa ficar votando emendas e remendos nas leis do setor elétrico, sem que se compreenda o conjunto da coisa. Não digo o modelo, mas a forma como ele se apoia na legislação é uma fórmula que não dá transparência.

Então, eu acho que aí... Eu não sei se isso é exatamente uma atribuição da empresa de pesquisa energética, não sei exatamente se seria uma atribuição de vocês, mas eu considero que vocês deveriam abrir uma discussão, como é parte do Ministério das Minas e Energia, deveriam abrir uma discussão sobre a simplificação tarifária para os consumidores. Aí criaríamos a tarifa comercial, industrial, pública e residencial. Certo? Simplificadamente. E uma simplificação na legislação, pra que essa Casa possa saber o que está votando, quando for votar algum projeto do setor elétrico.

Então a minha pergunta, que eu queria deixar aqui ,por fim, é se é viável a gente fazer essa operação e qual é a dificuldade da gente iniciar esse processo agora, e de redução de tarifas, antes mesmo, como o senhor colocou, da finalização das concessões em 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Dr. Maurício, para que ele possa iniciar as respostas.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - Obrigado. Eu vou tentar aqui pegar as questões que foram mais focadas, que eu possa responder.

O Deputado Marcio Junqueira colocou a questão da eólica, que a eólica é cara. E o Deputado tem razão. Eólica é mais... A energia mais barata que a gente tem no País é a hidrelétrica. Essa é a fonte que a gente tem que privilegiar, é a fonte mais barata, que tem um grande potencial.

Infelizmente, a gente não tem conseguido as licenças ambientais no tempo suficiente para poder botar em leilões. Tem uma falta de compreensão de alguns



setores sobre o custo/benefício de uma hidrelétrica. Eu acho que o benefício que ela traz pro País é muito maior do que os eventuais custos que possam ter.

Hoje em dia as hidrelétricas trazem benefício em termos de imposto pra população local, em termos de desenvolvimento regional, em termos mesmo ambientais. Hoje a hidrelétrica tem que fazer compensação. Vários parques de preservação ambiental estão na cota das hidrelétricas. Então, áreas que iam desaparecer são preservadas graças ao investimento que a hidrelétrica tem que fazer.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Só pela ordem, Sr. Presidente, eu queria que ficasse registrado, Sr. Relator, que o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética no Brasil afirma que o melhor caminho é a energia hídrica, e que setores, quer dizer, ambientalistas, condenam a população a pagar uma energia cara. O crime já está detectado aí.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - Nobre Deputado, só pra deixar claro. Quer dizer, a primeira parte da sua afirmativa foi realmente o que eu disse, que a energia hidrelétrica é importante. Quanto à segunda parte, é uma indução que o senhor está... quer dizer, uma presunção que o senhor está fazendo. Não foi a minha afirmativa com relação ao movimento ambientalista, nada disso.

Então, não é o meu ponto de vista. Tá? Eu estou só, sobre a primeira parte da afirmativa, que as hidrelétricas são importantes.

Com relação...

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - O Dr. Maurício, não sei se ele... A segunda explicação dele, ele está desfazendo as palavras dele, mas o que eu entendi é que as hidrelétricas são mais baratas, e que estão causando prejuízos ambientais as hidrelétricas hoje que são produzidas a óleo. Com certeza...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - As eólicas... A energia eólica é mais cara do que a energia hídrica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos continuar. E depois, Deputado Marcio...



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Solicitar as notas taquigráficas, para que a gente possa de imediato fazer um trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vai ser solicitado. Vamos objetivar as respostas, por conta do adiantado da hora.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - Então, só pra deixar claro, porque eu acho que eu sei o que eu estou pensando. As hidrelétricas, como eu venho defendendo há muito tempo, é uma fonte importante pro País, é uma fonte barata, boa ambientalmente. O que não quer dizer que a gente não deva ter uma diversificação da matriz com outras fontes.

Então, a eólica, em certa quantidade, ela também é interessante pro País. Eu vou dizer porquê. A eólica no Nordeste é gerada no momento que as hidrelétricas estão com a hidrologia pior. Então, a gente tem uma coisa maravilhosa no País, que, no momento que você tem uma pior hidrologia, é o momento que os ventos sopram mais fortes.

Da mesma forma, existe uma complementação entre a energia hidrelétrica e a biomassa. O período que no Sudeste a hidrologia está pior, é o período da safra da cana. Então, existe uma complementação entre a hidrelétrica e a biomassa. Então, o que a gente tem que ter no Brasil é um *mix* de fontes, onde tem um espaço pra hidrelétrica, tem um espaço pra eólica, tem um espaço pro bagaço e tem um espaço pra térmica, porque, como foi bem dito em determinado momento pelo Nelson, a gente não tem mais grandes reservatórios, então, a térmica também tem um papel, em algum momento vai precisar ligar ela. Mas cada uma dessas fontes na proporção adequada.

Então, com relação ao que foi dito pelo Deputado Ilderlei Cordeiro, sobre o potencial hidrelétrico do Norte, eu queria concordar com ele. A grande parte do potencial inexplorado do Brasil hidrelétrico está na Região Norte. A Região Norte é a fronteira hídrica do País. E a gente deve aproveitar esse potencial pro bem País e da Região Norte, porque essa energia possibilitará que vá mais indústria pra aquela Região, que leve desenvolvimento pra Região. E tem as compensações que essas usinas têm que trazer pra própria região: compensações financeiras, compensações sociais.



Então, a hidrelétrica, a gente explorar com sabedoria. Claro que tudo tem de ser feito com sabedoria. Não quer dizer que em todas as áreas poderão ter hidrelétricas. Têm áreas que não podem ter, têm áreas que têm impacto sobre a comunidade indígena. Então, isso tem que ser feito com sabedoria.

Mas que tem um espaço pra aumentar a produção hídrica da Região Norte, sem dúvida algum, existe, e nós devemos batalhar com isso. Agora nesse ano, nós estamos trabalhando pra tentar fazer o leilão da Usina de Belo Monte, que é uma usina muito interessante e que vai trazer uma série de benefícios pra região, uma energia que é bastante interessante.

Com relação... Eu queria aproveitar, só para finalizar, esclarecer uma frase que eu acho que também criou uma certa polêmica, porque foi tirado um pouco do sentido que eu falei, que “o consumidor tinha a faca e o queijo na mão”. Eu falei isso num sentido bastante estrito, no que diz respeito ao leilão que ocorreu, de A-3. Por quê? Até o momento, como o Brasil estava crescendo muito, com uma demanda muito grande, nós íamos pro leilão comprar a energia pra atender à demanda das distribuidoras, numa situação que você tinha de comprar o que viesse. E tinha que botar um preço de tarifa, um preço teto do leilão, que, às vezes, te obrigava a comprar energia... Não tinha como possibilidade de ter competição da maneira como você queria.

Nesse leilão, que foi o Leilão A-3, como a gente está com uma parte da demanda toda atendida, nós pudemos ter uma situação de não contratar usinas caras. Então, nesse sentido é que o consumidor estava com a faca e o queijo na mão. O que não quer dizer que ele esteja em todas as situações ou que a gente possa generalizar essa frase.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente, eu quero só falar o que o Maurício me respondeu. Pra mim, isso é claro: a Amazônia é rica, tem muitos rios, tem condições de colocar mais hidrelétricas na região, pra que a gente possa ter uma tarifa energética barata tanto pra região como para o País, que foi o que você acabou de falar.

Você disse que aonde há maior potencial que precisa é na época da cana, e não tem energia. Então, a Amazônia já gastou tanto dinheiro, o povo amazônico já



gastou tanto dinheiro para o povo do Sul, do Sudeste, do Nordeste, já teve tanta compensação. Nós agora queremos devolver.

Precisamos que o senhor faça um estudo cada vez mais qualificado, possa nos ajudar a mostrar para o resto do País e para o resto do mundo: a Amazônia é a nossa sobrevivência. Nós precisamos ter condições de respeitar o homem que está lá. Nós não temos condições de estar engessados, proibindo e botando terra indígena, proibindo e botando reserva, e engessando a Amazônia. Ah, não pode ser construído isso aqui, não pode ser construído isso acolá.

Não podemos fazer isso, porque vai beneficiar o índio, vai beneficiar o povo da região amazônica, vai beneficiar o povo do País. Porque nós, com certeza, não iremos degradar o meio ambiente com essas hidrelétricas na Amazônia. Só vamos gerar emprego e renda para o País como um todo.

Infelizmente, os estrangeiros vêm e botam ordem aqui no Brasil. E nós não podemos aceitar. Precisamos do senhor, do Diretor da ANEEL e dos colegas do Sul e do Sudeste para que mostrem e nos ajudem a botar políticas públicas de geração de emprego e energia para a Amazônia, definitivamente, com preço mais justo e mais barato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para concluir a resposta, o Dr. Maurício Tolmasquim, para que o Dr. Nelson possa, em seguida, responder também.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - Eu queria só dizer ao Deputado que nós temos uma visão bastante parecida em termos do papel que a Amazônia pode ter para a matriz energética do País, uma matriz limpa. Poucos países têm a riqueza hidrelétrica que o País tem, que o Brasil tem. E seria uma lesa-pátria a gente abrir mão dessa riqueza e não permitir que a Região Norte também se desenvolva em cima dessa riqueza.

É claro que isso tem que ser feito com sabedoria, ninguém tá querendo inundar terra indígena ou destruir a mata, mas é fazer isso com cautela... Dá pra gente conciliar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente e a proteção das terras indígenas.

Então, dizer que nós, do Planejamento, trabalhamos com essa ótica.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passo a palavra ao Dr. Nelson, pra que ele possa responder.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Bom, primeiro, meu caro Deputado Marcio Junqueira, quer dizer, na verdade, eu não tenho uma visão tão catastrófica assim, porque acho que o povo... Quer dizer, é lógico que o Brasil é um país capitalista e que os empresários que investem querem ganhar dinheiro. Isso aí eu não tenho nenhuma dúvida com isso e acho que ninguém deve ter.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sem nenhum risco?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Ué, risco, sim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Não, pera aí. Então vamos lá. Então, vão ver que não tem risco, porque não estão investindo? Então, tem gente que está investindo. Então, quando eu faço uma usina do Madeira e faço um leilão da usina do Madeira, o que acontece? O Brasil definiu o seguinte: a transmissão e geração brasileira é totalmente assim, são produtores independentes, são agentes que vão chegar lá e vão licitar. Eu defino um preço teto, como a usina do Madeira, e os empresários entram e disputam aquilo ali pela menor tarifa.

A partir da definição daquilo ali, ou seja... E o risco é dele. Agora, na hora que o cara vai construir, por exemplo, eu tenho certeza que os preços que saíram pra Madeira, de 78 ou 71 reais megawatt/hora, eles estão muito justos com os custos que ele tem, de fazer o desenvolvimento daquele projeto, de implantar tudo. Porque tudo quanto é energia aí no Brasil estão todas acima de 100 reais. Então, o cara a 71 ou 78 é um grande negócio? Eu imagino que seja, porque senão os empresários não tinha entrado naquilo ali. Mas agora: o risco é todo dele.

Se na hora de implantar Jirau ou Santo Antônio e chegar lá... Ah, começa a fazer usina. Encontrou lá o que se chama lá de risco geológico: afundou tudo aqui, perdeu daqui. Azar dele. O preço é aquele. Então, que alternativa a gente tem pro Brasil? Nós podemos ter uma alternativa e — aí não depende da gente, depende de vocês. Não, quero que o Brasil seja o sistema todo estatal, o Estado é que vai botar o dinheiro, vai construir. E podemos ter, como tínhamos antes da privatização, até uma energia mais barata.



Eu não sei, viu, Zarattini, quem é que estava pagando aquela conta; se estava pagando o consumidor ou estava pagando o contribuinte. Porque também aí tem uma outra diferença.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mesma coisa.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Não é. Ou seja, mas quanto custava o preço?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Nelson, olha, o IPEA fez um cálculo agora. Todo mundo fala da carga tributária, que a carga tributária é alta no Brasil. Só que quem ganha até 2 salários mínimos paga 50% do que ganha de carga tributária; e quem ganha mais de 10 salários mínimos paga 23%. Então, a carga tributária é alta pra população mais pobre. E isso, quando a gente diminui aqui a tarifa de energia, nós estamos diminuindo pra população mais pobre. Essa é que consome mais.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Eu não tenho dúvida. Não, eu não tenho dúvida disso. Estou falando isso, quer dizer, na hora em que a gente faz o modelo brasileiro, nós podemos fazer essas escolhas. O modelo que foi escolhido, que foi referendado e aprovado aqui no Congresso, quer dizer, é um modelo aonde o Estado se afasta. Mesmo as empresas do Estado, pra ganhar uma usina, ganhar um leilão, ela entra competitiva pra transmissão e pra geração, e ganha se botar uma tarifa menor. Esse é o modelo que tem aí.

A única área que é absolutamente regulada é a distribuição, porque distribuição você não consegue assim. A cada dia, está licitando um trequinho, uma linha lá. Então, essa é uma preocupação da gente, que nós temos de criar um modelo como a gente tem, de empresa de referência, de tudo, dessa regulação, que permita capturar os ganhos que as empresas estão tendo.

Agora, do mesmo jeito que tem gente que às vezes consegue num leilão um preço muito bom e consegue ganhar muito dinheiro, tem gente que fale, que quebra — e o risco é dele. Eu tenho certeza absoluta, e vocês vão me cobrar isso daqui a uns 5 anos, que tem empresa que bidou nesses leilões que nós fizemos aí mesmo de térmica e, quando eles precisarem de gerar muito, aí que eles vão quebrar. Eles vão quebrar. E vão ter toda repercussão disso aí tudo. Então, isso é um sistema de



risco. Eu acho que isso é um sistema de risco. Eu acho o seguinte: que aí o que eu...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Eu não concordo com o senhor.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Nós divergimos dessa opinião. Eu acho que não tem risco nenhum.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Está bom. *(Risos.)* Está certo. Quer dizer, então... Agora, uma vez com tanta energia, o que nós temos que fazer — a gente enquanto agente lá? É criar um modelo que, de fato, tem incentivo pro empresário vir, senão ele não vem. Então, eu boto o Estado pra fazer. E aí ele vai ter que ter o retorno dele, que vai ser condizente.

Deputado Ilderlei Cordeiro, eu acho que você tinha chegado um pouquinho atrasado. Eu não sei se você pegou no início, explicando essa confusão das térmicas aí. Mas acho que, inclusive na próxima vinda aqui, que a gente vai detalhar mais a tarifa, então explicar um pouquinho mais assim.

Que, na verdade, quer dizer, no Brasil a gente tem desenhado, às vezes, um modelo que não dá. Ou seja, o Brasil pode abrir mão dessas térmicas? Pode. Mas o seguinte: não podemos botar na lei que nós vamos trabalhar no Brasil com um risco de déficit, que a gente chama, baixo. Vamos ter de definir na lei o seguinte: a população brasileira vai ter de admitir, sei lá, e manda o planejador fazer, o Dr. Tolmasquim, que ele vai planejar o sistema nosso para um risco de déficit de 30%. Então, quer dizer o quê? Que a cada 10 anos, em 3, vai faltar energia no Brasil. E, aí, o custo baixa muito, e, com certeza, não vamos precisar das térmicas que estamos contratando. Por que contratamos térmica? Porque temos um sistema hidrotérmico, temos usinas hídricas que não têm reservatório e que, quando não há água, precisamos da térmica para gerar energia.

Então, contratamos, em um formato, que o cara tem uma receita fixa. Ele está ganhando para ficar com a térmica dele parada, para, na hora em que faltar água, entrar gerando. Nessa hora em que ele entra gerando, a hídrica está ganhando dinheiro de graça. Nós podemos considerar do mesmo jeito aí. O gerador hídrico também não está gerando energia, ele está sendo suprido pelo gerador térmico, porque o sistema foi concebido desse jeito.



O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Mas, aí, Sr. Nelson, na hora em que se fazem essas mudanças, esse sobe e desce, na hora em que está ganhando, ele não diminui o preço ao consumidor. E o preço é igual!

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Não. Mas o preço da distribuidora não tem nada a ver. Esse gerador ganhou essa usina no leilão e definiu o que vai receber. Ele vai receber uma receita fixa, e, quando é chamado para operar, você vai pagar o custo de operação dele. É a forma mais barata que nós vimos até agora de contratar essas usinas e de garantir segurança para o sistema brasileiro. O tempo todo, estamos discutindo isso abertamente. Se tiver uma ideia mais simpática, mais bonita e consiga fazer isso mais barato, óbvio que todos nós queremos. Até agora, nós tivemos, então, competência para ver isso. Se alguém puder nos ajudar nesse processo...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Vamos construir mais hídricas,...

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - É isso que eu ia falar.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - ... vamos estar no sistema.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - O senhor concorda com a criação das hidrelétricas da Amazônia?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Claro! Absolutamente!

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Então, vamos nos ajudar!
(Risos.)

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - O tempo todo, em todos... Se o senhor pegar todos os eventos de que participamos, tudo o que estamos fazendo é discutir isso. Nós temos de acabar com esse debate, às vezes, distorcido que há no Brasil que nos impede de construir usina hídrica, porque é como se fosse a coisa mais problemática do mundo, e estamos colocando no lugar dela essas térmicas caras, porque não conseguimos atender todo lugar.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Mas é o Governo!

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Oi?

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - É o Ministério do Meio Ambiente, é o IBAMA, é o Governo! Não somos nós, não! Vocês falaram aqui de Belo Monte. É bom dizer à opinião pública que faz 12 anos que estamos lá, em Belo Monte — 12 anos no Tapajós!



O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Vinte.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Vinte anos.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Há 20 anos.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Eu posso imaginar!

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - Deputado, se V.Exa. me permite um aparte. E vai sair, agora, neste Governo. Quer dizer...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Vai sair da mesma forma. Já começou a rede para o sistema isolado? Nós já iniciamos as obras? Queria conhecer, queria que a CPI... Porque eu não tenho conhecimento de que foi levantada nenhuma torre ainda de Tucuruí em direção a Santarém, em direção a...

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - E não foi mesmo, Deputado, porque, para se fazer um processo de uma obra no Brasil, quando se licitam a transmissão — espere, Deputado! —, quando se faz uma licitação de transmissão, ele ganha a obra, vai fazer o projeto dessa obra, fazer o licenciamento ambiental, contratar e fazer. A obra de interligação com Acre e Rondônia...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Dr. Nelson, se o Brasil crescer este ano 2% — 2% só —, nós temos energia?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Temos. Se crescer 5%, tem energia, se crescer 10%, tem energia.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Eu não acredito, não acredito. Com um sistema... Não tem como vocês colocarem isso!

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - No ano de 2007, estava no Ministério de Minas e Energia. Este Brasil inteiro entrou num debate dizendo que ia faltar energia no Brasil. Nós garantimos que não faltaria energia no Brasil, e não faltou.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Exato. Bem colocado, Dr. Nelson. Foi a especulação dizendo que ia faltar energia que elevou o preço da energia!

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Certo? E nós estamos pagando! Esta CPI, inclusive, deveria investigar, Presidente, quem foi que deu a declaração de que ia faltar energia, quem foi o responsável por aquela declaração.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Carlos Zarattini, foi objeto meu de pedido de audiência pública na Comissão de Minas e Energia, porque quem deu essa declaração foi o Sr. Jerson Kelman, e ele não veio à Comissão de Minas e Energia responder porque foi preciso que a Ministra Dilma e o Presidente Lula desmentissem as declarações dele. Ele não veio à Comissão de Minas e Energia responder. Ele vai ter oportunidade de vir à CPI para poder esclarecer a declaração dele, mas vamos pedir...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Mas ele virá, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com certeza. Ele já está convocado, Deputado Marcio Junqueira, e irá responder.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Isso daí serve, inclusive, para falarmos sobre conduta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mesmo por que ele não veio à Comissão de Minas e Energia responder a esse meu pedido de audiência pública.

Peço ao Dr. Nelson que objetive as respostas por conta do adiantado da hora.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Deputado Ilderlei, todo esse debate sobre perda, temos uma série de questões e não é exatamente dessa forma. Queria, se V.Exas. permitirem, ter esse debate bem mais detalhado. Pelo requerimento que já foi feito, nós vamos vir aqui para discutir como são feitas essas empresas de referência, como é colocado o recurso para perda, para as eficiências que a empresa tem colocado, encargos e tudo. Então, vamos ter um debate mais detalhado.

Sobre a questão do Zarattini...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Pela ordem, Sr. Presidente. Quantos inscritos ainda há? Estou aqui num pé e em outro. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - V.Exa. entrará no próximo bloco de 3 Deputados.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Ah, está bem. Obrigado.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - De fato, Zarattini, acho que é muito complexo esse setor, e temos que procurar simplificar. Aliás, tem até em tramitação aqui, no Congresso, um projeto de lei que consolida essa questão da



legislação do setor. Agora, só que não basta consolidar legislação. Acho que há uma série de questões mesmo, que precisamos fazer um esforço mesmo. Eu acho que não vamos chegar nem a essa simplificação tão grande como você gostaria, de falar: *“Ah, tem uma tarifa só”*. Porque eu acho que também pode ter interesse de termos uma tarifa até diferenciada. Na medida em que evoluímos em sistema, ter uma medição eletrônica no Brasil. Mas está bom. Eu posso dar um incentivo no seguinte: se eu tenho... De acordo com o comportamento da nossa carga, eu posso dar um incentivo para ele: *“Ó, deixa para você tomar seu banho depois das 9 da noite, que você vai pagar uma tarifa mais baixa”*. Eu posso criar algum tipo de questão assim que gera uma eficiência da utilização do sistema como um todo e conseguir até uma tarifa mais baixa. Mas, de fato, toda vez que fazemos um processo de reajuste ou revisão tarifária na ANEEL — confesso que estou lá há pouco tempo —, é uma dificuldade até para nós mesmos lá entender.

Então, temos que fazer esse esforço de simplificação. E acho que tem como fazermos isso aí. E temos que criar mecanismos, de fato, para combater a questão dessa assimetria tarifária, a diferença de tarifa de uma região para outra, que causa essa confusão toda aí, como você mesmo abordou. Não dá para condenarmos o Nordeste, o Norte brasileiro de não ter desenvolvimento, investimento e acabar levando um processo migratório que vem todo mundo para São Paulo, gerando bolsões de miséria nas regiões. Acho que aqui vamos ter um espaço para trabalharmos bem essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dr. Hermes.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Deputado, acho que há duas questões que foram levantadas que eu acho que não podemos perder...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu senti que o Nelson não me respondeu a questão da ata, de quando a ABRADE solicita que as perdas sejam repassadas para as tarifas. Eu queria saber a posição da ANEEL em relação a esse contrato.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Desculpe, Deputado. Eu disse até ao Deputado Ilderlei...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - É. Porque a ideia é que como já há o requerimento para discutirmos, especificamente, como se faz o modelo, como se coloca as perdas na tarifa, como se reconhece isso, vamos trazer isso muito mais detalhado; se fosse possível, poderíamos fazer esse debate assim.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Olha, eu vou concordar em função dos colegas que ainda têm de se pronunciar, mas com protesto, porque não sei se estou vivo daqui a meia hora. Então, queria saber da resposta hoje.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Se Deus quiser.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos agora ao próximo bloco.

Gostaria também de passar a palavra ao Deputado Odair Cunha e dizer ao Deputado Marcio Junqueira que essa ata será motivo de uma reunião específica, nesta Comissão, mesmo porque há, claramente, uma solicitação da ABRADE, pedindo que as perdas sejam inseridas no aditivo do contrato de concessão. Isso mostra que é um aditivo de um contrato de concessão, mudando, então, as regras da concessão. Isso, sem dúvida alguma, Deputado Marcio Junqueira, será motivo de uma audiência pública que terá de ser bem explicada ao povo brasileiro.

Com a palavra o Deputado Odair Cunha.

O SR. DEPUTADO ODAIR CUNHA - Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa., agradecendo a paciência aos demais pares, e cumprimentar os nossos convidados.

Apenas quero registrar o seguinte. Primeiro, quero debater a formação da tarifa, os penduricalhos todos que falaram, as perdas, as CCCs da vida, os tributos. Já que teremos uma audiência pública para debater mais precisamente isso — tudo que foi falado das térmicas eu julgo que foi devidamente necessário e explicado —, acho que nós podemos concentrar toda a nossa energia na próxima audiência e debatermos esse tema.

Por fim, até por uma questão de segurança alimentar, quero agradecer a participação aos nossos convidados e dizer que a ANEEL, na pessoa do Dr. Nelson, tem-se mostrado muito aberta, disposta a dialogar com esta Comissão. Por diversas



vezes, o Dr. Nelson sinalizou — e o Tolmasquim também — no sentido de que nós podemos aperfeiçoar o sistema, nós estamos em busca de um sistema mais justo, nós todos queremos uma tarifa mais barata. Então, essa é a disposição da ANEEL.

Aliás, é importante dizer, o Dr. Nelson, às vezes, vai além digamos da função que ele está exercendo hoje como Presidente da ANEEL. Porque muitas das questões que são colocadas aqui não é problema da ANEEL. A ANEEL vai regular. A política é construída em outro fórum. Mas ela tem mostrado aqui muita boa vontade de nos ajudar a construir um sistema melhor.

Então, vou encerrar por aqui e agradecer a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agora, passo a palavra ao Deputado Paes de Lira; em seguida, aos Deputados Chico Lopes e Chamariz.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres expositores, quero apenas trazer uma contribuição — e vou tentar ser o mais objetivo possível.

Ouvi, atentamente, tudo o que foi dito aqui. E percebe-se uma clara controvérsia a respeito das causas, da tarifa de energia elétrica no País. Algumas pessoas levantam a questão dos impostos; outras levantam ganhos indevidos das empresas fornecedoras; colocam-se questionamentos a respeito dos órgãos oficiais que gerenciam o sistema; algumas pessoas defendem uma nova matriz energética; outras pessoas defendem a matriz hídrica. Ainda que se faça isso, na Amazônia, com transmissão da energia elétrica para o resto do País.

Mas há uma coisa, um ponto central, que me parece bastante crucial e claro. A matriz energética brasileira hoje é essencialmente hídrica, de origem hidrelétrica, sem dúvida alguma.

Foi dito — e está bem claro aqui — que certas alternativas muito mais limpas são também muito mais caras. O exemplo mais acabado disso talvez seja o aproveitamento da energia eólica. Sendo essa matriz hidrelétrica, e levando em consideração que nós já temos usinas hidrelétricas produzindo energia elétrica com transmissão a longas distâncias — 3.200 quilômetros de transmissão e com a proposta de elevar isso —, há um dado técnico que não pode ser esquecido que é um dado evidente: a perda de carga do sistema.



A perda de carga do sistema é tão importante que um relatório do operador nacional do sistema elétrico — está aqui o Diretor-Geral, Dr. Hermes Chipp — coloca para o Plano Anual da Operação Energética 2009 que há 30% de perda no horário de pico. É quase um terço da energia elétrica produzida no horário de pico, exatamente por causa de questões físicas, que simplesmente estão ligadas à natureza.

O mesmo relatório faz uma avaliação com projeção do crescimento do PIB de 2%, em 2009, e de mais 2% de 2010 a 2013, o que dá uma taxa média de crescimento de 4,1% ao ano, e analisa, chega à conclusão de que terá de conviver — esse crescimento do PIB — com um aumento de demanda de 5,6% no conjunto da necessidade de energia elétrica.

Esse gráfico aqui, que também é do operador nacional do sistema, mostra a evolução da demanda; sendo que a terceira parte do gráfico é a demanda projetada de 2008 a 2011.

Senhoras e senhores, observem que isso aqui é claramente uma curva exponencial. Ora, sendo uma curva exponencial, e tendo em vista evidentemente a perda de quilowatts, mencionada aqui, de 30% — a perda percentualmente não vai aumentar exponencialmente, mas a quantidade de megawatts desperdiçados vai variar exponencialmente —, será que não chegamos a um esgotamento do modelo de energia elétrica?

Acontece que o Ministério das Minas e Energia colocou um processo de consulta pública para o PDE 2017 recentemente para ouvir a sociedade a respeito das demandas projetadas para o futuro. E, claro, quando falamos de energia, não estamos falando de soluções para amanhã. Qualquer solução adotada aqui levará um tempo para a sua maturação, principalmente se for uma mudança de matriz energética. E a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra da Delegacia do Estado de São Paulo apresentou uma sugestão sintética, com a esperança de ser ouvida, nesse projeto de consulta pública, que não teve resposta do Ministério das Minas e Energia, em fevereiro de 2009, com o propósito de oferecer a visão de pessoas não ligadas necessariamente aos grandes centros de pesquisa, aos órgãos governamentais, a respeito da necessidade de mudança da matriz energética brasileira. Uma mudança focada na tecnologia de ponta, que



apenas se descortina no mundo e que o Brasil é capaz de desenvolver para produzir a sua energia. E não só a sua energia, produzir energia suficiente com métodos de ganho para o País, até para exportação.

Eu rogo a esta Comissão — até pedirei a um dos membros dela, porque não sou membro — que apresente um requerimento no sentido de ouvir essas pessoas a respeito da questão da mudança da matriz de energia elétrica, levantando esses problemas muito mais esmiuçadamente do que eu fiz aqui, mesmo porque não sou técnico na matéria, a ponto de que os Parlamentares compreendam melhor a questão, a sociedade brasileira compreenda melhor a questão.

E talvez nós possamos avançar muito seriamente não só na questão do controle da tarifa atual, mas na questão da energia para o futuro do Brasil com base no trabalho desta Comissão.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Muito obrigado ao Deputado Paes de Lira. O Relator solicita a V.Exa. que encaminhe os nomes e iremos fazer uma audiência pública para tratar especificamente desse assunto.

Peço ao Sr. Nelson que já responda a suas indagações.

Passo a palavra ao Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Boa tarde a todas as mulheres presentes, todos os homens. O negócio aqui está contra mim. Agradeço ao Deputado Marcio Junqueira por ceder essa outra discussão para a próxima. Porque eu tenho impressão de que houve um deslocamento para essa reunião de hoje, para uma coisa que interessa, na realidade, a todos nós da Comissão.

Posso dizer aos convidados que, desde que começou a CPI, o maior público de Deputados presentes, de lado de cá, do lado de lá, de centro, está sendo hoje, porque a questão central é a ANEEL. Não há outra história. Se ela hoje é mais ou é menos democrática, ou mais nacionalista e menos nacionalista, essa também não é a questão. Porque o EPE traz aqui várias interrogações e, dentro delas, algumas denúncias cabeludas. Senão, vejamos algumas aqui rapidamente. Diz aqui: “O problema, segundo Tolmasquim, é que quando determinada empresa entre e oferta energia nova nos leilões da ANEEL, um dos parâmetros para que ela se habilite é chamado custo esperado de operação”.



Parece negócio de adivinhação: que diabo é esse custo esperado? Procure todo mundo que não seja engenheiro elétrico ou se meta nisso para saber o que é isso. Quer dizer, uma linguagem empolada para confundir as coisas.

Mas vamos mais adiante: *“Definido em outros fatores em função do submercado”*. Eu sabia de submundo, mas agora é o submercado. Quer dizer, há um mercado, e esse daqui entra também como? Uma explicação que quero. Para que tem? O deus mercado não precisa de coroinha, mas aqui tem o submercado.

E o mais grave vem mais adiante: *“A ANEEL vai estudar se é possível fazer a mudança do submercado sem ferir o contrato”*.

Primeiro, a ANEEL é um agência reguladora que está para fazer a mediação entre o consumo e o produtor. Não temos doces ilusões de que ela não tem como não levar a sério a parte maior, que é o consumidor.

Mas o que está escrito aí, por declaração do doutor, e ele deve se explicar para vocês e para mim depois, diz: *“Sem ferir o contrato”*. Que contrato é esse que vai além da Constituição nacional ou da defesa do consumidor? Quando esse contrato é lesivo ao consumidor ou ao País, esse contrato está abaixo da Constituição. E por que não se discute esse contrato? Essa é outra preocupação.

Disse: *“Segundo valor apurou (...)”* O estudo técnico feito pela EPE já definiu a usina: *“usinas passíveis de serem relocadas”*. Mas os dados são mantidos em sigilo. Eu vou fazer um requerimento porque eu quero saber que sigilo é esse. Por quê? Simplesmente, doutor: a energia é uma concessão pública. Os *(ininteligível)* mercado dos governos anteriores criaram essa dificuldade de passar o que era público para empresa privada. Desde quando a empresa privada tem coisa sigilosa para Deputado ou representante do povo? É complicado! Eu sou eleito pelo povo, a Constituição me diz que sou fiscalizador do povo, etc., etc., mas a empresa privada tem coisa sigilosa de interesse da economia, de interesse da economia popular, interesse da soberania, mas é sigilosa. Eu quero saber como o senhor me explica esse sigilo.

Mais adiante, na declaração do senhor, diz o seguinte: *“Segundo os dados da ANEEL, entre 65 usinas termelétricas em construção no País, que totalizam (...)”* tanto, tanto, tanto. Pergunto: aqui tem o Maracanaú, Ceará, região metropolitana. Não está escrito, mas está aqui. Eu sei que é, porque moro lá.



Olha, nós sabemos que o sistema energético do Brasil é integrado. Uma das coisas positivas do mundo é que eu não sei se estou consumindo nesse momento em Tucuruí ou estou consumindo de Furnas, etc. e tal. Nesse sentido acho que essas usinas vão lá para trás quando os governos anteriores investiram para as distribuidoras de energia, que não produzem nada, tivessem o seu capital assegurado quando criou essas imoralidades, que caíram, mas criaram essas companhias elétricas que não produzem nada, mas nós pagamos. Nós quem?

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - E alguns ainda têm incentivo fiscal dos Estados.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Pois é. Nós quem? Porque o mercado das grandes empresas vão para o mercado aberto. E eu tenho direito lá na minha rua (*ininteligível*), dizer: *“Não, agora não quero mais energia da COELSA, não; eu quero da...”* Mas não tem.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - São cativos.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Cativos são os negros. Já me livrei, em 1888.

Então, você vê que o problema aqui, e esse requerimento que vamos discutir é de nossa autoria, sobre as tarifas, para explicar que “a” é igual a “b”, porque “b” é diferente de “a”, e que “a” pode tudo e “b” não pode nada — essa é a questão central — e dar a nossa contribuição. Não estou aqui julgando ninguém. Estou discutindo um “o” que é importante, mas que não corresponde à realidade do País neste momento, um país que está em crise, muitos não querem ver, mas não há uma distribuidora de energia elétrica que tenha sofrido qualquer centavo de prejuízo nos investimentos. E foi mais além. Foi mais além. Então, essa é a contribuição que acho que esta CPI tem que dar. Não é atrás de um cara anterior. Se for prender gente aqui que prejudica o País, temos de soltar os que estão presos e colocar ele lá e ainda fica pequeno. Eu quero andar para frente. Quem dirige olhando retrovisor bate no carro da frente, amassa a frente dele e a traseira do outro. Não vai para canto nenhum.

Então, quero que esta CPI dê a contribuição ao País dizendo que essa agência reguladora não funciona, não interessa ao País. Queremos outra. Aí quero



dar as minhas sugestões. Então, vou esperar para expor quando o nosso requerimento, de minha autoria e de outras pessoas...

Não quero ser o dono da verdade, graças a Deus, mas queremos saber por que esses lucros absurdos se ela não produz nada. Estamos investindo em energia que não vai poluir, mas essa vai a passos largos, é muito cara, mas no futuro vai se tornar barato com o consumo, etc. e tal.

Acho que o negócio está aqui, na agência reguladora. Por isso estamos todos preocupados. Agora sem encontrar chifre em cabeça de cavalo, mas mostrar ao Governo e à sociedade que essas pessoas que estão aqui, sejam da Oposição ou Situação, querem o melhor para o nosso País, sem entrar contra estrangeiro, etc. e tal. Criaram a imoralidade neste País de que empresa estrangeira, porque é residente no Brasil, passa a ser brasileira! Esses são os brasileiros de ontem que fizeram essa confusão e agora estão querendo inventar o mundo. Mas nós vamos querer apenas consertar? Não, mas dar condições para que a agência reguladora sirva ao País.

O terceiro item numa empresa pequena, depois de pessoal, é a energia. Isso é um absurdo! Um país que tem reserva... Todos dizem no Amazonas, etc. e tal. Há quem more aqui no País e compra energia da Venezuela mais barato do que a produzida no País. Há alguma coisa errada! Vamos procurar consertar, e não estar querendo atirar na testa dos outros, etc. Não é o meu papel. Mas dizer quem é quem temos de dizer. Dar sugestões para avançarmos, vamos dizer. Acho que nós vamos dar essa contribuição. Não só eu, mas todos nós aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou passar a palavra agora para que o doutor...

O SR. DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO - Sr. Presidente, por favor. Pedi para me inscrever e já... Senão quem vai ficar sem energia sou eu. Eu pediria a V.Exa. que só cumprisse, porque eu pedi antes do Deputado Chico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de consultar o Plenário. Há o Deputado Chamariz, o Deputado Sabino e o Deputado Simão. Querem fazer as perguntas logo para que ...

O SR. DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO - É melhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Chamariz, para que possa fazer as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Alexandre Santos, nossos expositores, Deputados e Deputadas, senhoras e senhores, já passamos aqui 3 horas mais ou menos. Esse é o tempo que nós estamos aqui. Foram feitas várias perguntas e eu até agora não consegui entender algumas delas. Eu queria que eles colocassem mais claramente, quando foi feita aqui uma pergunta: por que o consumidor tem que pagar pelos gatos? Eu ainda não vi bem esclarecido isso aí.

Segundo — também foi feita aqui uma colocação: por que não unificar a tarifa energética? Foi feita uma colocação aqui, inclusive, que diz que teria algumas dificuldades porque, no campo rural, a dificuldade é maior para levar energia até lá.

Eu conheço um pouco de eletricidade, porque eu trabalhei 10 anos na CEAL, companhia de eletricidade de Alagoas, e eu sei que lá a tarifa rural é mais barata do que a comercial. E eu acho que não há dificuldade. Já que a tarifa rural é mais barata do que a comercial, por que essa dificuldade de unificar a tarifa?

Outra coisa. A diferença, Sr. Presidente, é muito grande. A tarifa aqui, em Brasília, Distrito Federal, é 0,27 centavos. No Estado de Alagoas é 0,57 centavos — 80% mais caro. E temos a nossa hidrelétrica praticamente no nosso Estado. E paga mais caro 80% do que o Distrito Federal.

A última pergunta — eu queria saber também: qual é a porcentagem que o distribuidor ganha junto com a energia que ela vende para os nossos consumidores?

São essas as perguntas. Deixo para os nossos colegas fazerem as deles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço ao Deputado Chamariz.

Passo a palavra ao Deputado Sabino Castelo Branco, que tão bem representa o Amazonas.

O SR. DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, Deputados, convidados, o Deputado Marcio, quando fez algumas perguntas aqui, Sr. Presidente, foi respondido e falou no Luz para Todos. O que deu



para entender é que o Programa Luz para Todos, no final, Relator, vai sair do bolso do consumidor. Agora, o que mais me deixa...

Em Minas Gerais, por exemplo, o Luz para Todos está 80%, 90% concluído. No meu Estado do Amazonas, não tem 20%. E o povo do meu Estado pagou. Está pagando até hoje lá no meu Estado. Não tem 20%. Não tem geradora. Faz o Luz para Todos. Onde há um Município que tem uma geradora, leva. Se tiver que atravessar o rio — o meu Estado é cortado pelos rios —, então aquele povo lá está pagando por uma coisa que não usa. E não tem a quem recorrer. Não tem a quem pedir socorro.

Está lá o Luz para Todos. Lá no meu Estado, o Luz para Todos é conhecido, Dr. Nelson, como luz para alguns. Não é para todos. E o povo está lá esperando chegar o Luz para Todos. Só que nós sabemos que eles estão pagando e não está chegando lá na base.

No meu Estado ainda há, Sr. Presidente, Municípios e comunidades que o povo não sabe o que acontece no resto do Brasil, porque nem sequer tem direito de ter uma televisão, nem sequer tem direito de ter um *freezer*.

Agora, ouvimos aqui, como falou o Deputado: *“Tem que conservar a Amazônia”*. Quem tem que conservar é principalmente o povo do meu Estado, que tem 98%, hoje, das florestas preservadas. É cobrado o meu Estado. Em contrapartida, paga a conta de luz mais cara e nem sequer o Luz para Todos chega lá.

Para o senhor ter uma ideia, se tiver um problema no interior, fala-se com um presidente, hoje, que é a Amazonas Energia, e passa 20, 30 dias para trocar uma peça de um motor. Mas o povo está pagando energia mais cara.

Se pegar uma conta, Deputado Chico, de luz, é tanto encargo que nós, que somos esclarecidos, não sabemos nem o que é. Imagina aquele povo não sabe o que está pagando! Mas se não pagar, corta a luz.

Gato. Eu falo pelo meu Estado. O povo do meu Estado quer pagar energia, só que a empresa não quer investir. Ela não aumenta as redes para colocar um medidor na sua casa. E o quê? Vai ficar sem luz ou puxa um gato? Vai puxar o gato.



Porque o povo chega lá e diz: *“Eu quero pagar energia, mas a empresa não está investindo. Ela não está levando cabeamento até os bairros”*. Agora, o lucro delas é grande demais.

Aqui, o Deputado Marcio estava falando dos lucros. Os lucros são muito grandes, Dr. Nelson. Todo empresário quer ganhar, mas esses aí, esses empresários, que me desculpem, esses são piores do que abutres, porque esses daí tomam daquele que não tem.

Nós podemos pagar luz. E isso daí... O que é a luz, a energia? Hoje é a principal coisa. Uma casa de família que não tem energia... Ele é capaz de fazer qualquer coisa para ter energia. E, lá na base, ele está tirando o sustento da família dele.

Quando o Deputado Eduardo vai a essa tribuna e fala que está tirando, sim, do orçamento de uma família que ganha 1 salário mínimo e vai pagar luz, Deputado Eduardo, chega lá e paga uma luz, uma conta de 200 reais, com um salário de miséria de 460, de 530 reais. Como é que não está onerando? Está onerando, sim. E quem ganha? É aqui em cima: os empresários que fazem esse tipo de coisa que foi citado nesta CPI.

Nós temos que chegar — V.Exa., como Presidente, lutou tanto por esta CPI —, não podemos ficar aqui só nesse discurso bonito.

Que vai ter estudo! Estudo? Desde que eu me entendo dizem que vai ter estudo para baratear energia. Porque se esta CPI não chegar, que é a base, que foi criada para a conta de luz... Nós queremos saber se a luz, se a conta de luz, quando chegar ao consumidor, se o preço vai ser reduzido. Porque, para fazer esta CPI, e ficarmos perdendo tempo, convoca 1, convoca outro... Depois, lá no Município, lá no Estado: *“E aí? O que deu a CPI? Nada?”*

E tome aumento, porque os abutres não dispensam. Eles só visam uma coisa: lucro, lucro, lucro. Agora, o serviço, só quem sabe é quem passa. E nós conhecemos muito bem. Eu, que venho de um Estado totalmente diferenciado.

O Programa Luz para Todos faz uma tarifa, Deputado Xandinho, para Minas Gerais ou para o Rio de Janeiro, que pega aqui um carro, pega o transporte e vai a qualquer Município por uma estrada. Lá, no meu Estado, há Município que passa 15,



20 dias em cima de uma balsa. As empresas que ganharam a concorrência não quiseram fazer o Luz para Todos.

Ficou para lá esquecido. E tome propaganda bonita. Eu faço parte da base do Governo, mas eu fui eleito pelo povo do meu Estado. Eu não estou aqui para dizer amém para ninguém. Agora, nós temos que chegar, sim, convocar quem tiver que ser convocado, esclarecer. Se tiver para trás, tem que buscar os culpados. Não pode cair agora na atual. E se tiver culpa a atual, tem que responder, porque de estudo ninguém aguenta mais. *“Nós vamos estudar para ver. Nós estamos sabendo. A ANEEL está fazendo um estudo e vai responder depois.”* Não. Nós queremos respostas. E o povo está querendo isso.

É isso que eu peço aos membros da CPI, Deputado Xandinho, que vai ser uma peça importante, que vai ser o Relator e vai ter todo o apoio não só desta Casa, mas V.Exa. tenha certeza de que esta CPI tem apoio do povo brasileiro. V.Exa. vai ver quando nós formos para os Estados. Vai ser aclamado quando chegar lá, porque aquele povo não tem a quem reclamar. Liga para um tal de 0800, fica uma hora pendurado no 0800 e não dá uma resposta. Vai a uma empresa dessa de energia e nem sequer é atendido.

Então, a esperança está aqui nesta CPI, Deputado Eduardo. Como vai ter outros convidados, o Dr. Nelson vai trazer as respostas que ficou de dar neste momento, porque não tem como, nós não podemos exigir isso agora, porque ele assumiu há pouco tempo. Quanto retornar, vamos com outras perguntas mais profundas e nós vamos chegar, se Deus quiser, aonde esta CPI quer chegar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço ao Deputado Sabino Castelo Branco a participação, que, como já disse, tão bem representa o Estado do Amazonas.

Passo a palavra ao Deputado Simão Sessim, grande defensor do povo do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, Sr. Relator, não era meu desejo fazer uma intervenção hoje até porque estava em outras atividades, em outras Comissões.



Primeiro, ouvi todas as palestras. Queria aqui dizer que esta Comissão começa a ganhar uma musculatura de CPI mesmo, já demonstra que vai partir para um novo modelo energético, do sistema de energia neste País.

Tal como foi na outra audiência pública, hoje tivemos convidados da maior importância e que trouxeram para nós exposições didáticas, exposições bastante abrangentes e nas respostas puderam dar aos nossos membros orientação e — quem sabe? — uma colaboração enorme para que marchemos, principalmente o nosso Relator, no sentido de um relatório que venha a construir um novo modelo.

Mas eu queria, Sr. Presidente, a minha intenção ao pedir a palavra era fazer um registro, um registro que é pertinente a esta Comissão. Deveria ter feito no plenário, mas não consegui. Lá, não estava inscrito e já estava esgotando o tempo dos oradores do Pequeno Expediente, e eu preferi fazer nesta reunião.

O registro é do falecimento de uma das figuras mais importantes da energia neste País. Faleceu Mário Behring. Os que estão na Mesa e os convidados conhecem a importância deste registro para esta Comissão.

Nós temos de buscar reverenciar aqueles que foram os precursores da grande dinâmica que venceu grandes desafios em relação ao sistema de energia elétrica neste País.

Mário Behring foi Presidente da ELETROBRÁS, tinha um currículo vasto tanto na área pública quanto na área privada. Mário Behring merece de nós, nesta Comissão, nesta hora, um pedido para que Deus acolha a sua alma e que ele possa encher com todos os seus fluidos, com toda a sua benção, de inspiração esta Comissão. Foi um brasileiro que lutou pela sociedade brasileira no sentido de termos uma energia barata. Ele sempre quis e sempre falou nisso.

Por isso eu não faltaria nesta hora com o que considero o mais sagrado dos deveres, o de homenagear Mário Behring, pela gratidão de tanto ter-me instruído nesta Casa, em audiências públicas. Nestas colunas e nestas paredes ainda ecoam os sons das audiências públicas de que participamos com ele.

Sr. Presidente, peço desculpas por não ter trazido perguntas, mas o registro é também de alguém que, onde estiver, irá colaborar conosco, sem dúvida alguma, porque Deus lhe dará condições de, numa verdadeira benção abrangente, cobrir



nossas cabeças. Ele era uma figura excepcional. Eu tenho a certeza e o testemunho dos nossos expositores que conheceram bem Mário Behring.

Por isso, Sr. Presidente, ao agradecer, quero também que estenda aos seus familiares, aos seus grandes e numerosos amigos desta área de energia principalmente, os nossos votos de condolências, a nossa verdadeira tristeza pela perda de um homem que tinha muito a dar a este setor.

Era este, Sr. Presidente, o registro que desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Peço que conste na ata o registro do Deputado Simão Sessim.

Sem dúvida alguma, é uma perda enorme para o Brasil.

Que conste na ata deste dia desta Comissão.

Passo a palavra ao Sr. Maurício Tolmasquim, para que dê início às respostas.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - Antes de mais nada, quero fazer minhas as palavras do Deputado Simão Sessim. Realmente, o engenheiro Mário Behring foi um homem importantíssimo para o setor. Acho que realmente as palavras do Deputado dizem tudo e eu gostaria de endossá-las.

Com relação ao que foi dito pelo Deputado Chico Lopes, nobre Deputado, queria dizer a V.Exa. que realmente o setor elétrico trabalha com alguns jargões que infelizmente são, às vezes, não muito claros. E isso não é só no setor elétrico. Aliás, se pegar os economistas, eles têm os jargões deles, os médicos têm os jargões deles. Cada grupo acaba criando jargões e nós acabamos não sendo muito transparentes. Às vezes, como o senhor bem leu, uma reportagem acaba ficando meio obscura, porque usa termos que são claros para quem é do setor e, eventualmente, para o grande público não é. O *Valor Econômico* é um jornal muito especializado e acaba usando jargões mais do setor.

Mas, tentando aqui esclarecer alguns desses termos que são usados, que o senhor mencionou, submercado quer dizer o seguinte: nós temos um grande mercado de energia elétrica, mas esse mercado é dividido no Brasil em áreas; em áreas homogêneas em termos de transmissão. Chamamos essas áreas de submercado. É só um termo.

Também deixar claro que as usinas que nós estamos mencionando são usinas que ainda não foram construídas. Então, não são usinas que existem. Não



existe nem contrato, na realidade. São usinas que foram outorgadas e que nós queremos que elas sejam as melhores possíveis para o País.

E, finalmente, deixar claro que não existe estudo sigiloso nenhum, que as usinas que foram leiloadas estão na Internet. Elas podem ser acessadas. Quando termina o leilão, as usinas que são contratadas estão na Internet, na página da EPE, na página do Ministério, na página da CCE. Isso é público. Então, temos que tomar cuidado, às vezes, quando vamos ler um jornal, porque jornalista às vezes também bota algumas coisas... Não sei do que...

As usinas que foram contratadas é público. Qualquer um pode acessar. Na hora seguinte ao leilão, elas estão na Internet. Então não existe questão sigilosa nenhuma. Acho que essas são as questões principais que eu podia responder. Acho que as demais o Nelson pode responder.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - O Deputado Chico Lopes tem que se juntar com o Deputado Zarattini, porque, de fato, esse nosso setor é muito complicado. Ele, às vezes, é difícil de entender. Detalhamos um pouco mais aqui, porque sei que hoje V.Exa. estava inclusive em outras Comissões e teve que atuar em outras áreas. Nós fizemos até alguma explicação sobre essa confusão de térmica, mas como iremos voltar aqui para tratar especificamente da questão da energia, vamos discutir mais especificamente todas as questões e fazer uma explanação um pouco mais...

Mas o senhor colocou uma coisa também importante aí: por que eu sou obrigado a comprar energia da COELCE? Na verdade, hoje, até a legislação permite que a ANEEL decida quem é consumidor livre. Poderíamos, no Brasil, hoje, caminhar para que todo mundo fosse livre, comprar energia de quem quisesse. Quer dizer, o que estamos fazendo prudentemente é indo de pouco a pouco com isso. Ou seja, em 2004, quando decidimos botar um determinado patamar para o consumidor ser livre, um determinado nível de carga, um determinado nível de tensão, de voltagem, onde ele se conecta na rede, nós tínhamos a preocupação de que se liberasse tudo, indo todo mundo nessa novidade aí, perderíamos o controle do planejamento, que tínhamos restituído com aquela reforma do setor elétrico o planejamento. E eu só consigo fazer o planejamento a partir das empresas distribuidoras que têm o famoso consumidor, o mercado cativo. Ou seja, aquele



consumidor que não tem como optar se ele está ligado na distribuidora ou se tem de comprar de outro consumidor, porque essa distribuidora é obrigada a projetar isso para nós. E os erros dela de previsão ela paga, tem risco também. Ou seja, ela projeta para 5 anos a compra de energia dela. Então, nós compramos energia para ela. Se ela comprar demais, ela vai pagar para a energia e não vai ter o mercado porque ela não vai ter para quem vender. Se ela comprar pouco, ela...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Ela não pode colocar no mercado livre?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Oi?

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Ela não pode fornecer no mercado livre?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Não. Essa aí não. Ela está contratada, ela vai... Sim, ela pode... A sobra dela pode ser, se estiver liquidada. Vender, não. Ela não pode vender. É liquidada ou o preço que eles estão criticando aqui que as térmicas compram dos 10 reais, 16 reais.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sim, mas não vai perder.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Claro que perde. Ela está comprando a 150 e vendendo a 16. O senhor quer um negócio desse?

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Mas como? O senhor falou que estava comprando a 70 lá em Jirau, em Rondônia.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - O senhor está falando... Nós estamos falando de térmica que está colocando e que está liquidando lá.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - É complicado.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Então, tem. E a distribuidora quando está colocando, então, está aí. Se ela colocou isso, então ela tem esse risco. Agora, podemos caminhar, ouviu, Deputado Chico Lopes, desde que no futuro, à medida que se tem organizado, estruturado o planejamento e o consumidor vai poder optar: *"Eu não quero comprar da COELCE. Eu quero comprar da empresa tal"*. Acho que vamos caminhar ainda para isso no País, mas ainda vai demorar um bocadinho. Vai ver que eles vão ter que te atender direitinho lá também.

O Deputado Chamariz saiu? Cadê?

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Saiu nada. Estou aqui.



O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Oh, desculpe, Deputado. Aliás, eu ia falar até no início da minha fala que está desde o início aqui, o tempo todinho aqui ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Quero registrar que o Deputado Chamariz é um dos mais presentes aqui nas audiências e nas reuniões da CPI.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Obrigado.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Aí você tem um monte de questionamento que alguns aqui...

Vou até tratar um pouco nessa outra vinda, mas vou citar algumas coisas aqui. Primeiro, por que pagar pelos gatos? Quer dizer, isso não é bem assim. Na verdade, cada vez que se faz a revisão tarifária, a empresa tem um nível de perdas. Tem um nível de perdas que é perda mesmo.

O Deputado Sabino, que estava aqui, falou: “*Não, porque é um absurdo, no meu Estado, não sei o quê...*” Ou seja, no Estado dele, especificamente na Capital, que tinha uma única empresa que era a Manaus Energia, a perda na distribuição, para vocês terem ideia, é mais de 100% da energia injetada na distribuição. Ou seja, é um descalabro total.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - O cálculo é diferente. Você injeta só na distribuição. É uma perda total. Na distribuição, a perda daquilo ali é mais do que o que vende. Ou seja, ela está perdendo mais do que está vendendo, recebendo do consumidor. Quer dizer que é um absurdo e que significa que se tem perda até no industrial. Tem industrial em Manaus não pagando conta de energia. Então, isso aí você tem de dar um tratamento. E aí nós vamos explicar, inclusive, nessa próxima reunião, como é que a ANEEL está fazendo isso. É difícil criarmos um modelo no qual se define — e fazemos isso — as metas para a empresa buscar essa eficiência dela e para as empresas... Por exemplo, estamos com recurso da ELETROBRÁS em função de algumas metas que nós definimos para as empresas dela, que ela não atingiu e que as empresas estão com prejuízo. “*Ah, as empresas dando lucro*”. Não as deles, porque tanto a CEAL, que o senhor citou aí, a CEPISA ou a Amazonas Energia, agora que está em Manaus, a ELETROBRÁS já botou aí



dentro dessas empresas mais de 10 bilhões de reais só nos últimos anos de prejuízo dessas empresas. Então, não é um negócio tão assim...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Quem pagou?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Quem pagou? A ELETROBRÁS, recurso dela.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Tirou dinheiro de onde?

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Do recurso dela.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Porque ela faturou.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Claro.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Quem pagou... Sempre, sempre, Dr. Nelson...

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - A distribuidora não. A distribuidora é uma empresa, é um ente isolado lá, ela está pagando por esse prejuízo.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O contribuinte, o consumidor sempre vai pagar.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Depende. Não, senhor. Qualquer geradora, qualquer coisa, se ele não vender com o preço adequado, ele vai ficar no prejuízo.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O senhor falou ainda há pouco naquela questão da térmica. Eu só queria corrigir que, pelo que o senhor falou, eles ganham menos.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Não. Ele perde.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Deixam de ganhar.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Não. De forma alguma. O que eu disse foi o seguinte: se uma distribuidora que comprou no leilão volume de energia e ela não tem mercado suficiente para aquilo, ela comprou energia no leilão a 100 reais o megawatt/hora. Então, se ela não tem isso aqui, ela dimensionou inadequadamente o mercado dela, ela não vai ter para quem vender, ninguém vai pagar por essa energia, o prejuízo é dela.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - De uma térmica que, num determinado momento, ganhou sem nem funcionar.



O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - De qualquer energia.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Nós estamos falando de coisa virtual, Dr. Nelson.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Não, de energia hídrica, de qualquer energia, Deputado. Mas nós vamos detalhar isso um pouco mais para o senhor.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Vamos ter oportunidade, sim, com certeza.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Vamos debater bastante isso. Deputado Chamariz, voltando, há essa questão do gato. A questão, por exemplo: por que não unificar as tarifas? Quer dizer, o modelo, a legislação nossa hoje manda a gente dar o tratamento separado para cada uma das empresas. E aí é o seguinte: não é nem que na área rural seja mais barato. Não. A gente tem um incentivo para o cara na área rural, mas o custo da energia lá é mais caro. Mas a gente cria um modelo regulatório, um modelo de tarifa. A legislação fazer isso, não. Dá um incentivo para lá porque interessa para o País que desenvolva lá — mesmo sendo um custo mais elevado —, que entreguemos aquela energia com preço mais baixo. É um debate para se fazer aqui.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

Na realidade, quem vai pagar é o consumidor.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - É o consumidor.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Se vocês dão incentivo para lá, quem vai pagar é o consumidor.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Os outros consumidores.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Sempre o consumidor é que vai sofrer.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Perfeito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Então, é isso. E nós estamos aqui justamente para isso, para defender o consumidor.



O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Perfeito, Deputado. É exatamente isso. Então, o que a gente está colocando é isso. Acho que cabe realmente...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - E eu queria aproveitar a oportunidade e dar uma sugestão. Por exemplo: teve um período aí que achavam que as empresas tinham muitos funcionários. Arrumaram um jeitinho de botar os funcionários para fora. E, inclusive, muitos pais de família hoje passam por grandes necessidades, por ter ido naquela indução de que, com aquele incentivo, iam viver sem precisar trabalhar e viver bem para o resto da vida, o que não era verdade. Aquilo apenas foi uma ilusão. Hoje muitos pais de família passam necessidade, e eu acho que as empresas poderiam aproveitá-los, para fazer com que eles possam descobrir esses gatos, quem tem gato, porque, inclusive, é um incentivo para trazer um pai de família para um trabalho. Eu acho que essa seria uma ideia nossa que eu queria colocar aqui, Sr. Presidente.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Então, na verdade é isto: é uma questão muito mais da própria legislação brasileira, é um debate aqui para esse espaço mesmo da Comissão, do Congresso, de tudo. Qual é o modelo que quer para o Brasil? Ou seja: “a tarifa é uma só, não é isso ou aquilo”. “Não, a tarifa é um modelo”... “Para nós tem que continuar nessa linha mesmo.” E aí nós temos que procurar criar mecanismos — a gente pode sugerir aqui — pelo menos de diminuir essa questão dessas diferenças que tem tudo aí. E dou razão, porque acho que não é concebível a gente ter uma população, por exemplo, no lado do Nordeste pagando uma tarifa tão mais cara do que uma população do Centro-Sul. E a gente tem que buscar mecanismo para isso. O senhor tem completa razão. E, finalmente, eu gostaria só de me juntar aqui ao que o Deputado Simão Sessim falou do nosso querido Mário Behring.

De fato, tem algumas pessoas que são um símbolo até do setor de energia para o Brasil, e ele, com certeza, está entre os mais ilustres desses representantes, que o setor todo referencia e que foram de fato responsáveis por implantação de quase tudo que a gente tem neste País hoje. Então, quero me juntar, Deputado Eduardo da Fonte, nessa moção do Deputado. Acho que tem pessoas neste País



que a gente tem que aprender a referenciar, nossos heróis, e, do setor de energia, esse é uma referência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Peço que conste na Ata também que o Dr. Maurício e o Dr. Nelson se juntaram à moção do Deputado Simão Sessim.

Passo a palavra ao Dr. Hermes Chipp.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Uma afirmação feita pelo Deputado Paes de Lira, que saiu... Do relatório do ONS mesmo, os dados são públicos, mas deve ter alguma interpretação equivocada com relação aos 30% de perdas. As perdas na transmissão em período de pico são da ordem de 5% da demanda. E as perdas, levando em conta os períodos de baixo consumo, de médio e de alto consumo/dia, a 4%. Então, ele deve ter lido 30% relativo a alguma outra questão, que eu gostaria até de que ele encaminhasse, para eu poder identificar. Não consegui. Uma outra questão que eu acho que precisa ser esclarecida, de passagem, acho que foi o Deputado Urzeni, que levantou o despacho da térmica, que a térmica fica parada e não despacha...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Deputado Ilderlei Cordeiro.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Isso, Ilderlei. Então, vejam bem, essa é a lógica da operação. Isso é em benefício do consumidor. As térmicas agora são contratadas por disponibilidade. O que significa isso? Você paga o investimento, custo fixo, e o custo do combustível é comparado com o valor da água. A cada momento, o operador compara: é mais negócio despachar térmica ou água? Se é a água, reservatório cheio agora. Água barata é térmica parada e água desestocando, porque esse é o custo mais barato para o consumidor. Se fizer o contrário, ele vai ter que pagar esse custo variável da térmica. Então, isso é uma lógica assim evidente e tem que ser esclarecida, para não ter interpretações diferentes. E ao senhor que perguntou sobre a garantia do abastecimento nós dissemos, em 2008, que não ia faltar energia. Eu estou confirmando agora: em 2010, não vai faltar energia. E mais: nós mudamos...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Eu não falei que ia faltar energia.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Colocou em dúvida, não é?



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Setores do carvão, setores da ABRACE nós já estamos convocando. Eles afirmam — eu não tirei isso da minha cabeça — que, no caso do crescimento do País, nós não teríamos energia suficiente para acompanhar esse crescimento. Não estou dizendo que vai faltar energia.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Está bom. Então, só para esclarecer o senhor. Nesses próximos 5 anos, no horizonte em que o Operador avalia riscos e estuda... Pelo fato de nós termos mudado a estratégia de segurança depois do racionamento de 2001 e aquele atraso do período úmido que houve no Nordeste, de 2003 para 2004, nós estabelecemos uma estratégia de operação que a gente cria um estoque de segurança de água nos reservatórios, ao final de cada ano, olhando o ano seguinte, não esperando chuva. Para que você quer se proteger? Para o ano de 2010 esse estoque está sendo criado para suportar a pior escassez do histórico no Nordeste e no Sudeste, porque o Sul, como o senhor ouviu, passamos este ano com 20% da média histórica, em termos de água, e mantivemos o Sul atendido com intercâmbio das demais regiões para o Sul, da ordem de 10 megawatts. Então, esse estoque está criado e a garantia de se ocorrer a pior escassez do histórico de 79 anos, o atendimento está garantido.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM - A pior seca nos últimos 79 anos.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Mas eu não afirmei... Eu volto a insistir: a minha afirmação é que, no modelo do sistema energético que existe hoje, o País está impedido de crescer, a energia não é suficiente, segundo essas entidades que virão aqui, e aí eles, que estão produzindo, eles, que compram energia, é que vão afirmar ou concordar com os senhores. Eu estou aqui tão somente transmitindo um dado que passaram a mim na tarde de ontem.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Precisa ter esse diálogo sim, até porque, com o decréscimo da demanda agora, quer dizer, menor o risco ainda pelo decréscimo da demanda na crise mundial.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Eu só preciso entender. O País tem que crescer, mais emprego, melhor qualidade de vida para a população, e eu não vejo, com esse sistema energético, isso acontecer. E a prova é que o Brasil não tem crescido, não tem crescido dentro dos parâmetros mundiais. Talvez pelo preço.



O SR. HERMES JORGE CHIPP - Sr. Deputado, nós precisamos esclarecer melhor, aprofundar mais esse assunto, para a coisa ficar esclarecida.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Esse é o papel da CPI.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Claro.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Eu acho que é importante, e nós estamos no local adequado para isso.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Traga essas instituições, com os seus trabalhos, para poder haver o debate.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Estamos entrando com requerimento na próxima semana.

O SR. HERMES JORGE CHIPP - Ótimo. Seria muito bom.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Chamariz.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Eu queria só saber se tem possibilidade de o Dr. Nelson responder a respeito de quanto seria o lucro da distribuidora ao consumidor. Se o senhor pode nos...

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA - Desculpe, Deputado. O senhor tinha feito essa questão. A gente vai detalhar um pouco mais quando a gente for fazer o modelo. Como a gente faz esse modelo... Quer dizer, a gente cria o que a gente chama de regulação por incentivo. O que a gente faz é o seguinte: quando a gente cria, o que a gente chama de essa empresa de referência, a gente levanta o que seriam todos aqueles custos da empresa para operar aquilo ali e aí define uma taxa de rentabilidade dela, que hoje está na faixa de nove e pouco por cento. Não é isso que está o... Quase 10%, 9,6% mais ou menos. Essa é a taxa de rentabilidade. O que acontece? Então, nós definimos e definimos a tarifa para esse patamar de rentabilidade. Qual que é o resultado disso? Se uma empresa for muito eficiente e conseguir, quer dizer, operar sua área de concessão com nível de eficiência maior do que essa que nós definimos nessa empresa de referência, ela pode ter um lucro muito maior que esse. Em compensação, se a empresa não conseguir se adequar a isso aí — por exemplo, na CEPISA aconteceu isso, na CEAL e em algumas outras empresas —, acontece que aí vai reduzindo, reduzindo, e tem até prejuízo. Ou seja,



mas o que a gente calcula como um valor assim na regulação de retorno para investimento é esse valor. Porque à medida que vai diminuindo o risco Brasil, os valores vão diminuindo também.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Obrigado.

Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria apenas registrar, não sei, mas o Relator deve ter percebido que eu fiz essa pergunta em outra reunião, e relataram que era 6%. E agora já tem 9%. Eu queria registrar para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Antes de passar a palavra para o Relator, eu gostaria de levantar uma questão. Estamos vendo que está sobrando energia no Brasil hoje, mas quanto a essa energia que está sobrando não está sendo repassado o seu preço para os consumidores finais. Então, mostra que há algo que tem que ser revisto e tem que ser realmente explicado para os consumidores brasileiros.

Passo a palavra ao Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, estamos chegando ao final de uma grande audiência, e eu quero de imediato agradecer a presença ao Dr. Hermes Chipp, ao Dr. Nelson Hubner e ao Dr. Maurício Tolmasquim, que vieram abrilhantar esta nossa manhã tarde.

Quero também dizer que teremos outros momentos em que vamos debater mais aprofundadamente algumas questões. E dizer, Dr. Nelson, que ontem, na reunião que nós tivemos no Tribunal de Contas da União, junto com o Ministério Público, uma das questões que nós analisamos foi a do Rio Madeira. E nos foi colocado lá que a planilha colocada para preço, por vocês, tinha sido de 138, se não me engano, de 136 megawatts e que, por estudos deles e embates que eles fizeram, eles conseguiram, junto com vocês, realinhar para abaixo de 80, dentro de um critério feito. E que a maior dificuldade que se encontra em todos os setores ... Estão fazendo até um curso — eles, que são especialistas, estão fazendo um curso —, para poder entender essa nebulosa conta de chegada. Porque é muito difícil para um especialista encontrar os fatores de cálculo.

Eles têm que se debruçar e buscar e se aprimorar cada vez mais, como nós vimos ontem. E o que nós precisamos aqui fazer imediatamente é uma transparência para a sociedade, para os setores, dessa obscura concentração, já



que os estudos desta semana, internacionais, apontam que, daqui a 10 anos, nós seremos a terceira ou a quarta nação do mundo. O crescimento imenso que nós teremos... E um dos pontos colocados lá, Dr. Nelson, era a geração de energia e o preço de energia, que ainda não está, vamos dizer assim, assegurado para os setores principalmente produtivos. Portanto, eu acho que é de suma importância nós estarmos aqui debatendo, buscando o aperfeiçoamento, principalmente nas suas palavras, quando o senhor, como gestor da agência, diz que o modelo que tem hoje tem muito que se ajustar. E, pelas colocações aqui que nós vimos, nós vimos que todos, ao falarem, ao colocarem, eles afirmam que não podem continuar do jeito que está, porque são setores vitais para a vida pública, política e social. E as incertezas da transparência da conta é que não podem mais ficar para a sociedade, nem para esta Casa nem para as pessoas que representam o setor.

Portanto, eu queria agradecer este dia, dizer que estaremos muito, muito juntos procurando uma fórmula de realinhar o processo, de fazer uma nova modelagem, se necessário for. Porque eu acho que aqui é o momento de oportunidade para vocês, até mesmo quando nos sinalizam que a ANEEL ainda tem um corpo deficitário de funcionários, necessita de mais gente, pela abrangência da gestão dela. Então, eu acho que aqui será realmente o fórum adequado para fazermos todo esse posicionamento. Porque nos incomoda muito, quando nós vimos as distribuidoras aqui tendo um lucro acima de 100% do seu patrimônio, tendo um lucro acima dos bancos, os agiotas nacionais, as distribuidoras hoje, com a benção do Governo, por fazerem simplesmente a distribuição da energia, terem um lucro dessa magnitude. Portanto, eu acho que nós estamos aqui buscando um grito de toda a sociedade. E vamos, com certeza, ter a participação efetiva dos senhores, que representam os setores do Governo, para realinharmos e darmos à sociedade a transparência e a solução que eles estão a clamar.

Eu quero aqui agradecer, Sr. Presidente, aos Srs. Parlamentares e, mais ainda, aos nossos palestrantes dessa manhã e tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Complementando e falando sobre a reunião que tivemos ontem no Tribunal de Contas da União, em conjunto com o Ministério Público Federal, foram abordadas várias irregularidades pelo Tribunal de Contas, da metodologia de reajuste das tarifas. E ficou também



acordado nesta reunião que todos os pedidos de informações que esta CPI tem feito serão encaminhados, simultaneamente, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público Federal, para que eles possam nos auxiliar nas investigações e nas conclusões de todos os temas abordados por esta Comissão.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, antes do encerramento, não é cobrança, mas o Relator disse que, em 5 dias, nós teríamos... Ele previu, ele não tem nenhuma obrigação de... Mas eu fiz 2 requerimentos de informação bem abrangentes, com perguntas dirigidas ao Ministro de Minas e Energia e também à ANEEL, no sentido de ter um perfil do atual modelo. E, nessas perguntas, eu fiz questão de detalhar, para que nós tivéssemos antes das audiências públicas. Mas o requerimento já foi aprovado, o Relator me disse que, talvez em 5 dias, nós teríamos a resposta, e eu estou sem arma para continuar, porque eu acho que aquilo ali é o perfil de que nós precisamos para começar a debater. E sem informações, nós não teremos... E eu não sei se nós... Eu estou vendo aqui os recebimentos de requerimentos aprovados, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Simão Sessim, eu tenho a impressão de que... Eu agora vou só confirmar. Já recebemos hoje um dos seus pedidos de informação, que será encaminhado. O outro será...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu li aquilo que V.Exa. entregou a todos nós, o quadro de requerimentos feitos e recebidos. Não constavam. Só se... É novo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Acabou de chegar aqui o seu Requerimento nº 29, de 2009, que é de sua autoria, encaminhado ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Vou fazer constar dos materiais solicitados desta CPI, encaminhar cópia para o gabinete de V.Exa. e também cópia ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União, para que eles também possam, junto conosco, junto com o nosso Relator e com todos os membros desta CPI, nos auxiliar nas investigações, para que possamos, ao final dos trabalhos desta CPI, trazer resultados concretos para o povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Está bem. Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de aproveitar para agradecer ao Dr. Maurício Tolmasquim, ao Dr. Nelson José Hubner, que, com certeza, está tentando mostrar qual é o novo posicionamento da ANEEL para o sistema, que, eu tenho certeza, vai contribuir muito para o resultado final desta CPI. Agradeço também ao Dr. Hermes Chipp a colaboração que nos deu.

Deputado Chamariz, Deputado Marcio Junqueira e todos os Deputados que aqui estão, tenho certeza da importância da CPI das Tarifas da Energia Elétrica para que possamos esclarecer ao povo brasileiro o porquê de hoje as famílias brasileiras pagarem uma das maiores tarifas de energia elétrica cobradas em todo o mundo. E tenham certeza de que as proposições finais desta CPI vão dar resultados concretos ao povo brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas antes comunico que a próxima reunião será informada posteriormente.

Está encerrada a reunião.